



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA –
PROFHISTÓRIA**

NATHAN DAMAZIO

AOS SERES QUE OUSAM, OUSARAM E OUSARÃO:

**O MOVIMENTO SOCIAL LGBTQIA+ BRASILEIRO A PARTIR DO JORNAL
LAMPIÃO DA ESQUINA (1978-1981) EM UMA PROPOSTA PARA O ENSINO DE
HISTÓRIA**

FLORIANÓPOLIS

2026

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da
Biblioteca Universitária Udesc,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Damazio, Nathan

Aos seres que ousam, ousaram e ousarão : O movimento social LGBTQIA+ brasileiro a partir do jornal Lâmpião da Esquina (1978-1981) em uma proposta para o ensino de História / Nathan Damazio. -- 2026.

109 p.

Orientadora: Silvia Maria Favero Arend

Dissertação (mestrado) -- Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História, Florianópolis, 2026.

1. Ensino de História. 2. Movimento Social LGBTQIA+. 3. Jornal Lâmpião da Esquina. 4. Ditadura Militar. 5. Ensino Médio. I. Arend, Silvia Maria Favero. II. Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História. III. Título.

NATHAN DAMAZIO

***AOS SERES QUE OUSAM, OUSARAM E OUSARÃO: O MOVIMENTO SOCIAL
LGBTQIA+ BRASILEIRO A PARTIR DO JORNAL *LAMPIÃO DA ESQUINA* (1978-1981)
EM UMA PROPOSTA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA***

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Ensino de História pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino de História – Faed, da Universidade do Estado de Santa Catarina – Udesc.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª Silvia Maria Favero Arend.

FLORIANÓPOLIS

2026

NATHAN DAMAZIO

***AOS SERES QUE OUSAM, OUSARAM E OUSARÃO: O MOVIMENTO SOCIAL
LGBTQIA+ BRASILEIRO A PARTIR DO JORNAL *LAMPIÃO DA ESQUINA* (1978-1981)
EM UMA PROPOSTA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA***

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Ensino de História pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino de História – Faed, da Universidade do Estado de Santa Catarina – Udesc.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª Silvia Maria Favero Arend.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª Silvia Maria Favero Arend.
(UDESC)

Membros:

Prof^ª. Dr^ª Nucia Alexandra Silva de Oliveira
(UDESC)

Prof^ª. Dr^ª Cláudia Nichnig
(UNESPAR)

Florianópolis, 24 de março de 2026.

*A toda criança e adolescente LGBTQ+ que, entre os muros da escola, busca um lugar
seguro para ser.*

A quem nunca se viu nas páginas dos livros de História, mas sempre fez parte dela.

Aos meus alunos queridos, que dão sentido a esta caminhada.

AGRADECIMENTOS

Quero, primeiramente, agradecer aos movimentos sociais em defesa de uma educação pública de qualidade para todos. Sem políticas públicas de acesso e permanência na graduação e na pós-graduação, esta pesquisa não existiria. Sou fruto da escola pública, do PROUNI e, agora, também do ProfHistória.

Agradeço ao ProfHistória por valorizar o saber e o fazer docente, mostrando que, mais do que nunca, a Academia precisa voltar os olhos para o Ensino de História na educação básica.

À orientadora desta pesquisa, Profa. Dra. Silvia Arend, por acreditar no meu trabalho, incentivar minha escrita e pelas falas de conforto e risadas ao longo da caminhada. Agradeço ao Laboratório de Relações de Gênero e Família – LABGEF, em especial às colegas Vanessa Marques e Beatriz Bauer, pela escuta, discussões foucaultianas, fofocas e cafês.

Às/aos professoras/es Dr^a Nucia Alexandra Silva de Oliveira, Dr^a Cláudia Nichnig e Dr. Jorge Luiz Zaluski, que compuseram as bancas de qualificação e de defesa, pela leitura atenta, avaliação criteriosa e pelas contribuições, apontamentos e indicações que foram fundamentais para o aprimoramento desta pesquisa. Foi uma honra tê-los como membros da banca.

Às/aos professoras/es do ProfHistória – UDESC/FAED, pelas ricas discussões ao longo das aulas, em especial às professoras Dras. Luciana Rossato, Luisa Tombini Wittmann e Cristiani Bereta da Silva, que tanto contribuíram para a elaboração desta pesquisa. Agradeço às/aos colegas/os da minha turma do ProfHistória, pelas trocas durante as aulas e por compartilharem os louros e as dificuldades de ser professor nos tempos complexos em que vivemos.

Às professoras Dra. Joana Maria Pedro e Dra. Vera Fátima Gasparetto, do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, que, durante as aulas da disciplina História Global e Estudos de Gênero, contribuíram imensamente para o meu percurso.

Um agradecimento especial às minhas amigas Cris Matiola, Maria Paloma, Monalisa, Camila e Tati, também professoras da educação básica, que sempre se mostraram generosas comigo e incentivaram essa empreitada.

Aos queridos Nicole e Rafael, pelos bate-papos sobre cultura pop e cinema, regados a café e torta de cereja estilo Twin Peaks, que me fizeram oxigenar em meio ao caos.

À Rede Brasileira de Historiadoras/es LGBTQIA+, pela acolhida desde o último encontro da ANPUH, em Minas Gerais, e, sobretudo, por tensionar a historiografia a ser mais transgressora.

Ao Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott (CEDOC), espaço fundamental de preservação da memória e da história LGBTQIA+ no Brasil, que reúne um dos maiores e mais importantes acervos do país, tanto em sua dimensão física quanto em sua disponibilização pública por meio do site, incluindo as edições do periódico *Lampião da Esquina*.

Quero agradecer à minha família, à minha mãe, Rosa, e ao meu irmão, Otávio, por sempre torcerem por mim. Amo vocês.

E, por fim, quero agradecer ao meu parceiro Rodrigo, por ter sido minha rede de apoio em meio às dificuldades de conciliar a sala de aula com a pesquisa, por estar ao meu lado nos momentos ansiosos e criativos. Te amo.

RESUMO

Este trabalho se insere nos campos dos Estudos das Relações de Gênero e do Ensino de História, com o objetivo de propor estratégias para integrar a História do movimento social LGBTQIA+ brasileiro, especialmente nas décadas de 1970 e 1980, nas aulas de História do Ensino Médio. O jornal *Lampião da Esquina* foi utilizado como fonte principal, servindo de base para a criação de um material didático que visa mobilizar habilidades e competências capazes de promover a empatia, o respeito à diversidade e o combate à LGBTfobia entre os educandos. Para tanto, a pesquisa busca respaldo legal na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2017 e no Currículo Base do Ensino Médio de Santa Catarina (CBTC) de 2021. A pesquisa dialoga com a Teoria Queer, pois entende que historicizar as experiências de pessoas gays, lésbicas, transexuais, travestis e outras identidades de gênero que fogem da cisheteronorma, através do Ensino de História, significa transgredir o ensino hegemônico.

Palavras-chave: Ensino de História; Movimento Social LGBTQIA+; Jornal *Lampião da Esquina*; Ditadura Militar; Ensino Médio.

ABSTRACT

This study is situated within the fields of Gender Relations Studies and History Education, with the aim of proposing strategies to integrate the history of the Brazilian LGBTQIA+ social movement, especially during the 1970s and 1980s, into high school History classes. The newspaper *Lampião da Esquina* was used as the primary source, serving as the basis for the development of teaching materials intended to mobilize skills and competencies that promote empathy, respect for diversity, and the fight against LGBTphobia among students. To this end, the research seeks legal support from the 2017 National Common Curricular Base (BNCC) and the 2021 Santa Catarina High School Core Curriculum (CBTC). The research engages with Queer Theory, as it understands that historicizing the experiences of gay, lesbian, transgender, travesti, and other gender identities that fall outside the cisheteronormative framework through History Education represents a transgression of hegemonic teaching practices.

Keywords: History Education; LGBTQIA+ Social Movement; *Lampião da Esquina* Newspaper; Military Dictatorship; High School Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|----|
| Figura 1 – Campanha de Assistência Médico-Social do GGB no início dos anos 1980..... | 37 |
| Figura 2 - Verushka na capa de uma das edições do Lâmpião da Esquina | 42 |
| Figura 3 - Fotos do Bixórdia II..... | 43 |
| Figura 4 - Fotografia tirada no dia da entrevista | 44 |
| Figura 5 - Alice Soares, Flávia e Tatiana | 45 |
| Figura 6 - Djalma Santos | 47 |
| Figura 7 - Poema escrito por Djalma Santos | 48 |
| Figura 8- Homossexuais invadem a prefeitura de São Francisco..... | 51 |
| Figura 9 - Harvey Milk na Parada do Dia Gay de São Francisco..... | 52 |
| Figura 10 - Batida policial no Truaxx Crusing Bar na noite de 22 de outubro de 1977 | 54 |
| Figura 11 - Fotografias do Dia do Orgulho Gay em Londres, no ano de 1979..... | 55 |
| Figura 12 - Registro da mobilização ocorrida no México | 56 |
| Figura 13 - Batidas policiais lideradas por Richetti | 60 |
| Figura 14 - Mulheres da Ação Lésbica Feminista no ato público contra Richetti | 62 |
| Figura 15 - Passeata em São Francisco | 75 |
| Figura 16 – Capa do material didático | 89 |
| Figura 17 – Imagem do material didático – Para início de conversa | 90 |
| Figura 18 – Imagem do material didático – Atividade 1 | 92 |
| Figura 19 – Imagem do material didático – Atividade 2..... | 93 |
| Figura 20 – Imagem do material didático – relato de Flávia..... | 94 |
| Figura 21 – Imagem do material didático – tutorial para acessar os obtuários | 98 |
| Figura 22 – Imagem do material didático – Atividade 6..... | 99 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|------------|--|
| ABIG | Associação Brasileira de Imprensa Gay |
| ADPF | Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental |
| AIDS | Síndrome da Imunodeficiência Adquirida |
| BDSM | Bondage, Disciplina, Dominação, Submissão e Sadomasoquismo |
| BNCC | Base Nacional Comum Curricular |
| CBTC | Currículo Base do Território Catarinense |
| CCDLG | Coalizão Canadense pelos Direitos das Lésbicas e dos Gays |
| CEDOC | Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott |
| CEE | Conselho Estadual de Educação |
| CELAM | Conselho Episcopal Latino-Americano e Caribenho |
| CEPIA | Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação |
| CFEMEA | Centro Feminista de Estudos e Assessoria |
| CFP | Conselho Federal de Psicologia |
| CLADEM | Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos das Mulheres |
| CNLGBTQIA+ | Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ |
| CORSA | Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade e Amor |
| FECAM/SC | Federação Catarinense de Municípios |
| FHAR | Frente Homossexual de Acción Revolucionaria |
| FLH | Frente de Libertação Homossexual |
| GAAG | Grupo de Ação e Afirmação Gay |
| GALF | Grupo de Ação Lésbica Feminista |
| GGB | Grupo Gay da Bahia |
| IBDSEX | Instituto Brasileiro de Diversidade Sexual |
| IMP | Instituto Maria da Penha |
| LDB | Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional |
| LGBTQIA+ | Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais e outras identidades |
| MBL | Movimento Brasil Livre |
| MNU | Movimento Negro Unificado |
| OMS | Organização Mundial da Saúde |

| | |
|--------------|--|
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| PCSC | Proposta Curricular de Santa Catarina |
| PDF | Portable Document Format |
| PE | Pernambuco |
| PNDH | Programa Nacional de Direitos Humanos |
| PNE | Plano Nacional de Educação |
| PNLD | Programa Nacional do Livro e do Material Didático |
| PROFHISTÓRIA | Mestrado Profissional em Ensino de História |
| SC | Santa Catarina |
| SED | Secretaria de Estado da Educação |
| SP | São Paulo |
| STF | Supremo Tribunal Federal |
| UFPR | Universidade Federal do Paraná |
| UFRGS | Universidade Federal do Rio Grande do Sul |
| UFRJ | Universidade Federal do Rio de Janeiro |
| UFSC | Universidade Federal de Santa Catarina |
| UNICAMP | Universidade Estadual de Campinas |
| UNCME | União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação |
| UNDIME | União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 1 – Materiais e atividades do Capítulo 1 em consonância com o CBTC | 90 |
| Quadro 2 - Materiais e atividades do Capítulo 2 em consonância com o CBTC | 95 |
| Quadro 3 - Materiais e atividades do Capítulo 3 em consonância com o CBTC | 96 |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|---|------------|
| | INTRODUÇÃO | 15 |
| 1 | O JORNAL LAMPIÃO DA ESQUINA E O MOVIMENTO SOCIAL HOMOSSEXUAL BRASILEIRO NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980 | 27 |
| 1.1 | FELICIDADE DEVE SER AMPLA E IRRESTRITA | 27 |
| 1.2 | <i>NA TERRA DOS HOMBRES, PAULADA NAS BONECAS!</i> UM JORNAL HOMOSSEXUAL EM TEMPOS DE REPRESSÃO | 48 |
| 2 | O LUGAR DO <i>GÊNERO</i> NO ENSINO DE HISTÓRIA: CURRÍCULO, TENSÕES E POSSIBILIDADES..... | 65 |
| 2.1 | TEMAS SENSÍVEIS E A AGENDA ANTIGÊNERO..... | 67 |
| 2.2 | O QUE DIZEM OS DOCUMENTOS EDUCACIONAIS?..... | 76 |
| 3 | O <i>LAMPIÃO DA ESQUINA</i> NAS AULAS DE HISTÓRIA | 85 |
| 3.1 | OS JORNAIS NO ENSINO DE HISTÓRIA | 85 |
| 3.2 | POR DENTRO DO MATERIAL DIDÁTICO: POSSIBILIDADES A PARTIR DO CURRÍCULO BASE DO TERRITÓRIO CATARINENSE..... | 88 |
| 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 101 |
| | REFERÊNCIAS..... | 101 |

INTRODUÇÃO

Aos seres que ousam, ousaram e ousarão [...] (*Lampião da Esquina*, n. 25, 1980, p. 9).

A frase acima citada, atribuída à cantora Angela RoRo, sumariza a premissa desta pesquisa e, sobretudo, indica quais sujeitos pretende-se levar para as aulas de História. Entende-se que a ausência da história das vivências LGBTQIA¹ no ensino de História, não está apenas relacionada ao medo de grupos conservadores que ainda hoje realizam uma cruzada antigênero, mas também representa uma lacuna na historiografia brasileira, que invisibilizou gays, lésbicas, travestis, transsexuais e demais sexualidades dissidentes como sujeitos históricos. Como afirmam Elias Ferreira Veras e Joana Maria Pedro:

Sem dúvida, a invisibilidade das homossexualidades nos estudos históricos não se justifica pela ausência de fontes. Afinal, as fontes não são elas mesmas produto do processo interpretativo, inventivo da operação historiográfica, resultantes da seleção e classificação feitas pelos/as historiadores/as? Tampouco representam uma aversão dos/as historiadores/as às novas temáticas – há muito os “marginais”, os “vencidos”, os “excluídos”, os “silenciados” povoam os livros de história – ou mesmo ao tema da sexualidade (Veras; Pedro, 2014, p. 96).

Antes de tudo, gostaria de contextualizar o leitor e a leitora quanto ao ponto de partida da minha necessidade de incorporar histórias e narrativas LGBTQIA+ nas aulas de História. Iniciei minha trajetória na Educação Básica no ano de 2022, trabalhando com turmas de adolescentes e jovens do ensino médio da rede estadual do Estado de Santa Catarina. Logo nas primeiras aulas, percebi que o fato de eu não esconder minha identidade de gênero causava grande comoção entre os/as discentes e professores/as; enquanto recebia olhares nada receptivos por parte de alguns colegas de trabalho, muitos adolescentes passaram a se identificar comigo e a trazer discussões sobre LGBTfobia, racismo e machismo para as aulas de História; entendo que a liberdade que encontraram para falar sobre temas considerados sensíveis em minhas aulas se deve ao fato de eu ter passado a ocupar a posição de adulto de referência (Seffner, 2016).

Ainda neste mesmo ano, fui chamado pela coordenadora escolar para uma conversa particular. O motivo? As alunas do 3º ano do ensino médio, que eu estava orientando para a feira cultural da escola, ao tratarem dos grupos perseguidos durante a Alemanha nazista, decidiram incluir no estande, além dos judeus, cartazes e fotografias acerca dos ciganos, comunistas, imigrantes e homossexuais. Em minha defesa, fui para a reunião munido de uma tabela contendo as competências e habilidades presentes em documentos escolares, como a

¹ Apesar do anacronismo presente no uso desta sigla – que faz referência a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, *Queer*, Intersexuais, Assexuais e demais identidades de gênero dissidentes da heteronorma – ao mencionar o movimento homossexual das décadas de 1970 e 1980, entende-se o seu potencial político englobante, em vez de termos patologizantes e restritivos (Schmidt, 2021).

BNCC e o Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense, que abordam a diversidade sexual e de gênero, bem como o combate a diversas formas de preconceito. Após eu deixar claro para a coordenadora escolar que minhas alunas não iriam distribuir “kit gay”² aos visitantes da feira, a exposição acabou acontecendo.

O episódio narrado acima foi o primeiro de muitos que vivenciei em pouco mais de três anos de carreira docente e me fez compreender com mais profundidade o pânico moral em torno de assuntos relacionados a gênero e sexualidade no âmbito da educação escolar. Quando a coordenadora escolar expressou sua preocupação, alegando que a feira cultural receberia muitas famílias e que falar sobre os homossexuais perseguidos durante o Terceiro Reich seria inadequado, não pude deixar de pensar na existência de limites e seletividades para abordar uma das maiores tragédias do século XX. Tais imposições apenas reforçam a ideia da heterossexualidade não apenas como norma, mas também como regime político (Wittig, 2022). Na lógica cisheteronormativa que orienta o senso comum, o simples ato de incluir as violências históricas sofridas por pessoas LGBTQIA+ no ensino escolar sobre direitos humanos incomoda mais do que os próprios crimes que essas populações sofreram ao longo do tempo. Conforme Seffner:

A preparação das atividades de ensino sobre temas de gênero e sexualidade deve levar em conta que estes assuntos impactam as concepções morais dos sujeitos, e, portanto, não se trata de uma discussão apenas de ordem racional ou científica, embora seja este o papel principal da escola, a inserção dos alunos nos raciocínios e na tradição científica (Seffner, 2020, p. 77).

Desde então, mesmo diante das recorrentes tentativas de censura, as narrativas de vida de pessoas LGBTQIA+ têm se tornado mais presentes em minhas aulas. Exemplos significativos incluem Tibira do Maranhão e Felipa de Souza, cujas histórias se inserem no contexto das inquisições durante o período colonial, bem como Alan Turing, considerado o pai da computação, cuja atuação como cientista foi fundamental para salvar inúmeras vidas durante a Segunda Guerra Mundial. Sempre compreendi os relatos de personagens que desafiaram a cisheteronormatividade em distintos contextos históricos como contribuições significativas para o tratamento da diversidade sexual e de gênero no espaço escolar, bem como uma via para a historicização das experiências vividas por pessoas LGBTQIA+, pois “histórias que documentam o mundo *escondido* da homossexualidade, por exemplo, mostram o impacto do

² Em 2011, durante o primeiro governo da presidenta Dilma Rousseff (2011-2014), o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a união homoafetiva, marcando um avanço significativo nos direitos LGBTQIA+. No entanto, no mesmo mês, a polêmica em torno do “kit gay”, material didático do programa “Escola Sem Homofobia”, gerou forte reação de grupos conservadores. Diante dessa pressão, a presidenta Dilma Rousseff optou por vetar o projeto, evidenciando a tensão entre os avanços legais e a resistência social em relação às questões relativas às relações de gênero e sexualidade.

silêncio e repressão nas vidas que foram afetadas e trazem à luz a história de como foram suprimidos e explorados” (Scott, 2012, p. 302).

Frente às problemáticas levantadas, a presente pesquisa busca responder: como a história do movimento social LGBTQIA+ brasileiro pode contribuir para a valorização da diversidade no espaço escolar? Sendo assim, espera-se que o material didático intitulado “*Aos seres que ousam, ousaram e ousarão: o movimento social LGBTQIA+ brasileiro a partir do jornal *Lampião da Esquina* (1978-1981) em uma proposta para o Ensino de História*” não apenas instrumentalize os educadores para o combate à LGBTfobia no espaço escolar, mas também traga contribuições para o diálogo entre a historiografia LGBTQIA+ e o ensino de História.

Buscando dimensionar a atuação do movimento LGBTQIA+ brasileiro nas décadas de 1970 e 1980, foram analisadas 37 das 41 edições do jornal *Lampião da Esquina*, compreendendo tais fontes como um importante registro da gênese do “movimento guei” no Brasil em tempos de ditadura militar e abertura política. Tais edições do *Lampião da Esquina* encontram-se disponíveis na web, no site do Grupo Dignidade³, que, no ano de 2007, criou o CEDOC – Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott, localizado no estado do Paraná. O acervo do primeiro jornal homossexual de alcance nacional é gerido pelo IBDSEX – Instituto Brasileiro de Diversidade Sexual e conta com o apoio de organizações como a Aliança Nacional LGBTI+ e o GGB – Grupo Gay da Bahia.

Acerca dos cuidados ao se trabalhar com jornais como fonte de pesquisa, Franco e Silva (2010) ressaltam:

[...] tomar o jornal como fonte não significa pensá-lo como receptáculo de verdades; ao contrário, o que se propõe é pensá-lo a partir de suas parcialidades, a começar pela observação do grupo que o edita, das sociabilidades que este grupo exercita nas diferentes conjunturas políticas, das intenções explícitas ou sutis em exaltar ou execrar atores políticos (Silva & Franco, 2010, p. 5).

A escolha do jornal *Lampião da Esquina* como fonte histórica para a presente pesquisa e, sobretudo, como aporte para apresentar a história do movimento LGBTQIA+ brasileiro a adolescentes e jovens justifica-se por diversos fatores. Um deles se deve ao fato de que “a história do movimento homossexual brasileiro se confunde com a história do *Lampião da Esquina*. O SOMOS, o primeiro grupo homossexual organizado, foi criado meses depois de o jornal chegar às bancas de todo o Brasil” (Rodrigues, 2018, p. 240). É possível encontrar, nas páginas do jornal, diversas evidências da proximidade do periódico com os movimentos sociais em prol das sexualidades dissidentes que se organizavam naquele período:

³ <https://cedoc.grupodignidade.org.br>

Nosso grupo já se chamou desde Clube da Bolachinha (nos reuníamos com chá e bolacha). Até Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais (com que subscrevemos a carta contra a imprensa marrom), sem contar apelidos como “grupo totó- fruta-conde”, dado por um leitor do LAMPIÃO. Discutimos muito o nome. Afinal, pintou SOMOS, que é expressivo, afirmativo, palindrômico (procure no dicionário), rico em semiótica e sem contraindicações. Trata-se, além disso, de uma homenagem à Frente de Libertação Homossexual da Argentina, que foi na América Latina o primeiro movimento organizado para lutar pelos direitos homossexuais [...] (*Lampião da Esquina*, n. 12, 1979, p. 3).

Além da compreensão de que é impossível abordar a história do movimento social LGBTQIA+ brasileiro no Ensino de História sem mencionar o jornal *Lampião da Esquina*, outra questão que perpassa o interesse por tal fonte refere-se ao lugar e ao espaço social e político de onde falo, afinal “decidir quais categorias se deve historicizar é inevitavelmente político, está necessariamente ligado ao reconhecimento do lugar do historiador na produção do conhecimento” (Scott, 2012, p. 325). Cabe aqui salientar que tal pessoalidade é resultado do entrecruzamento entre aquilo que me atravessa enquanto pessoa LGBTQIA+, profissional docente e entusiasta de um conhecimento histórico construído por e para sujeitos que estão à margem. De forma alguma isso representa um demérito para a pesquisa aqui desenvolvida, tampouco implica o abandono da criticidade, tendo em vista que o jornal *Lampião da Esquina* foi aqui entendido não como “efeito de verdade, mas sim como representação de grupos sociais sobre si mesmos e a realidade que os cercam” (Silva & Franco, 2010, p. 10).

Embora o *Lampião da Esquina* seja uma fonte amplamente mobilizada pela historiografia LGBTQIA+ e pelos Estudos de Gênero, sua presença no campo do Ensino de História ainda é significativamente limitada. A maior parte das pesquisas concentra-se na análise do jornal como marco cultural, político e identitário do movimento homossexual brasileiro, mas raramente o articula a práticas pedagógicas que dialoguem com a sala de aula da educação básica. Assim, esta pesquisa se distingue ao propor uma abordagem original: examinar o *Lampião da Esquina* como instrumento para o ensino de História e, paralelamente, desenvolver um material didático que possibilite aos estudantes compreenderem o movimento social LGBTQIA+ a partir de uma perspectiva histórica, crítica e contextualizada. Essa escolha reafirma a relevância da fonte e evidencia um campo ainda pouco explorado na interface entre historiografia e ensino.

O *Lampião da Esquina* circulou entre abril de 1978 e março de 1981, com publicações mensais em formato tabloide, geralmente com 16 a 20 páginas. O seu nascimento pode ser entendido a partir da “necessidade que uma parcela da sociedade teve de procurar seus semelhantes, buscar uma união com os iguais, construir um refúgio coletivo, lutar contra um sistema que os tornava invisíveis” (Rodrigues, 2018, p. 235). No final da década de 1970, o

Lampião da Esquina já tecia críticas ao discurso da heteronormatividade que segrega corpos e identidades que fogem da “norma”. Entende-se que, mais do que nunca, o ensino de História deve estar comprometido com as demandas do presente, com os problemas que nos cercam.

Nesse sentido, a militância presente nas páginas do jornal *Lampião da Esquina* se constitui como um discurso poderoso em prol da diversidade sexual e de gênero, podendo ser trabalhado nas aulas de História por meio do uso de fontes históricas. Os assuntos abordados pelo periódico eram vastos, “contos, poesias, críticas de teatro, de cinema, literárias etc. juntavam-se às cartas dos leitores num fórum de grandes debates” (Rodrigues, 2018, p. 240), mas sem abrir mão de seu caráter político:

Exigimos o espaço social que vem sendo negado na luta pela transformação da sociedade: afirmamos a sexualidade como uma das liberdades democráticas e um dos direitos humanos a serem reivindicados - sem falsas prioridades impostas compulsoriamente, pois trata-se de incluir tais elementos numa análise mais global da sociedade (*Lampião da Esquina*, n. 12, 1979, p. 3).

Silva & Franco (2010), ao tecerem considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica, apresentam uma caracterização dos jornais, os dividindo em dois grupos: “Jornais de Temática Livre” e “Jornais de Temática Específica”. De acordo com as pesquisadoras, os jornais de temática livre, como *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *Correio do Estado*, de Mato Grosso do Sul, e *O Dia*, do Rio de Janeiro, abarcam uma maior variedade de assuntos e possuem uma ampla plataforma de anúncios e propagandas (Silva & Franco, 2010). Já os impressos de temáticas específicas, os chamados nanicos⁴, entre os quais podemos citar os cariocas *A Flor do Mal*, *Navilouca*, *Bondinho*, *Pasquim* e *Lampião da Esquina*, “constitui-se de periódicos de menor porte, voltados para a pretensão política de grupos minoritários, com projetos de nação mais ou menos acabados” (Silva & Franco, 2010, p. 8).

Sobre a imprensa alternativa brasileira durante a ditadura militar, Patrícia Marcondes de Barros (2003) afirma:

[...] surgiu da articulação de duas forças igualmente compulsivas: o desejo das esquerdas de protagonizarem as transformações institucionais que propunham e a busca, por jornalistas e intelectuais, de espaços alternativos à grande imprensa. É na dupla oposição ao regime representado pelos militares e às limitações à produção intelectual-jornalística sob o autoritarismo, que se encontra o nexo dessa articulação entre jornalistas, intelectuais e ativistas políticos (Barros, 2003, p. 63).

Com o propósito de identificar, nas edições do jornal *Lampião da Esquina*, as características da atuação do movimento social homossexual brasileiro nas décadas de 1970 e

⁴ Termo usado para se referir aos jornais alternativos da época; não necessariamente homossexuais. Segundo Barros (2003, p. 63): “Entre 1964 a 1980, nasceram e morreram 150 periódicos alternativos, que tinham como traço comum a oposição intransigente ao regime militar”.

1980, o processo de análise das fontes foi realizado com o auxílio de uma tabela elaborada no Word®. Nessa tabela, cada edição do periódico disponível no acervo digital do CEDOC – Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott, foi mapeada a partir dos seguintes aspectos: “Ano/Edição”, “Autores”, “Título/Transcrição” e “Personagens”. Tal forma de trabalho, além de permitir uma maior sistematização das informações coletadas, possibilitou a identificação de alguns eixos temáticos potenciais para o ensino da história do movimento social LGBTQIA+ brasileiro, tendo o jornal *Lampião da Esquina* como base. Entre esses eixos, destacam-se: o diálogo com os movimentos homossexuais dos Estados Unidos e de países latino-americanos; e o enfrentamento à violência promovida por órgãos repressores da ditadura militar.

A seleção das matérias do jornal *Lampião da Esquina* que seriam fichadas atendeu à necessidade de coletar informações relacionadas aos eixos temáticos que se pretende explorar, bem como ao potencial pedagógico do impresso, a ser mobilizado na construção do material didático. Nesse sentido, o foco recaiu sobre edições com conteúdo político mais evidente, como a edição nº 4, de setembro de 1978, que, na seção “Esquina”, trouxe notícias como: “Passeata gay reúne 240 mil”, “Não me espreme que eu sangro” e “A praça é dos negros”. Destaca-se também a emblemática edição nº 7, de dezembro de 1978, cuja capa estampava o título *Latinamérica: NA TERRA DOS HOMBRES, PAULADA NAS BONECAS!* Nessa edição, a seção “Reportagem” apresentou matérias como: “Denúncia nos EUA: genocídio”, “México: que viva el macho”, “Na Argentina é assim: paulada nas bonecas! Um documento do exílio” e “Chile: denúncias da matança”.

Foi no decorrer do processo de análise das fontes que me deparei com Verushka, Alice Soares, Flávia, Tatiana, Harvey Milk e Djalma Santos, personagens selecionados a partir do jornal *Lampião da Esquina* para terem suas histórias de vida narradas no produto educacional resultante desta pesquisa. O uso das experiências pessoais dessas pessoas para urdir a colorida e diversa bandeira do movimento social LGBTQIA+ brasileiro parte da ideia de que o pessoal é político, e de que “não são os indivíduos que têm experiência, mas sim os sujeitos que são constituídos pela experiência” (Scott, 2012, p. 304).

Para Joan Scott (2012), a experiência pode ser definida como a história de um sujeito. Nessa perspectiva, cabe aqui esclarecer a intencionalidade por trás da seleção desses personagens, entre tantos outros presentes no jornal *Lampião da Esquina*. As vivências de Verushka, Flávia e Tatiana são fundamentais para refletir sobre os desafios enfrentados por pessoas trans. A história do ativista político Harvey Milk, além de inspiradora, contribui para a compreensão das conexões entre os movimentos homossexuais dos Estados Unidos e do Brasil. Por fim, a saga de Djalma Santos, narrada nas páginas do periódico, permite entender como

diferentes formas de opressão como o racismo e a homofobia, podem atuar de maneira conjunta. Um dos objetivos, ao trazer esses testemunhos para o ensino de História, é sensibilizar os educandos acerca dos efeitos da LGBTfobia, pois “pensar sobre a experiência desse modo é historicizá-la, bem como historicizar as identidades que ela produz” (Scott, 2012, p. 304).

Em seguida, os documentos basilares da educação básica, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2017 e o Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense (CBTC) de 2021, foram revisitados com o objetivo de verificar como as temáticas LGBTQIA+ aparecem nos currículos. Na seção “Conhecimentos da Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: categorias e articulações” do Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense, no Caderno 2, que trata da Formação Geral Básica, a diversidade sexual e de gênero é mencionada como um aspecto relevante no processo de compreensão das identidades culturais, a ser mobilizado entre os educandos.:

Assim, contribui sobretudo para a ampliação de sua percepção de mundo, suscitada através dos conceitos de alteridade, diversidade cultural, sexual e de gênero, identidades, relativismo cultural, multiculturalismo/perspectivismo, antropocentrismo, interculturalismo, etnocentrismo, tradição, cultura popular, cultura erudita e tradição. Por isso, temas como racismo, homofobia, machismo, especismo e xenofobia emergem como pontos fundamentais para o aprofundamento da discussão sobre a ética, o respeito, a convivência, os direitos humanos e a constituição de identidades [...] (Santa Catarina, 2021b, p. 75).

A abordagem epistêmica adotada parte da teoria *queer*, reconhecendo que tratar da história de populações LGBTQIA+ no ensino de História consiste em subverter a cisheteronormatividade. Abordar a trajetória do movimento homossexual brasileiro é lidar com uma historiografia que, por muito tempo, permaneceu na “clandestinidade”, distante das universidades e ausente no ensino de História. A escolha da teoria *queer* como ferramenta de análise, uma abordagem tão intimidadora para a cisheteronormatividade quanto a própria história das populações LGBTQIA+, justifica-se pela relação entre os binarismos e a ausência de grupos sexuais dissidentes nas aulas de História. Nessa chave, ao propor uma pedagogia *queer*, Guacira Lopes Louro argumenta que:

[...] a polarização heterossexual/homossexual seria questionada. Analisada a mútua dependência dos polos, estariam colocadas em xeque a naturalização e a superioridade da heterossexualidade. O combate à homofobia – uma meta ainda importante – precisaria avançar. Para uma pedagogia e um currículo *queer* não seria suficiente denunciar a negação e o submetimento dos/as homossexuais, e sim desconstruir o processo pelo qual alguns sujeitos se tornam normalizados e outros marginalizados (Louro, 2001, p. 550).

Sabendo que a teoria *queer*, emergente no final da década de 1980, se configura como uma perspectiva teórica pós-estruturalista, as contribuições de Foucault (1988) foram consideradas em um primeiro momento, pavimentando o percurso metodológico rumo aos

referenciais de autoras e autores *queer*, tais como, Lauretis (1994;2021), Butler (2016; 2023), Louro (2001) e Sedgwick (2007). Dentre as obras da literatura feminista que foram mobilizadas no fazer epistêmico da presente pesquisa, está o clássico *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity* (1990), da filósofa norte-americana Judith Butler. O título do livro que trouxe novas reflexões para a epistemologia feminista, faz referência ao filme *Problemas Femininos* (1974), do diretor independente John Waters. Em *Problemas de Gênero* (2023), ao dialogar com Michael Foucault, Luce Igaray, Simone de Beauvoir e Monique Wittig, a teórica *queer* questiona a diferença anatômica entre os sexos e se propõe a pensar um feminismo que subverta a categoria mulher, tendo em vista que “o próprio sujeito das mulheres não é mais compreendido em termos estáveis ou permanentes” (Butler, 2023, p. 18). Butler se contrapõe a toda concepção universalizante:

A noção binária de masculino/feminino constitui não só a estrutura exclusiva em que essa especificidade pode ser reconhecida, mas de todo modo a “especificidade” do feminino é mais uma vez totalmente descontextualizada, analítica e politicamente separada da constituição de classe, raça, etnia e outros eixos de relações de poder, os quais tanto constituem a “identidade” como tornam equívoca a noção singular de identidade (Butler, 2023, p. 22).

Ao flertar com o pensamento foucaultiano, Butler (2023) problematiza a noção de sexo como um elemento pré-discursivo, argumentando que nas relações de poder, tanto o gênero quanto o sexo, são resultados de uma produção discursiva. Nesse sentido, “a regulação binária da sexualidade suprime a multiplicidade subversiva de uma sexualidade que rompe as hegemonias heterossexual, reprodutiva e médico-jurídica” (Butler, 2023, p. 47). Desse modo, ao trazer tais reflexões para o Ensino de História, por meio das histórias de vida de pessoas presentes nas páginas do jornal *Lampião da Esquina*, pretende-se provocar reflexões no ensino histórico escolar tradicional, que, ao tratar a cisheterossexualidade como norma, exclui e omite a historiografia LGBTQIA+.

Louro (1997) destaca que o gênero compõe as identidades do sujeito, assim como nacionalidade, classe social, etnia, e demais marcadores sociais. Portanto, entende-se que as identidades sexuais e de gênero são construídas socialmente e historicamente:

Sujeitos masculinos ou femininos podem ser heterossexuais, homossexuais, bissexuais (e, ao mesmo tempo, eles também podem ser negros, brancos, ou indígenas, ricos ou pobres etc.). O que importa aqui considerar é que tanto na dinâmica do gênero como na dinâmica da sexualidade as identidades são sempre construídas, elas não são dadas ou acabadas num determinado momento. Não é possível fixar um momento — seja esse o nascimento, a adolescência, ou a maturidade — que possa ser tomado como aquele em que a identidade sexual e/ou a identidade de gênero seja “assentada” ou estabelecida. As identidades estão sempre se constituindo, elas são instáveis e, portanto, passíveis de transformação (Louro, 1997, p. 27).

Tal dinamismo e instabilidade, presente na construção de tais identidades, pode representar uma ameaça aos padrões heteronormativos estabelecidos no dia a dia — inclusive no espaço escolar — que, em determinados contextos, tem sido um ambiente hostil a crianças e jovens LGBTQIA+. Já em relação à fluidez do gênero, é essencial compreender que tais transformações “são atravessadas por diferentes discursos, símbolos, representações e práticas [...] arranjanando e desarranjanando seus lugares sociais, suas formas de ser e de estar no mundo” (Louro, 1997, p. 28).

Sobre a revisão bibliográfica, Will (2011) ressalta que a ciência é construída historicamente, onde todo o novo conhecimento científico produzido dialoga com os saberes anteriores. Nesse sentido, cabe pontuar que: “O levantamento bibliográfico consiste na seleção de obras que se revelam importantes e relacionadas ao que se deseja conhecer – o objeto de estudo da pesquisa. E, como qualquer outra fase de um trabalho científico, é fruto de uma atividade metódica, organizada” (Will, 2011, p. 54).

Num primeiro momento, foi realizada uma investigação acerca da produção historiográfica sobre o movimento social LGBTQIA+ brasileiro a partir da década de 1990. Nessa etapa, foram fichadas as contribuições de Green (2000), Veras e Pedro (2014), Trevisan (2018), Rodrigues (2012), Gonçalves (2022), Green, Quinalha, Caetano e Fernandes (2018), Facchini (2002;2003), Pedro (2005), entre outros pesquisadores vinculados ao campo dos Estudos de Gênero e à construção de uma historiografia LGBTQIA+ no Brasil, se assim já podemos nomeá-la.

A tese de doutorado de Rita de Cássia Colaço Rodrigues (2012), intitulada *De Daniele a Chrysóstomo: Quando travestis, bonecas e homossexuais entram em cena*, investiga as representações da homossexualidade presentes na trajetória do movimento homossexual brasileiro, com foco nas décadas de 1970 e 1980. A autora analisa a formação do grupo SOMOS, em São Paulo, e a criação do jornal *Lampião da Esquina* como marcos da entrada de sujeitos dissidentes, como travestis, “bonecas”, gays e lésbicas, na cena política nacional. A pesquisa concentra-se no eixo Rio-São Paulo e utiliza como fonte principal o processo criminal movido contra o *Lampião da Esquina* em 1981, buscando compreender como essas identidades passaram a ser politizadas e representadas no contexto das lutas por direitos civis e visibilidade LGBTQIA+.

Regina Facchini (2002), em sua dissertação de mestrado em Antropologia Social pela UNICAMP intitulada *“SOPA DE LETRINHAS? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo*, investiga a história do movimento homossexual paulista na segunda metade dos anos 1990. A autora busca

compreender a dinâmica interna do movimento e a produção de identidades coletivas, refletindo também sobre as possibilidades e limites das ações coletivas dos movimentos sociais no Brasil pós-redemocratização. O estudo se concentra na cidade de São Paulo e utiliza como fonte principal a trajetória do grupo CORSA – Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade e Amor, entre 1997 e 1999, proporcionando uma análise aprofundada das transformações e estratégias adotadas pelo movimento homossexual naquele período.

Outro trabalho que vale destacar é a dissertação de mestrado de Alisson Gonçalves (2022), intitulada *Jornal Lampião da Esquina (1978-1981) À luz da identidade gay no Brasil ditatorial*. O estudo investiga de que forma as identidades sexuais dissidentes foram apresentadas pelo jornal em suas reportagens e demais seções, buscando identificar como os leitores se reconheciam enquanto sujeitos homossexuais a partir do contato com o veículo. A pesquisa abrange o Brasil nas décadas de 1970 e 1980, utilizando como fontes 38 edições do *Lampião da Esquina* publicadas entre 1978 e 1981, contribuindo para a compreensão da construção e visibilidade das identidades gays durante o período ditatorial.

Com o objetivo de mapear os trabalhos já produzidos no campo do ensino de História que, de alguma forma, dialogam com o conhecimento que se pretende construir nesta pesquisa, foram utilizados diferentes descritores na base de dados da EduCAPES, com foco específico nas produções vinculadas ao ProfHistória.

A busca pelo descritor “Gênero” retornou 84 trabalhos, enquanto “Relações de gênero” resultou em 102 produções. Já o descritor “Ditadura Militar” apresentou 82 trabalhos, e “Jornal” contabilizou 50 produções. Por outro lado, ao pesquisar pelos títulos “Movimento Social LGBTQIA+” e “Lampião da Esquina”, não foram encontrados trabalhos no âmbito do ProfHistória.

Esses dados evidenciam que, embora haja uma produção significativa relacionada às discussões de gênero e a temáticas históricas mais amplas, ainda se observa uma lacuna no que se refere a abordagens específicas sobre o movimento social LGBTQIA+ e suas fontes, como o jornal *Lampião da Esquina*, no campo do ensino de História.

Dentre os resultados destacam-se as seguintes dissertações: *Entre resistência democrática e ofensiva conservadora: fontes e subjetividades do projeto “gênero e diversidade na escola” (2015-2016)*, de Robson Ferreira Fernandes (2021), orientada por Janine Gomes da Silva (UFSC); *Gênero e sexualidade nas aulas de História: Composições para um currículo antinormativo*, de Priscila Spindler Corrêa Nunes (2020), orientada por Fernando Seffner (UFRGS); e, *Compreendendo as identidades LGBTQIA+: entre o sair do armário e o livro didático de história, conexões possíveis de histórias não contadas*, de Tiago Vidal da Silva

(2022), orientada por Edilson Aparecido Chaves (UFPR). Cabe ressaltar que os três trabalhos mencionados acima foram produzidos dentro do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA), um indicador importante sobre como a temática “gênero” se faz presente no cotidiano escolar.

A pesquisa desenvolvida por Fernandes (2021), parte da problemática de que o ambiente escolar é discriminatório com os corpos que subvertem a lógica heteronormativa da sociedade. Ao relatar a aplicação do projeto “Gênero e Diversidade na Escola”, na instituição de ensino Escola de Educação Básica Coronel Antônio Lehmkuhl, na localidade de Águas Mornas (SC), se estabelece caminhos possíveis entre o Ensino de História e as temáticas sobre gênero e sexualidade.

Nunes (2020), partindo de teorizações *queer*, propõe um currículo de História antinormativo em contraposição a um ensino de História “tradicional” que reforça a lógica heterocisnormativa. No trabalho em questão, as trajetórias escolares de pessoas não-binárias, transexuais, transgêneras e travestis, se constituem como importantes fontes de pesquisa.

Silva (2022), também com base nos estudos *queer*, problematiza a ausência das identidades LGBTQIA+ nos livros didáticos. Seu objeto de análise é o livro História, Sociedade & Cidadania, da Editora FTD, aprovado no PNLD 2020, por meio do qual o autor revela como a invisibilização dessas identidades contribui para a manutenção de um currículo que silencia a diversidade.

As pesquisas analisadas apontam caminhos fundamentais para a inserção da história LGBTQIA+ no ensino de História, ao tensionarem tanto os currículos quanto as práticas pedagógicas que perpetuam a exclusão de corpos dissidentes e identidades não normativas. Ao proporem uma abordagem crítica baseada nos estudos de gênero e teoria *queer*, esses trabalhos contribuem para a construção de uma educação mais inclusiva, comprometida com a diversidade e a justiça social. Além disso, evidenciam a urgência de repensar os materiais didáticos e o papel da escola como espaço de resistência e afirmação de múltiplas subjetividades, ampliando as possibilidades de representação e pertencimento para estudantes LGBTQIA+ no contexto escolar.

O primeiro capítulo, intitulado *O jornal Lampião da Esquina e o movimento social homossexual brasileiro nas décadas de 1970 e 1980*, busca contextualizar o surgimento da militância homossexual no Brasil durante esse período, estabelecendo sua relação intrínseca com o jornal *Lampião da Esquina*. Na primeira parte, o foco recai sobre o papel do impresso na afirmação política das homossexualidades, no enfrentamento à violência e na valorização das histórias de vida de personagens como Paulete, Ninuccia, Harvey Milk, Verushka e Djalma

Santos, cujas trajetórias foram registradas e divulgadas nas páginas do jornal. Essa abordagem permite refletir sobre o potencial pedagógico desses relatos para o ensino de História, especialmente ao considerar propostas didáticas que busquem romper com a lógica cisheteronormativa. Na seção seguinte, o capítulo se dedica à análise dos vínculos transnacionais do movimento homossexual brasileiro com ativismos de outros países, notadamente Estados Unidos e Argentina. Através dessa perspectiva, são evidenciadas as violências promovidas por regimes democráticos e ditatoriais contra pessoas LGBTQIA+, além da atuação do *Lampião da Esquina* como canal de denúncia e articulação internacional, ampliando sua relevância histórica para além das fronteiras nacionais.

O segundo capítulo, intitulado *O lugar do gênero no ensino de História: currículo, tensões e possibilidades*, discute a importância de abordar as relações de gênero nas aulas de História, levantando questões como os motivos que ainda geram resistência a esses temas no ambiente escolar e as formas pelas quais o professor pode tratar criticamente dessas pautas. A partir da teoria *queer*, que orienta epistemologicamente a pesquisa, são exploradas reflexões sobre os chamados temas sensíveis⁵ no ensino de História, bem como o papel da escola no combate à LGBTfobia. Também é problematizado o “pânico moral” gerado pela presença das questões de gênero na educação, especialmente em contextos atravessados pela chamada agenda antigênero. Além disso, são analisadas as competências e habilidades previstas nos documentos curriculares do Ensino Médio que legitimam a inserção da história do movimento social LGBTQIA+ nas práticas pedagógicas da disciplina, evidenciando as potencialidades e desafios para uma educação comprometida com os direitos humanos e a diversidade.

O terceiro e último capítulo, intitulado *O Lampião da Esquina nas aulas de História*, volta-se para as possibilidades didáticas relacionadas ao uso de fontes históricas nas aulas de História, com ênfase na utilização de jornais como ferramentas pedagógicas. Inicialmente, discute-se o potencial dessas fontes no processo de ensino-aprendizagem, com base nas contribuições de autores como Abud e Alves (2010), Silvia e Franco (2010), Pereira e Seffner (2008) e Luca (2006). Em seguida, como uma espécie de manual para o profissional docente que irá utilizar o produto educacional em suas aulas de História, são apresentadas as propostas de atividades que fazem parte do material didático, e os caminhos concretos para sua utilização no contexto escolar.

⁵ Segundo Fernando Seffner, no âmbito do Ensino de História, temas sensíveis são compreendidos como “aqueles atravessados por divergências pessoais e políticas, visões de mundo opostas” (Seffner, 2019, p. 38).

1 O JORNAL LAMPIÃO DA ESQUINA E O MOVIMENTO SOCIAL HOMOSSEXUAL BRASILEIRO NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980

Na primeira parte do capítulo, será apresentado um panorama sobre o surgimento da militância homossexual no Brasil durante as décadas de 1970 e 1980, destacando sua estreita relação com o jornal *Lampião da Esquina*. O foco recairá sobre a atuação de determinadas figuras na luta contra a violência, bem como sobre o conteúdo político presente no discurso de afirmação das homossexualidades, amplamente veiculado na publicação. Na seção seguinte, a análise se concentrará no diálogo estabelecido por meio do *Lampião da Esquina* entre o movimento homossexual brasileiro e o ativismo de outras partes do mundo, especialmente dos Estados Unidos e da Argentina. Nessa abordagem, será evidenciada a violência promovida por órgãos repressores, tanto em regimes democráticos quanto em ditaduras militares, contra lésbicas, gays, transexuais, travestis e outras identidades sexuais e de gênero.

1.1 FELICIDADE DEVE SER AMPLA E IRRESTRITA

Foi na segunda metade dos anos 1970, que surgiu no Brasil o *Lampião da Esquina*, o primeiro jornal feito por e para homossexuais; atrelado a isso, um movimento social em prol das populações LGBTQIA+ começava a se articular. Os jornalistas lampiônicos⁶ buscavam retirar as homossexualidades do chamado “gueto”⁷, abordando sobre temáticas relacionadas a comunidade guei⁸ no mundo das artes e do entretenimento, mas também acerca da repressão e violência que lhes atingiam. Sobre a gênese do até então “movimento homossexual brasileiro”, Regina Facchini afirma:

[...] O termo movimento homossexual é aqui entendido como o conjunto das associações e entidades, mais ou menos institucionalizadas, constituídas com o objetivo de defender e garantir direitos relacionados à livre orientação sexual e/ou reunir, com finalidades não exclusivamente, mas necessariamente políticas, indivíduos que se reconhecem a partir de qualquer uma das identidades sexuais tomadas como sujeito desse movimento (Facchini, 2003, p. 84).

Obviamente o periódico *Lampião da Esquina* não representava o movimento social homossexual em sua totalidade, entretanto, a sua relevância se dá ao fato de ter se colocado como um jornal assumidamente homossexual em um contexto de estigmatização das sexualidades dissidentes. Ao construir uma história da sexualidade, Michel Foucault (1988) pontua que o domínio sobre a sexualidade no mundo Ocidental, seja por meio de práticas ou

⁶ Expressão utilizada de forma recorrente no periódico *Lampião da Esquina* para se referir aos jornalistas que compunham a equipe editorial.

⁷ Termo utilizado na época para indicar os espaços semiclandestinos de convívio das homossexualidades.

⁸ Palavra empregada de forma recorrente no jornal *Lampião da Esquina*, como uma espécie de crítica ao termo anglo-saxão “gay”.

pela criação de discursos, tem como sustentáculos os poderes jurídico, religioso e biologizante. Desta forma, seja ao publicar uma matéria acerca da sambista lésbica Leci Brandão, ou sobre a arte de sujeitos trans, tais como, Rogéria, Fará Falsete, Virna e Aziza, o *Lampião da Esquina* se diferenciava ao criar um novo discurso sobre identidades de gênero que até então apareciam apenas nas páginas policiais da imprensa marrom⁹. O tratamento injusto por parte da grande mídia foi constantemente criticado pelos jornalistas lampiônicos, como na vez em que Ninuccia Bianchi, apesar da falta de provas, foi acusada de ter matado sua parceira Vânia da Silva; o jornal saiu em defesa da moça na edição de número 13, publicada em junho de 1979, trazendo a reportagem “Ninuccia é acusada de homicídio, mas só provam que ela é lésbica”. Ninuccia iria aparecer novamente nas páginas do *Lampião da Esquina*, mas agora inocentada pela justiça.

Além de indicar uma potente afirmação política do veículo de imprensa com sua gente em plena ditadura militar, as notas jornalísticas do *Lampião da Esquina* que retratavam tais sujeitos históricos, possibilitam a utilização destes ricos relatos biográficos nas aulas de História. Conforme Butler (2023), a existência de identidades sexuais e de gênero que fogem da “coerência” da norma pregada pela matriz heterossexual é vista como uma anomalia, um desvio; nesse sentido, pensar um passado histórico LGBTQIA+ implica em considerar o direito de sujeitos “incoerentes” à memória e à História, o que certamente representa uma dissidência frente as estruturas de poder reguladoras da sexualidade.

João Silvério Trevisan, Aguinaldo Silva, Mariza¹⁰, Peter Fry, Edward MacRae, Antônio Chrysóstomo, Darcy Penteado, Adão Costa..., Mas, afinal quem eram os jornalistas por detrás do projeto *Lampião da Esquina*? No clássico *Devassos no Paraíso*, publicado pela primeira vez no ano de 1986, o jornalista e escritor João Silvério Trevisan, membro atuante no editorial do periódico nos anos de 1970, afirma que “a eclosão do Movimento de Liberação Homossexual no Brasil fez parte de uma (vã) tentativa de se abrir para o mundo, buscando dialogar com o seu tempo” (Trevisan, 2018, p. 314). À vista disso, cabe lembrar os anos de chumbo da ditadura militar brasileira que antecedem o surgimento do jornal *Lampião da Esquina*, tínhamos um cenário marcado pelo fechamento temporário do Congresso Nacional, suspensão de direitos políticos, censura da imprensa e produções culturais, e intensa violência contra todos que se opusessem ao regime militar (Almeida; Weis, 1998). Grande parte da equipe

⁹ Expressão utilizada no Brasil para se referir à imprensa sensacionalista.

¹⁰ Embora identificada como *Mariza* em algumas edições do jornal *Lampião da Esquina*, trata-se de *Marisa Fernandes*. Mestre em História Social pela USP, foi cofundadora do Grupo Lésbico-Feminista (1979), do GALF – Grupo de Ação Lésbica-Feminista (1980–1989) e do Coletivo de Feministas Lésbicas (1990 até hoje). É autora de artigos sobre a história do movimento de lésbicas no Brasil (Fernandes, 2018).

do *Lampião da Esquina*, inicialmente composta apenas por homens homossexuais, vinha de uma classe média intelectualizada que teve contato com os ideais da Contracultura¹¹ dos anos 1960 e 1970; a exposição destes jovens à efervescência política e cultural que acontecia nos Estados Unidos da América e em partes da Europa, pode ser relacionada ao exílio promovido pelos próprios militares. Segundo Trevisan:

Com o abrandamento, a partir de 1975, do ciclo ditatorial brasileiro, começou a esboçar-se entre nós um novo movimento de cosmopolitização [...] paradoxalmente, a compulsória modernização desse período da vida brasileira ocorreu, no terreno cultural, por forças dos próprios militares, que, ao provocar o exílio de inúmeros intelectuais, os colocaram em contato brutal com o mundo. Quando esses personagens começaram a voltar, graças à anistia instaurada em 1979, trouxeram consigo vivências que haviam absorvido em sua forçada temporada longe do lar (Trevisan, 2018, p. 314).

O antropólogo Edward MacRae (2018a), que inclusive integrou a equipe editorial do jornal *Lampião da Esquina*, assim como o movimento homossexual no Brasil, também destaca a influência da Contracultura sobre o surgimento dos movimentos sociais que ganhavam força naquele momento. Possivelmente uma revolução dos costumes se popularizava entre “os filhos do *baby boom* do pós-guerra que chegavam à idade adulta [...]” (Almeida; Weis, 1998, p. 399), questionando vários tabus acerca da sexualidade. Entretanto, tais mudanças sociais que foram de forma gradual tornando a juventude dos anos 1960 menos conservadora, não representaram em sua totalidade a aceitação de identidades sexuais e de gênero que fugiam da norma heterossexual.

Sendo assim, coube à gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e demais identidades de gênero dissidentes, criar sua própria História de subversão na luta por cidadania, reivindicando o “direito à vida, ao corpo, à saúde, à felicidade, à satisfação das necessidades, o “direito”, acima de todas as opressões ou “alienações”, de encontrar o que se é e tudo o que se pode ser [...]” (Foucault, 1988, p. 158); um exemplo emblemático do período em questão, foi a postura radical e contestadora do *Gay Liberation Front*, nos Estados Unidos, diante da lógica heteronormativa, tendo como marco simbólico a Revolta de Stonewall. De acordo com MacRae:

[...] foi uma batalha de três noites, travada por homossexuais, incluindo muitos travestis e prostitutas, contra a polícia no gueto gay de Nova York em junho de 1969. A luta foi bastante violenta e os homossexuais, além de evidenciar uma fúria inusitada contra seus tradicionais repressores, também gritaram palavras de ordem insólitas para a época, como: “Poder Gay”, “Sou bicha e me orgulho disso”, “Eu gosto de rapazes” etc. Poucos meses depois, o Gay Liberation Front, já mais estruturado, lançaria seu próprio jornal,

¹¹ Lemas como “faça amor, não faça guerra”, “paz e amor” e “proibam a bomba”, que estavam em voga no movimento hippie estadunidense que criticava a guerra no Vietnã, também chegaram no Brasil. Segundo Almeida e Weis (1998), parte dos jovens buscou criar espaços e hábitos alternativos à sociedade de consumo, tal como, confeccionar suas próprias roupas e acessórios ao invés de ir a uma loja de departamentos.

chamado Come Out – que pode ser traduzido como Assuma-se – e consagraria o dia 28 de junho como o “Dia de Orgulho Gay” (MacRae, 2018a, p. 41-42).

Entretanto, Stonewall não foi o primeiro episódio de resistência LGBTQIA+ de que se tem registro nos Estados Unidos, havendo manifestações anteriores de enfrentamento à violência e à repressão institucional. Um dos primeiros levantes ocorreu em uma noite de maio de 1959, na Cooper Do-nuts, uma cafeteria que funcionava 24 horas e era bastante frequentada por integrantes das comunidades gay, lésbica e transgênera que circulavam pelos bares do entorno, no bairro de Skid Row, em Los Angeles. O confronto teve início quando duas drag queens, dois garotos de programa e um homem gay foram retirados do interior do estabelecimento para averiguação de identidade e posterior prisão. Ao tentarem colocar os cinco detidos à força em uma única viatura, um dos homens passou a protestar contra as condições de superlotação do veículo. Sua reação acabou por mobilizar outros frequentadores que acompanhavam a cena. Em seguida, um grupo composto por lésbicas, mulheres trans, drag queens e homens gays ocupou a rua e passou a lançar donuts, copos de café e outros objetos contra os policiais. Diante da reação coletiva, os agentes recuaram para chamar reforços, abandonando a tentativa de efetuar as prisões naquele momento (One Archives at the USC Libraries, 2018).

Em agosto de 1966, três anos antes da revolta de Stonewall, um grupo de mulheres trans e drag queens enfrentou a polícia no interior da Gene Compton’s Cafeteria, restaurante localizado no bairro de Tenderloin, em São Francisco. Segundo os relatos, uma mulher trans, exausta do assédio e da violência sistemática, teria arremessado uma xícara de café contra um policial, gesto que desencadeou um motim permeado pelo caos e pela mobilização coletiva, configurando um momento emblemático da resistência trans à violência policial (Stryker, 2008).

Esse episódio foi posteriormente resgatado e analisado pela historiadora e ativista trans Susan Stryker que, ao lado de Victor Silverman, dirigiu e produziu o documentário *Screaming Queens: The Riot at Compton’s Cafeteria (2005)*. No que se refere à relevância do acontecimento, Stryker destaca:

(...) o episódio que desencadeou o motim foi descrito como um ato de discriminação antitransgênero, e não como um ato de discriminação contra a orientação sexual. Quando tive contato com essa fonte, em 1995, o papel das drag queens nos distúrbios de Stonewall já havia se tornado um campo de disputa entre narrativas históricas transgêneras e narrativas gays/lésbicas normativas — ativistas transgênero apontavam a mitologização de Stonewall como o “nascimento” da libertação gay como uma cooptação homonormativa da resistência de sujeitos dissidentes de gênero, enquanto comentaristas gays e lésbicos de orientação homonormativa tendiam a minimizar a

importância da repressão antidrag em Stonewall (Stryker, 2008, p. 152; tradução nossa).¹²

Vale enfatizar, que a luta pelos direitos da população LGBTQIA+ no Brasil, também possui seus marcos históricos. Em fevereiro de 1979, ocorreu na Universidade de São Paulo (USP) um debate acerca do tema: “O caráter dos movimentos de emancipação”, tendo como foco a luta de sujeitos discriminados, como indígenas, negros, homossexuais e mulheres. Foi a primeira aparição pública do SOMOS – Grupo de Afirmação Homossexual, que também incluía em seu time alguns membros do jornal *Lampião da Esquina*. Sendo assim, a “participação no debate sobre a homossexualidade foi um grande marco na história do grupo e, a partir dele, o SOMOS começou a ser mais amplamente conhecido” (MacRae, 2018a, p. 177). O desejo de se organizar politicamente por meio de grupos, coletivos e núcleos de afirmação e defesa das homossexualidades, além de resultar em redes de afeto num espaço onde se podia ser quem se é, esteve e ainda está ligado à uma questão de sobrevivência diante do ódio e preconceito; na reportagem “O pessoal do Somos (um debate)”, ao ser indagado sobre o porquê de fazer parte do SOMOS, Rogério responde:

Acho que é uma questão de sobrevivência mesmo. A repressão é tamanha aí fora, e as pressões contrárias são tão grandes, que chega um momento em que você sente necessidade de se organizar para mudar uma situação existente. Se você não se organiza como homossexual pra conquistar e ganhar um espaço, pra ser realmente uma pessoa íntegra, inteira, se você não faz isso você sucumbe, você morre, não é? (*Lampião da Esquina*, n. 16, 1979, p. 7).

Convém chamar a atenção para o fato de que, o jornal *Lampião da Esquina* não foi a primeira experiência de uma imprensa homossexual no Brasil, mas sim o primeiro periódico com alcance nacional e conteúdo político acentuado. É na década de 1960, sob a liderança de Anuar Farah e do travesti Thula Morgani, que surge no Rio de Janeiro a ABIG – Associação Brasileira de Imprensa Gay; de acordo com a edição de número 27 do jornal *Lampião da Esquina*, publicada em agosto de 1980, os nanicos de maior relevância dessa primeira fase, foram, no eixo Rio-São Paulo: *SNOB*, *La Femme*, *Subúrbio à Noite*, *Le Vic*, *Le Sophistique*, *O Felino*, *Mito*, *Darling*, *Gay Press*, *Gente Gay*, *Entender e Gay News*. Ao reconhecer os que vieram antes, o *Lampião da Esquina* também destacava os jornais de Salvador: *La Saison Gay*

¹² “(...) the inciting incident of the riot was described as an act of antitransgender discrimination, rather than an act of discrimination against sexual orientation. At the time I came across this source in 1995, the role of drag queens in the Stonewall riots had become a site of conflict between transgender and normative gay/lesbian histories — transgender activists pointed to the act of mythologizing Stonewall as the “birth” of gay liberation as a homonormative co-optation of gender queer resistance, while homonormative gay and lesbian commentators tended to downplay the significance of antidrag oppression at Stonewall.

Society, Fotos e Fofocas, Baby, Zéfiro, Little Darling e Ello; todos mimeografados e distribuídos em pontos de encontro homossexuais.

A nota “*Snob*”, “*Le Femme*”...*Os bons tempos da imprensa gay*, enaltecia o legado dos chamados “*nanicos gays*” dos anos de 1960:

[...] se a maioria de seus textos versavam sobre amenidades e badalações sociais, também havia indicações culturais, reportagens, classificados, charges, concursos de contos, poemas, roteiros gays, textos transcritos de jornais ou revistas da grande imprensa, assinados por Darcy Penteadado, Antônio Bivar, e outros. Lógico que essas publicações diferem muito dos jornais de hoje, mas também tem pontos em comum: é que essas pessoas fizeram o máximo, dentro de suas possibilidades, para lutar contra o tratamento diferenciado que sofriam. Tiveram dificuldades com família, trabalho e até a repressão institucionalizada, mas não pararam (*Lampião da Esquina*, n. 28, 1980, p. 6).

O caminho pavimentado pela imprensa homossexual sessentista, permitiu ao *Lampião da Esquina* ir além, sendo um jornal que ao mesmo tempo em que falava sobre Emilinha Borba, Liza Minnelli, Carmen Miranda e tantas outras divas do universo gay. Na sua primeira edição, apresentava ao público a história de Kioko, travesti, que para complementar sua renda obtida através do ofício de costureira, precisou recorrer a prostituição da noite paulistana, tornando-se mais um alvo da truculência policial. Mesmo ao aderir um tom mais sério, escritores do *Lampião da Esquina*, não abriam mão de uma “*linguagem desmunhecada e desabusada do gueto homossexual [...] tratava-se de um jornal que desobedecia em várias direções*” (Trevisan, 2018, p. 317); esta característica da escrita dos jornalistas lampiônicos, é expressa na matéria “*Cinelândia, Alaska e São João – Os caubóis, seus clientes: todos querem ser felizes no triângulo da badalação*”, na qual o *Lampião da Esquina* denuncia as violações sofridas por Kioko:

No país do carnaval, os machões podem se desrecalcar vestindo-se de mulher em fevereiro. O mesmo parece ser crime durante o resto do ano, quando os machões se vestem de machões. Que o digam os travestis, continuamente presos e humilhados sob as mais diversas alegações. Mas já tem gente protestando [...] Kioko passou uma semana na cadeia, sem que ao menos pudesse ser acusado de vadiagem (ele é costureiro de profissão) (*Lampião da Esquina*, n. 1, 1978, p. 9).

A edição de número 20 do *Lampião da Esquina*, publicada em janeiro de 1980, traz a matéria “*ATIVISMO – No Rio, encontro nacional do povo guei*”. O evento ocorreu em dezembro de 1979 na Associação Brasileira de Imprensa (RJ), representando um marco importante na luta pelos direitos da população homossexual da época, tendo em vista que o encontro reuniu importantes lideranças do ativismo gay de São Paulo e Rio de Janeiro, para discutir acerca da mobilização dos grupos de militância homossexual e suas estratégias de organização, sendo elas de acordo com o jornal:

Criação de um grupo de mobilização: grupo permanente, integrado por dois elementos de cada grupo formado, mais os de novos grupos que venham a surgir, para dar sequência às resoluções do congresso e mobilizar todos os grupos em cima de ações práticas abrangentes: passeatas, atos públicos, campanhas etc. **Trabalhos práticos imediatos:** troca de experiências e informações; debater mais detalhadamente formas de trabalho prático; aprimorar o trabalho social nos grupos (advogados, médicos, incentivo a pesquisa etc.); ampliação das atividades culturais nos grupos e no geral: filmes, peças, poesias: apresentações de filmes/peças/livros, especialmente para os grupos debaterem o tema, principalmente quando os mais diretamente interessados somos nós: caderno de informação, onde seriam abordados, de forma leve e informativa, os principais problemas dos homossexuais (repressão e discriminação, doenças venéreas) em linguagem fácil [...] (*Lampião da Esquina*, n. 20, 1980, p. 8).

De acordo com a publicação, cada grupo de militância deveria indicar representantes para presidir as discussões, o que resultou na seguinte formação: Teka, Déia e Conceição do Grupo Lésbico-Feminista – SOMOS/SP, Marcelo e Roberto do Auê/RJ, Ribondi e Pedrancini do Beijo Livre/Brasília, Manoel e Edna do Eros/SP, Gilmar e Neide do Libertos/Guarulhos, Eduardo e Yvonne do SOMOS/RJ, Vera e Valter do Grupo de Ação e Afirmação Gay – GAAG/Caxias e Hilário do SOMOS/Sorocaba. Destaco aqui, não apenas as siglas dos primeiros grupos e coletivos da história do movimento LGBTQIA+ brasileiro, mas principalmente as pessoas que se organizaram politicamente no combate à opressão sexual e de gênero. Ao conceituar “movimento social” Maria da Glória Gohn (2000, p. 12-13), ressalta: “refere-se à ação dos homens na história. Esta ação envolve um fazer – por meio de um conjunto de práticas sociais – e um pensar – por meio de um conjunto de ideias que motiva ou dá fundamentação à ação. Trata-se de uma práxis [...]”. Todavia, o que se propõe aqui é ir além de noções binárias de gênero, que ainda se fazem presentes ao tratar de sujeitos históricos, seja na historiografia ou no ensino de História; é enfatizar que o movimento social de lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais e demais corpos que fogem da heteronorma, também possui sua práxis e trajetória.

Há muito tempo, a questão do “sujeito” tem se constituído um dos problemas do pensamento feminista, em especial da teoria *queer*, que busca questionar o binarismo masculino/feminino que reduz as possibilidades do gênero. Logo, o exercício que devemos fazer é o de compreender a pluralidade por detrás das identidades de gênero, e isso implica considerar na equação outros eixos de relações de poder, como classe, raça, etnia etc. (Butler, 2023). Sendo assim, um ensino de História atento às demandas do tempo presente, inevitavelmente terá que lidar com as questões de gênero e sexualidade que permeiam o ambiente escolar. Louro (2001, p. 550) aponta que: “A teoria *queer* permite pensar a ambiguidade, a multiplicidade e a fluidez das identidades sexuais e de gênero, mas, além disso, também sugere novas formas de pensar a cultura, o conhecimento, o poder e a educação”.

Um dos objetivos da pesquisa, é fornecer ao profissional docente, por meio de um material didático em formato *e-book*, subsídios para um ensino de História comprometido com a diversidade sexual e de gênero, onde os protagonistas são os sujeitos que estampam as páginas do jornal *Lampião da Esquina*. Nesse sentido, atribui-se ao impresso *Lampião da Esquina* o seu valor histórico enquanto registro da agência de uma militância homossexual que começava a se organizar num contexto de afrouxamento do regime ditatorial brasileiro; mas, sobretudo, também mostra a existência de corpos que mesmo em um cenário de policiamento das homossexualidades, escolheram transgredir aos normas sociais impostas. Algo que exemplifica isto, é a fala de Conceição, na época membra do Grupo Lésbico-Feminista – SOMOS/SP, no 1º encontro nacional do povo guei, em 1979:

Conceição ressaltou o fato de ser três vezes oprimida – é negra, mulher e lésbica – e disse que sua facção, atualmente, se ocupa em contestar a reprodução dos papéis – de macho e fêmea – entre mulheres – e em fazer um trabalho em cima da violência contra as mulheres (esse trabalho, inclusive, foi fortalecido em consequência da agressão, seguida de estupro, sofrida por uma das mulheres do grupo) (*Lampião da Esquina*, n. 20, 1980, p. 8).

O desabafo de Conceição na reunião, partindo de seus marcadores sociais enquanto uma mulher negra e lésbica, pode ser explorado em sala de aula através de uma perspectiva interseccional. O excerto acima, nos permite perceber como a relação entre gênero, raça e classe social, já se fazia presente nas discussões do movimento social LGBTQIA+ do final da década de 1970; um período histórico em que “setores sociais tradicionalmente excluídos da política passaram a se organizar para reivindicar maior igualdade, sentindo-se parte deste sistema político, embora sua parte mais fraca” (Cardoso, 2008, p. 314). Isto se materializou nas páginas do *Lampião da Esquina*, evidenciando que embora a preocupação central do emergente movimento social LGBTQIA+ brasileiro fosse a chamada “questão homossexual”, existia uma vontade de se colocar ao lado dos chamados novos movimentos sociais, fazendo frente a toda e qualquer forma de discriminação. Desde as primeiras edições do jornal, as ações do Movimento Negro Unificado – MNU¹³ e do movimento feminista, tornaram-se temas recorrentes; na edição de número 4, publicada em 1978, a nota “ESQUINA – A praça é dos negros”, narrava o ato público que reuniu cerca de três mil pessoas em frente ao Teatro Municipal de São Paulo, em resposta ao jovem negro torturado e morto numa dependência policial, e a discriminação contra quatro atletas negros no tradicional Clube Tietê; ainda no ano

¹³ Em diversos momentos intelectuais do Movimento Negro contribuíram com o jornal *Lampião da Esquina*; a edição de número 15, publicada em agosto de 1979, traz uma histórica entrevista com Abdias do Nascimento, intitulada “Qual é o lugar dos negros no Brasil? – “NESSA DEMOCRACIA QUEM GOVERNA É A MINORIA BRANCA”.

de 1978, na edição seguinte, João Silvério Trevisan mostrava-se entusiasmado com o lançamento da Carta dos Direitos da Mulher, e tecia elogios a capacidade de mobilização de lideranças feministas, negras e indígenas:

Nesses momentos fica mais clara para mim a necessidade de solidarizar-se, aprender e trocar experiências com outros grupos discriminados [...] é bom constatar que os negros se organizaram numa frente chamada Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial. E o índio Mário Juruna está mantendo contatos para ignorar a Funai e criar a Federação do Índio Brasileiro, inclusive ameaçando fazer denúncias à Organização das Nações Unidas (*Lampião da Esquina*, n. 5, 1978, p. 6).

Foi a partir de 1979, graças ao já mencionado evento realizado na USP por diversos movimentos sociais, que um grupo de mulheres lésbicas ingressaram no SOMOS/SP, na época constituído apenas por homens homossexuais. Após três meses de atividades, período em que inclusive publicaram uma matéria sobre vivências lésbicas no *Lampião da Esquina*, as referidas militantes resolveram criar um subgrupo dentro do SOMOS; assim surgiu o Grupo Lésbico Feminista – LF. O motivo da ruptura foi a existência de falas machistas por parte de homens gays que compunham o coletivo (Fernandes, 2018).

Maria da Glória Gohn (2000), chama atenção para os conflitos internos que permeiam os movimentos sociais, afirmando que apesar da solidariedade entre seus membros, não significa que os movimentos sejam internamente harmoniosos ou homogêneos. Tais questões relacionadas aos movimentos sociais, quase não nos vem à mente quando pensamos na organização política de grupos marginalizados, pois “no espaço público, o discurso que elaboram, as práticas que articulam nos eventos externos, criam um imaginário social de unicidade, uma visão de totalidade” (Gohn, 2000, p. 14). A criação do LF foi apenas o começo das distensões. Fernandes (2018) relaciona o ato de independência de algumas mulheres lésbicas do SOMOS, à outras rupturas que ocorriam dentro do movimento homossexual da época:

Dentro do Grupo SOMOS, após a participação de algumas lésbicas e gays, na passeata do 1º de maio de 1980, em São Bernardo do Campo, uma divisão irreconciliável instalou-se dentro do Grupo. O LF reconheceu que não fazia o menor sentido continuar brigando dentro do SOMOS e, em 17 de maio, o LF se retirou de forma definitiva do Grupo [...] o nome do LF foi então alterado para Grupo de Ação Lésbica Feminista – GALF, só que agora, tudo no feminino (Fernandes, 2018, p. 98).

Conjuntamente com o “racha” que deu origem ao GALF, emergiu o Boletim *ChanacomChana*, o primeiro jornal de lésbicas no Brasil. A primeira edição foi lançada em março de 1981 no III Congresso da Mulher Paulista, e contava com a participação da cantora Angela Ro Ro, que foi entrevistada por membras do GALF. Mas, foi apenas em janeiro de 1983, que saiu a edição de número 1 do *ChanacomChana*; existindo até o ano de 1987, o jornal

“foi um importante instrumento do movimento de lésbicas. A sua circulação alcançou nível nacional, propiciando a quebra do isolamento, aproximando e informando lésbicas de todo o país” (Fernandes, 2018, p. 99). O nascimento do *ChanacomChana* foi noticiado pelo *Lampião da Esquina* na edição de número 34, por meio de um curto e direto texto escrito por Dolores Rodrigues:

O Grupo de Ação Lésbica-Feminista (SP), acaba de lançar na praça o mais novo jornal gay: CHANACOMCHANA. Trata-se de uma publicação independente onde as meninas do GALF procuram de uma forma séria analisar mais profundamente a questão homossexual feminista. A seleção de matérias do primeiro número está excelente; deve-se louvar a tarimba e o profissionalismo, visto que não se trata de um boletim interno. O título é muito bom, a ambiguidade deverá causar críticas e discussões, mas como explicam: “A palavra Chana não pode ser definida como órgão sexual feminino. É algo mais amplo quanto os contrapontos de existir” (*Lampião da Esquina*, n. 34, 1981, p. 18).

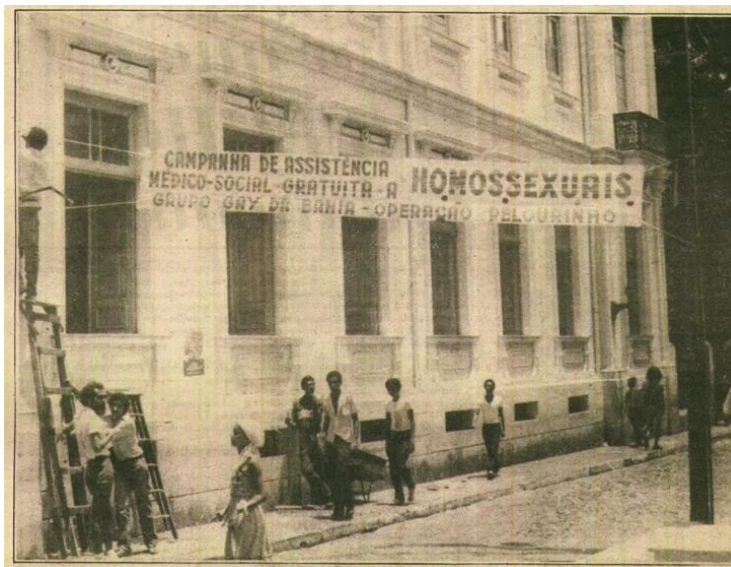
No início dos anos 1980, também surge outra peça de extrema relevância para a história do movimento social LGBTQIA+ no Brasil: o GGB – Grupo Gay da Bahia. Sob a liderança do pesquisador Luiz Mott, o ainda atuante GGB esteve à frente da “campanha vitoriosa pela despatologização do ‘homossexualismo’ no Brasil (1985), resgatou a biografia inédita de centenas de sodomitas luso-brasileiros perseguidos pela Inquisição e outro tanto de lésbicas e trans vips de nossa história, iniciou a prevenção da Aids junto à população gay, aos deficientes visuais e ao povo de santo nos candomblés [...]” (Mott, 2018, p. 211-212), entre outros feitos. A atuação do GGB em prol da população LGBTQIA+ chegou a ser documentada pelo jornal *Lampião da Esquina*:

[...] o pessoal do GGB iniciou a “Operação Pelourinho”, uma campanha de assistência médico-social gratuita a homossexuais. O Pelourinho, vocês sabem, é uma espécie de zona de Salvador. Uma barra pesadíssima, onde prostitutas e xibungos vivem na pior, completamente alheios ao folclore tipo Jorge Amado/Caribé. A campanha, devidamente alardeada – o pessoal do GGB (e eles merecem aplausos por isso) é o que mais vem botando a boca no trambone, ultimamente – com faixas nas ruas e notícias nos jornais, rendeu bons frutos. Vejam só o que escreveu o vestuto Jornal da Bahia: “Durante o primeiro dia (da operação) aproximadamente 30 homossexuais foram examinados pelo médico, sendo que nenhum se queixou de doença venérea. Entretanto, para tirar dúvidas, lhes foram solicitados exames para constatar a presença ou não de sífilis. “Encontramos foi muita gente maltratada, com cortes profundos nos braços. Eles cortam os braços para que a polícia não os prenda, e vocês podem não acreditar, mas muitos não quiseram dos cortes. Somente por serem homossexuais, estão sendo presos de roldão nessas batidas da polícia”, afirmou o médico (*Lampião da Esquina*, n. 34, 1981, p. 3).

A nota elogiosa do *Lampião da Esquina* acerca da Operação Pelourinho, liderada pelo GGB, demonstra a luta de grupos e coletivos LGBTQIA+ pela garantia de direitos básicos, como o acesso à saúde pública de qualidade. Como um prelúdio, tal ativismo homossexual,

preocupado com as doenças venéreas que atingiam a chamada comunidade gay¹⁴, iria se intensificar ao longo das décadas de 1980 e 1990, com a epidemia da AIDS¹⁵.

Figura 1 – Campanha de Assistência Médico-Social do GGB no início dos anos 1980



Fonte: *Lampião da Esquina*, n. 34, dez., 1981. Disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/jornal-lampiao-da-esquina-1978-1981/>. Acesso em: 16/01/2025.

Com a emergência de um movimento homossexual brasileiro, novos atores sociais se colocaram em cena; o jornal *Lampião da Esquina*, além de produzir uma cartografia das sexualidades entre os anos de 1970 e 1980, descrevendo a noite boêmia em discotecas, clubes e saunas, como Sótão, Regine's, Termas Flamengo, The Club, Gaivota, 266 West, La Cueva e Appia's Club; também se preocupava em difundir através de sua plataforma, um discurso de afirmação das homossexualidades: “Tentam nos condenar a viver à margem ou então acabamos compulsoriamente reintegrados àquilo que entendem por “normalidade” — por meio de violências culturais, psiquiátricas e físicas regras” (*Lampião da Esquina*, n. 12, 1979, p. 2).

¹⁴ Nos anos 1970 e 1980, o termo “gay” era utilizado como um grande guarda-chuva identitário, englobando diferentes sujeitos e experiências que hoje se reconhecem nas diversas identidades LGBTQIA+. Miskolci (2012) observa, contudo, que essa identidade estava marcada por uma gramática moral conformista, que ignorava as experiências do estigma e da abjeção vividas pelas pessoas mais pobres, pelos que deslocavam os gêneros e pelos que não constituíam família

¹⁵ Descrita de forma pejorativa como “peste gay”, a AIDS chegou ao Brasil em um período ligado ao crescimento de um comércio voltado para o público gay e ao espaço conquistado por grupos de militância homossexual em anos anteriores (MacRae, 2018a). Apesar de trazer um novo estigma sobre as sexualidades dissidentes, a chegada em 1982 dos primeiros casos da doença no Brasil, exigiu uma remobilização por parte do movimento social LGBTQIA+, que passou a pressionar a sociedade para lidar com a epidemia. Para João Silvério Trevisan, a crise sanitária representou um avanço na luta pelos direitos civis da população LGBTQIA+: “[...] o vírus nos deu a maior visibilidade possível, num curtíssimo prazo: aquilo que o movimento homossexual não conseguiria fazer em duas décadas o vírus fez em poucos anos de peste” (Trevisan, 2018, p. 619).

Michel Foucault, ao analisar a invenção do sujeito homossexual na sociedade burguesa do século XIX, ajuda a compreender que o poder não é apenas repressivo com as sexualidades consideradas desviantes: “Exclusão dessas milhares de sexualidades aberrantes? Não, especificação, distribuição regional de cada uma delas” (Foucault, 1988, p. 51); desta maneira, o poder atua por meio de dispositivos da sexualidade, como produtor de discursos médicos, jurídicos e religiosos, que contribuem para a marginalização e regulação de certos corpos. Nessa lógica, as homossexualidades podem até existir, mas apenas em geografias estabelecidas pelo poder heteronormativo, como espaços prisionais e manicomiais; isso ajuda a perceber a relevância das reflexões trazidas pelo *Lampião da Esquina*, pois reforçam um aspecto importante dos movimentos sociais, o de produtor de conhecimento, sendo locus de “fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes” (Gohn, 2011, p. 333). Acerca da relação entre movimento social e educação, a socióloga Maria da Glória Gohn (2011, p. 334), afirma: “[...] existe a partir das ações práticas de movimentos e grupos sociais. Ocorre de duas formas: na interação dos movimentos em contato com instituições educacionais, e no interior do próprio movimento social, dado o caráter educativo de suas ações”.

Eve Sedgwick (2007), ao discorrer sobre a “epistemologia do armário”, partindo de exemplos como os casos *Acanfora v. Board of Education* e *Rowland v. Mad River Local School District*¹⁶, ressalta que mesmo para sujeitos bem resolvidos com sua sexualidade e identidade de gênero, o exercício de “sair do armário” se faz presente no dia a dia, exigindo de pessoas LGBTQIA+ “novos levantamentos, novos cálculos, novos esquemas e demandas de sigilo ou exposição” (Sedgwick, 2007, p. 22). Logo, o que temos aqui é um jornal feito por homossexuais num contexto de “abertura” política, se posicionando como um veículo de comunicação em defesa de pessoas que enxergavam no ato de afirmar suas identidades sexuais e de gênero, uma forma de desobediência ao poder heteronormativo que tanto lhes oprimia, e que infelizmente ainda nos assola; isso explica a urgência em “sair do armário”; armário esse, que de acordo com Sedgwick (2007, p. 26) “é a estrutura definidora da opressão gay no século XX”. Na seção “Cartas na Mesa”, do jornal *Lampião da Esquina*, espaço de diálogo como os leitores, a questão do armário é colocada por um dos assinantes:

¹⁶ Em 1973, no Condado de Montgomery, Maryland, o professor Joe Acanfora que lecionava a disciplina ciências da terra para o oitavo ano, foi afastado da sala de aula após o Conselho de Educação descobrir sua homossexualidade. Cerca de uma depois, um episódio semelhante ocorreu em Ohio, na escola pública de Mad River, quando a orientadora educacional Marjorie Rowland, depois de aconselhar uma mãe acerca da sexualidade de seu filho, assumiu-se bissexual para sua secretária; assim como Acanfora, Rowland foi suspensa de suas funções (Sedgwick, 2007).

Dizem que temos que “assumir”. Um dos pontos chave do movimento guei dos Estados Unidos foi de que “homossexuais” deveriam sair dos ‘closets’ - deveriam assumir a sua “condição” [...], mas que quer dizer isso tudo? Quer dizer que pessoas que por uma razão ou outra gostam de ter relações sexuais com pessoas do mesmo sexo têm que assumir a “condição” de “guei”, “lésbica”, “homossexual”, “veado”, “bicha”, “entendido” ou coisa que o valha (*Lampião da Esquina*, n. 1, 1978, p. 14).

Obtendo a seguinte resposta do *Lampião da Esquina*:

[...] é preciso ter cuidado com a maneira como se coloca essas coisas. Muita gente usa esse argumento seu, de que o homossexual não deve se fechar num gueto, exatamente para justificar a discriminação: “se você não falar do problema, o seu problema não existe” (*Lampião da Esquina*, n. 1, 1978, p. 14)

A carta do leitor Guilherme Império, de Campinas, ao editorial do jornal *Lampião da Esquina*, questiona já nos anos de 1970, os rótulos impostos aos sujeitos dissidentes; algo que seria colocado em xeque futuramente por alguns teóricos *queer* na década de 1990. Todavia, a resposta do jornal indica que o fortalecimento de tais identidades sexuais e de gênero, era uma forma de consolidar o movimento guei emergente e trazer as discussões sobre o problema da discriminação para a esfera pública. Por mais segregador que fosse o gueto guei, eram nesses espaços nichados de sociabilidade, que lideranças homossexuais também se organizavam enquanto movimento social. Para João Silvério Trevisan, existia uma espécie de ambiguidade no gueto homossexual, pois “situa-se num cruzamento de circunstâncias contraditórias. Por um lado, trata-se da única alternativa para que pessoas de prática homossexual convivam à vontade. Por outro, esse espaço é claramente delimitado para isolar os desviantes [...]” (Trevisan, 2018, p. 375). Tal aspecto clandestino dos guetos homossexuais de diversos países, contribuiu para a produção de sujeitos à margem de uma sociedade que quando não fechava os olhos diante da violência acometida sobre a população LGBTQIA+, mostrava-se conivente com a opressão de gênero; como o que aconteceu na cidade californiana de São Francisco nos anos de 1950, onde “o espancamento de *queers* se tornou uma atividade recreativa significativa para jovens homens urbanos. Eles vão para bairros gays armados de tacos de *baseball* [...] sabendo que os adultos em sua vida secretamente aprovam essa prática ou vão ao menos fazer vista grossa” (Rubin, 2006, p. 6).

Os papos regados a chás e café na casa da carismática Téka, líder da Ação Lésbico-Feminista, “onde saiu desde planejamento de ação, até... cala-te boca. Seguiu-se um suculento caldo verde no Largo do Arouche e muita paquera pelo meio das ruas. Ai, que São Paulo gostoso...” (*Lampião da Esquina*, n. 22, 1980, p. 3), nos confirma a existência de um senso de comunidade, apesar das divergências internas do movimento social homossexual brasileiro. Ruth Cardoso (2008), ao analisar as dinâmicas dentro de movimentos sociais encabeçados por negros, mulheres e homossexuais, afirma que “o que define a comunidade é uma experiência

comum de discriminação que enfatiza o compartilhar de certas carências, percebidas como injustas. Todos os movimentos sociais reúnem pessoas que sofrem uma mesma opressão” (Cardoso, 2008, p. 339). Sendo assim, além da militância, uma rede de sociabilidade e afeto também se constituía. Segundo MacRae:

Após as reuniões, eles, eventualmente, saíam juntos para jantar, tomar café ou cerveja na região do gueto homossexual, quando continuavam as discussões sobre o grupo [...] os locais de encontro preferidos eram a lanchonete “17”, o restaurante “O gato que ri”, ambos no largo do Arouche, e o “Ferro’s Bar”, tradicional ponto de reunião das lésbicas, na Rua Martinho Prado (MacRae, 2018a, p. 189).

O posicionamento político do *Lampião da Esquina*, não se dava apenas a partir de reportagens que denunciavam as violências cometidas sobre grupos marginalizados, mas também ao divulgar na seção “Tendências” as novidades da cultura *queer* e pop da época, como o espetáculo “*Maria Leopoldina on Sundays*” da travesti Maria Leopoldina, o mais recente show de As Frenéticas e ao tecer críticas ao filme *Cruising (1980)*, suspense policial com o astro Al Pacino que explora de maneira estereotipada o universo Bondage, Disciplina, Dominação, Submissão, Sadismo e Masoquismo – BDSM¹⁷ de uma comunidade gay de Nova Iorque. Além de música, cinema e romance, outro tema recorrente não edições do jornal *Lampião da Esquina*, é o carnaval; na primeira edição do periódico, é apontada a hipocrisia da sociedade no tratamento das feminilidades e masculinidades durante a manifestação popular. Afirmava o jornal:

Mas tem seu lado triste, este acontecimento de tanta euforia, pois no final das contas, apesar de tanta fantasia, deboche e sátira, acabam jogando o jogo do poder. “Gente que transa sexualmente com pessoas do mesmo sexo é diferente”, diz o poder. Gente que transa com pessoas do mesmo sexo é homossexual, é guei, diz o poder. E gente assim tem o seu devido lugar. Por 361 dias do ano deverão ou disfarçar ou ficar bem longe dos olhos dos cidadãos que não gostam de quem tem esse tipo de transa. Durante os quatro dias do carnaval devem, entretanto, ficar no centro do mundo para fazer do carnaval um carnaval (*Lampião da Esquina*, n. 1, 1978, p. 3).

Mesmo ao abordar assuntos considerados triviais, como o carnaval, os escritores do *Lampião da Esquina* não deixam de lado as pautas defendidas pelo movimento social LGBTQIA+ em ascensão. O excerto acima questionando a aparente permissividade das homossexualidades durante o carnaval, permite inferir sobre um poder que não atua somente como repressor da sexualidade, mas também na produção de “discursos cuidadosamente inscritos em exigências de poder; solidificação do despropósito sexual e constituição de dispositivos susceptíveis, não somente de isolá-lo, mas de solicitá-lo, suscitá-lo, constituí-lo

¹⁷ O termo BDSM refere-se a um conjunto de práticas e expressões de sexualidade consensuais que envolvem dominação e submissão, jogos de poder, contenção física ou estímulos sensoriais. Dentro da comunidade gay, o BDSM constitui uma subcultura, marcada por códigos, símbolos e espaços próprios.

[...]” (Foucault, 1988, p. 82). Justamente pelo fato de abordarem assuntos considerados espinhosos, que no ano de 1979, os jornalistas do *Lampião da Esquina* foram acusados de violar a legislação da imprensa, indo contra a “moral e os bons costumes”. O inquérito movido pela polícia do Rio de Janeiro contra os editores do jornal *Lampião da Esquina*, por representarem uma ameaça aos valores tradicionais, mostra que apesar do relaxamento da censura à imprensa, no final da década de 1970, abordar as questões acerca das homossexualidades era ir longe demais (MacRae, 2018b).

De fato, são muitos os eixos temáticos possíveis para o ensino da História do movimento LGBTQIA+ brasileiro em sala de aula. O produto educacional nomeado “*Aos seres que ousam, ousaram e ousarão: o movimento social LGBTQIA+ brasileiro a partir do jornal Lampião da Esquina (1978-1981) em uma proposta para o Ensino de História*”¹⁸, insere-se no componente curricular de História do Ensino Médio, tendo como tópicos centrais: o enfrentamento à violência encabeçada por órgãos repressores; e, o diálogo de ativistas brasileiros com o movimento homossexual de outras partes do mundo. Os fios condutores da narrativa que o material didático pretende abordar, serão as histórias de vida de Verushka, Alice Soares, Flávia, Tatiana, Harvey Milk e Djalma Santos, personagens selecionados a partir das páginas do jornal *Lampião da Esquina*. O foco nas vivências de tais pessoas ao ensinar uma História do movimento social LGBTQIA+ no Brasil, justifica-se não apenas pelo fato de que todo o movimento social é composto por pessoas, mas também, por honrar o legado da militância homossexual das décadas de 1970 e 1980, que “colocava grande ênfase na ideia de que o “privado” também era “político” e devia ser discutido em público [...]” (MacRae, 2018b, p. 55).

Começaremos pela história de Verushka, personagem que apareceu pela primeira vez na edição de número 10 do *Lampião da Esquina*, lançada em março de 1979; uma fotografia da travesti com um traje brilhante em uma pose de diva de cinema, ocupava espaço na capa de jornal, ao lado da matéria de destaque “Minorias exigem em São Paulo: FELICIDADE DEVE SER AMPLA E IRRESTRITA – Verushka vai à luta pelo direito de ir e vir”. Para se sustentar a nossa mulher-maravilha, assim descrita por Aguinaldo Silva, dividia-se entre os shows como Verushka, e o ofício de maquiador, onde atende pelo nome de Vicente. Moradora a quatro anos

¹⁸ O título do material didático, assim como o da dissertação, faz referência a frase “*Aos seres que ousam, ousaram e ousarão...*”, presente na edição de n.º 25 do jornal *Lampião da Esquina*, e atribuída a cantora Angela Ro Ro.

do Edifício Canindé, localizado no bairro carioca de Fátima, Verushka passou a ter o seu direito de ir e vir impedido pelo novo síndico do prédio, o sargento da Marinha, Gérson Correia.

Figura 2 - Verushka na capa de uma das edições do *Lampião da Esquina*



Fonte: *Lampião da Esquina*, n. 10, mar., 1979. Disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/jornal-lampiao-da-esquina-1978-1981/>. Acesso em: 14/01/2025.

Dentre os chamados “éditos” decretados pelo novo síndico, estava um que dizia que Verushka só poderia continuar a fazer uso do elevador social do prédio se trocasse suas vestimentas por trajes “estritamente masculinos”. Um detalhe importante que Gérson parecia ignorar propositalmente, era de que o prédio tinha apenas um elevador. Para Verushka, a imposição foi mais que um insulto, foi um ataque à sua dignidade. Decidida a não se curvar diante de tamanha arbitrariedade, contou com a ajuda da advogada, amiga e também cliente no salão New Marité, Aída Vaisberg. Juntas, formularam uma medida cautelar contra o síndico que, “se julgada de acordo com a lei, firmará a seguinte jurisprudência: é inconstitucional querer forçar um cidadão, por qualquer motivo, a usar determinado tipo de vestimenta” (*Lampião da Esquina*, n. 10, 1979, p. 3).

Com base nas edições analisadas do *Lampião da Esquina*, não se sabe ao certo que fim deu a ação movida por Verushka contra a violência sofrida por parte do síndico, mas a artista apareceria novamente no jornal em outros momentos; como na vez em que dividiu o palco com Elke Maravilha, Maria Leopoldina, Emilinha Borba e Elza Soares no Bixórdia II, evento de celebração do aniversário de dois anos do *Lampião da Esquina*. Tal registro, presente

na seção “FESTIM – Bixórdia II – o show” da edição de número 25, publicizada em junho de 1980, indica que a carreira como artista da agora chamada “Verushka, a do Fusca” teria atingido outro patamar desde sua primeira aparição no jornal.

Figura 3 - Fotos do Bixórdia II



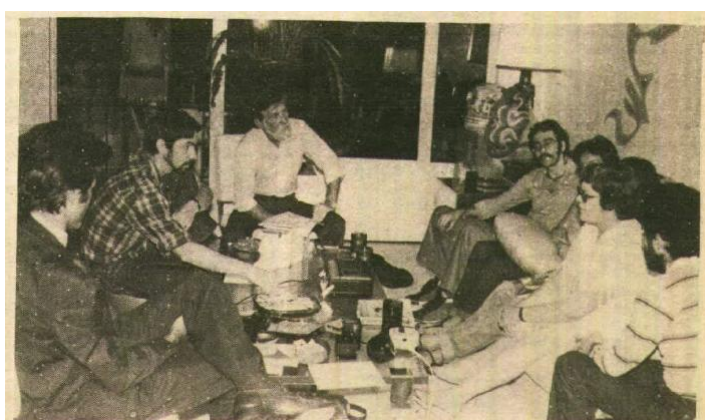
Fonte: *Lampião da Esquina*, n. 25, jun., 1980. Disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/jornal-lampiao-da-esquina-1978-1981/>. Acesso em: 14/01/2025.

A saga de Verushka pelo direito de ir e vir, e de tocar sua vida, apresenta um enorme potencial para o ensino de História emancipador que aqui se pretende construir, pois coloca as liberdades individuais, que talvez sejam consideradas banais por pessoas cisgênero e heterossexuais, como um direito a ser conquistado pelo movimento social LGBTQIA+; o que a homotransfobia disseminada por indivíduos como o síndico Gérson se nega a aceitar, é a multiplicidade de identidades de gênero que não se apoiam em esquemas binários, pois há uma recusa em “admitir que as fronteiras vêm sendo constantemente atravessadas e – o que é ainda mais complicado – que o lugar social no qual alguns sujeitos vivem é exatamente a fronteira” (Louro, 2001, p. 542). Verushka não reivindicava privilégios, mas apenas o direito de expressar sua identificação de gênero. O que o caso de Verushka revela sobre as condições enfrentadas por pessoas LGBTQIA+ na década de 1970? Quais paralelos podemos traçar entre a história de Verushka e os desafios enfrentados por pessoas trans nos dias de hoje? Estas são algumas questões que podem ser discutidas em sala de aula.

Na próxima história a ser contada, as vivências de três personagens se entrecruzam na reportagem intitulada “Dois travestis, uma advogada: três depoimentos vivos sobre o sufoco”, presente na edição de número 19 do jornal *Lampião da Esquina*, que chegou às bancas em dezembro de 1979. A advogada Alice Soares, também conhecida como a “santa dos travestis e homossexuais”, atuava no Departamento Jurídico do Centro Acadêmico XI de Agosto da

Faculdade de Direito do Largo São Francisco, onde ao lado de estagiários “aguenta a barra da clientela carente da periferia de São Paulo – operários, negros, travestis, prisioneiros anônimos - que solicitam seus serviços gratuitos” (*Lampião da Esquina*, n. 19, 1979, p. 5). Foi por volta das oito da noite, na Rua Rego Freitas, situada numa região da cidade de São Paulo famosa pelo meretrício homossexual, que os jornalistas do *Lampião da Esquina* abordaram Flávia e Tatiana, as convidando para uma entrevista ao lado da advogada criminal Alice Soares. A entrevista que contou com a presença de diversos membros da equipe editorial do jornal, aconteceu na casa de Darcy Penteado.

Figura 4 - Fotografia tirada no dia da entrevista



Fonte: *Lampião da Esquina*, n. 19, dez., 1979. Disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/jornal-lampiao-da-esquina-1978-1981/>. Acesso em: 10/01/2025.

Flávia, de 22 anos, é descrita pela reportagem como “objetiva”. Ao compartilhar com o *Lampião da Esquina* a sua trajetória de vida, não omitiu nenhum detalhe; a jovem deixou o interior de São Paulo por volta de 1973, quando foi internada pela família no hospital psiquiátrico Américo Barreiro, em Itatiba. As inúmeras internações que para Flávia significaram uma experiência dolorosa, para os seus familiares era uma forma de tratar aquilo que eles consideravam uma doença. Sobre os meses difíceis no hospital, a própria relata: “[...] pra ver se eu tirava isto da minha cabeça, se eu virava, homem. Eles me davam drogas, choque, medicação, e aí eu fiquei pirada” (*Lampião da Esquina*, n. 19, 1979, p. 5). A epopéia de Flávia na grande São Paulo começou bem, pois estava trabalhando de carteira assinada como doméstica em um lar que aceitava sua transgeneridade; certa vez, ao sair para curtir a noite paulistana, Flávia foi presa em uma batida policial. Como havia esquecido a carteira profissional em casa, foi levada para a delegacia, onde passou quatro dias presa. Ao deixar a prisão a jovem já não tinha mais emprego, pois conforme disse em entrevista ao *Lampião da Esquina*: “[...] saiu meu retrato no Notícias Populares, com a foto e meu nome certinho, assim – “Flávia, o travesti-ladrão se virando na Avenida Bandeirantes”. Era tudo mentira, mas minha patroa ficou

apavorada e me mandou embora. Daí em me joguei de vez na viração” (*Lampião da Esquina*, n. 19, 1979, p. 5).

Figura 5 - Alice Soares, Flávia e Tatiana



Fonte: *Lampião da Esquina*, n. 19, dez., 1979. Disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/jornal-lampiao-da-esquina-1978-1981/> . Acesso em: 10/01/2025.

Os relatos colhidos a partir da entrevistada Flávia, trazem à tona a violência promovida ao longo da história por instituições psiquiátricas contra as pessoas que fogiam das normas de gênero; para Michel Foucault, os manicômios possibilitaram ao discurso médico criar um saber patologizante sobre o sexo: “Esta nova caça às sexualidades periféricas provoca a *incorporação das perversões* e a nova *especificação dos indivíduos*” (Foucault, 1988, p. 50). Desta forma, ao considerar o testemunho de Flávia uma fonte para o ensino de História, é possível levantar algumas provocações: quando a homossexualidade deixou de ser uma patologia pela OMS – Organização Mundial da Saúde? Existe cura para aquilo que não é doença? Qual a posição defendida pelo órgão CFP – Conselho Federal de Psicologia frente as “terapias de reversão” ainda existentes no Brasil atual?

Tatiana, de 28 anos, se diz romântica: “vivo cada momento como se fosse o último” (*Lampião da Esquina*, n. 19, 1979, p. 5); e, embora não fosse tão falante como sua colega,

Tatiana também possui momentos de destaque na entrevista, como no trecho em que indagava a advogada Alice sobre seu trabalho em defesa das travestis:

Tatiana - Eu gostaria de perguntar por que ela está se dedicando aos problemas dos travestis. **Alice** - Porque eu, particularmente e em nome do Departamento Jurídico, nós estamos lá justamente para atender a estes grupos oprimidos; acho que vocês no momento estão sendo perseguidos, oprimidos. Como também atendemos ao movimento negro; somos uma espécie de ponta-de-lança contra as injustiças. Então, fazemos questão de atender e acompanhar vocês, quando são presos. Se vão para o DEIC, nós vamos lá e fazemos tudo, entramos com *habeas corpus*, batemos um papo com o delegado ou o investigador, procurando um meio de libertar o prisioneiro o mais depressa possível (*Lampião da Esquina*, n. 19, 1979, p. 6).

Seria Tatiana discreta do papel de Alice em defesa dos grupos marginalizados? Ou estaria ela surpreendida com o fato de ter uma aliada da comunidade LGBTQIA+, que demonstra empatia e parece realmente se importar? Nunca saberemos. Flávia voltava a falar, e compartilha com João Silvério Trevisan, Glauco, Darcy Penteado e demais presentes na sala, algo que presenciou em um dia que esteve presa. De acordo com o jornal:

As do badalo são as que se cortam, dão escândalo, apanham, chegam na polícia e já viram a máquina do delegado. É tem travesti que é assim; quando são presos eles se revoltam e pegam o delegado, batem nele. Daí, o delegado leva eles pro xadrez. Naquele dia, eles tiraram toda a roupa e tacaram fogo. Foi aquele fumacê na cela, todo o mundo gritando. E aí falaram: vamos se cortar todos juntos. Uma dava a gilete para a outra... Já fazia quatro dias que estavam lá; então, se cortavam pra ver se levavam eles pro hospital, porque lá o pessoal tem medo do escândalo e solta elas (*Lampião da Esquina*, n. 19, 1979, p. 6).

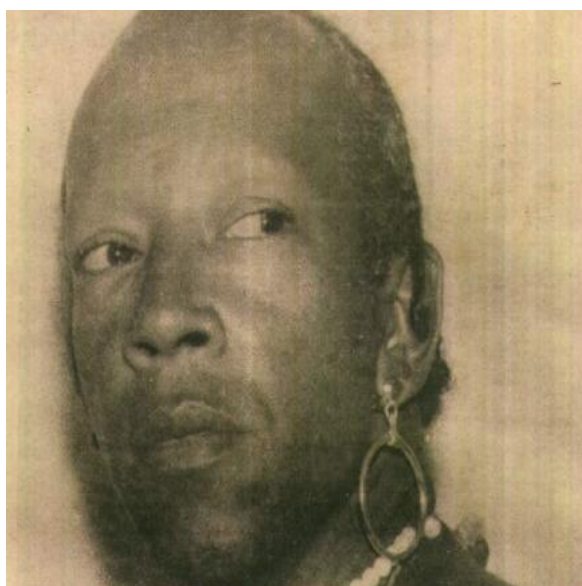
O excerto acima evidencia a resistência de corpos sexuais dissidentes frente a violência aplicada por órgãos repressores, como a polícia militar do período. Cabe salientar o papel importante de travestis e mulheres trans, que Flávia se refere como do “badalo”, na luta pelos direitos civis da comunidade LGBTQIA+; ainda hoje, as vivências trans são as mais vilipendiadas pela heteronorma, e, ao mesmo tempo se mostram como peça fundamental no enfrentamento à homo/transfobia.

A partir da entrevista do jornal *Lampião da Esquina* com a advogada Alice Soares, ao lado de Flávia e Tatiana, diversos questionamentos podem ser feitos no âmbito do ensino de História, como: quem são os personagens principais da narrativa e de que maneira suas histórias se conectam? Quais foram os desafios enfrentados por Flávia, tanto no ambiente familiar quanto no social? Qual foi o papel de Alice Soares e por que ela foi chamada de “a santa das travestis e homossexuais”?

Na sanha de contar histórias de sujeitos relegados à margem, *Lampião da Esquina* apresenta Djalma Santos, “gaúcho de Alegrete, tchê, cidade que ele pretende immortalizar em sua autobiografia em processo, artista plástico, travesti, showperson [...] filho de Xangô, com

a cabeça feita por Mãe Sara de Iansã (de Porto Alegre)” (*Lampião da Esquina*, n. 10, 1979, p. 8); com 47 anos na época da entrevista concedida ao jornal, Djalma conta que após ter se formado em Artes Plásticas, foi trabalhar como professor no interior do Rio Grande do Sul, na pequena cidade de São Lourenço do Sul. De acordo com o entrevistado, apesar de ter feito sucesso com as crianças da escola, no momento em que os pais dos alunos descobriram que o professor de seus filhos era negro e homossexual, a vida de Djalma Santos tornou-se um inferno.

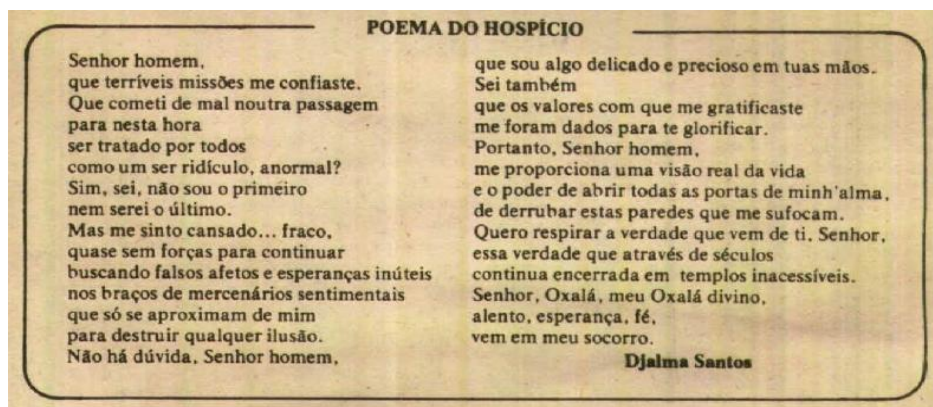
Figura 6 - Djalma Santos



Fonte: *Lampião da Esquina*, n. 10, dez., 1979. Disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/jornal-lampiao-da-esquina-1978-1981/>. Acesso em: 16/01/2025.

Mesmo após ter sido literalmente apredrejado pelos moradores de São Lourenço, Djalma Santos resistiu as perseguições por cerca de dois anos, indo do trabalho direto para o hotel onde vivia confinado. O episódio ocorrido no interior do Rio Grande do Sul, fez com que Djalma abandona-se a carreira de professor; todavia, antes de deixar a pacata cidade, como uma forma de vingança, transou com vários homens, revelando assim a hipocrisia do lugar. Ao se mudar para o Rio de Janeiro, o artista passou a realizar trabalhos diversos, sendo “conhecido por ter feito a roupa de Ieda Maria Vargas, a primeira Miss Universo brasileira. No soçaite, as damas começavam a cortejá-lo para que fizesse seus retratos” (*Lampião da Esquina*, n. 10, 1979, p. 8). Aos poucos, o nome de Djalma Santos começava a se popularizar no carnaval carioca da Vila Kennedy, onde realizou trabalhos como figurinista de escola de samba. Outro aspecto importante da vida do artista que as páginas do *Lampião da Esquina* revelam, é a luta contra o alcoolismo e a sua conexão com a espiritualidade frente as adversidades que lhe cercavam.

Figura 7 - Poema escrito por Djalma Santos



Fonte: *Lampião da Esquina*, n. 10, dez., 1979. Disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/jornal-lampiao-da-esquina-1978-1981/> . Acesso em: 16/01/2025.

A presença do personagem Djalma Santos no material didático, não justifica-se apenas pela similaridade entre sua história com as de Verushka, Flávia e Tatiana, no que tange a violência promovida por diversos atores sociais (sindicato, polícia, comunidade escolar etc.) contra corpos que transgridem a heteronorma, mas principalmente por permitir ao ensino de História mostrar que “o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente construídas” (Butler, 2023, p. 21).

Qual foi a reação da comunidade local à identidade de Djalma Santos como homem negro e homossexual? Como ele lidou com essa hostilidade? Como a experiência de Djalma Santos em São Lourenço do Sul reflete as tensões raciais e de gênero presentes na sociedade brasileira da época? São algumas provocações que podem ser feitas em sala de aula a partir da história contada pelo jornal *Lampião da Esquina*.

1.2 NA TERRA DOS HOMBRES, PAULADA NAS BONECAS! UM JORNAL HOMOSSEXUAL EM TEMPOS DE REPRESSÃO

A tônica dos debates sobre os direitos civis de corpos sexuais dissidentes, na época entendida como “questão homossexual” ou “liberação homossexual”, deve ser vista como uma discussão global, especialmente no mundo Ocidental. Embora o foco aqui seja instrumentalizar os/as docentes para o ensino de uma História *queer*, considerando a trajetória do movimento social LGBTQIA+ brasileiro, é importante dimensionar a atuação desse movimento social em uma perspectiva mais ampla, ressaltando a existência de diálogos com ativistas homossexuais de outras partes da América Latina e Estados Unidos.

Gayle Rubin (2006), antropóloga da teoria *queer*, situa as cidades estadunidenses de Chicago, Nova Iorque, Los Angeles e São Francisco, como locais “onde territórios lésbicos e

gays eram bem estabelecidos” (Rubin, 2006, p. 24) na década de 1950. Contudo, apesar da existência de uma relativa aceitação das homossexualidades em grandes centros urbanos, o policiamento de práticas sexuais consideradas imorais iria ganhar força com o *Lavander Scare*¹⁹ promovido pelo machartismo²⁰, entre o final dos anos de 1940 até o início dos anos de 1960. Nesse período, na cosmopolita cidade de São Francisco, destino de muitos gays e lésbicas que buscavam viver uma vida em comunidade, “a polícia invadiu bares, patrulhou os lugares de pegação, conduziu varreduras nas ruas e deixou claro que iriam remover todas as *queens* para fora de São Francisco [...]” (Rubin, 2006, p. 5), o que hoje sabemos não ter dado certo; graças à resistência de grupos homossexuais da Costa Oeste que começariam a se organizar politicamente alguns anos depois, como nos mostra a nota “Passeata gay reúne 240 mil”, publicada no jornal *Lampião da Esquina* no final dos anos de 1970. Segundo o jornal:

“A maior concentração gay de toda a história americana”: é assim que o San Francisco Bay Times fala da passeata, que em San Francisco, encerrou a Semana do Orgulho Gay, realizada de 14 a 25 de junho. Segundo os cálculos da polícia, a marcha reuniu cerca de 240 mil pessoas, numa manifestação que, de acordo com o programa oficial da Semana, serviu para marcar o Dia da Liberdade Gay americano (*Lampião da Esquina*, n. 4, 1978, p. 3).

A mesma nota também faz menção a troca de material jornalístico entre o *San Francisco Gay Times* e o *Lampião da Esquina*, o que permite identificar uma rede de comunicação entre o movimento social homossexual brasileiro e o chamado Movimento da Liberação Gay estadunidense. Afirmava o jornal:

Nanico americano que nasceu à mesma época que o LAMPIÃO, o San Francisco Gay Times nos mandou todo o material sobre a semana, inclusive as fotos que utilizamos. Segundo o noticiário que aquele jornal publicou sobre o assunto, aproximadamente um quarto da população local, entre homens e mulheres de todas as idades, raças e orientações sexuais, ocupou a Market Street, principal rua da cidade (*Lampião da Esquina*, n. 4, 1978, p. 3).

Ao narrar o ato público ocorrido na cidade de São Francisco, o jornal mencionava pela primeira vez o nome do vereador Harvey Milk, figura também presente no material didático “*Aos seres que ousam, ousaram e ousarão: o movimento social LGBTQIA+ brasileiro a partir do jornal Lampião da Esquina (1978-1981) em uma proposta para o Ensino de História*”; no dia em questão, Harvey Milk, o primeiro homem abertamente homossexual a ocupar um cargo

¹⁹ “Pânico da Lavanda” é o nome dado a perseguição à homossexuais que ocupavam cargos públicos liderada por Joseph McCarthy, senador republicano de Wisconsin. Aproveitando-se da tensão dos tempos de Guerra Fria, McCarthy promoveu investigações no Congresso Nacional e exposições sensacionalistas na mídia, com o objetivo de eliminar os considerados homossexuais (Rubin, 2006), que segundo o ex-fuzileiro naval, faziam parte de uma conspiração ao lado de comunistas. Ao final da caça federal “31 homossexuais foram demitidos do Departamento de Estado em 1947, 28, em 1948, e 31 em 1949” (Lepore, 2020, p. 606).

²⁰ Termo utilizado para se referir ao clima de perseguição à grupos considerados subversivos, instaurado pelo conservador Joseph McCarthy.

público no estado da Califórnia, fez uma fala potente em defesa dos direitos civis da população LGBTQIA+, respondendo aos ataques de Anita Bryant²¹. Segundo o jornal:

Ele ressaltou o fato de que os gueis ali estavam como seus parentes, vizinhos e amigos, e pediu ao Presidente Jimmy Carter que tomasse uma posição contra o ódio, o fanatismo (uma alusão a Anita Bryant) e a loucura. E anunciou a marcha nacional pelos direitos do homossexual, a ser realizada em Washington, no próximo ano, no dia da independência dos Estados Unidos, 4 de julho. Segundo o jornal, esta foi a primeira vez que um político eleito pelo povo assumiu publicamente uma atitude ostensiva de apoio à luta dos homossexuais pelos seus direitos (*Lampião da Esquina*, n. 4, 1978, p. 3).

No entanto, não seria a única aparição de Harvey Milk nas páginas do jornal *Lampião da Esquina*, a edição de número 8, publicada em janeiro de 1979, conta com a matéria “Morte em San Francisco”, escrita por João Silvério Trevisan; o texto relata o assassinato cometido pelo ex-policia Dan White contra Harvey Milk e George Moscone, prefeito da cidade de São Francisco conhecido por ter sido um aliado da comunidade *queer*. O crime ocorreu em novembro de 1978, quando Dan White, após invadir o prédio da prefeitura de São Francisco, disparou tiros à queima-roupa contra o vereador Harvey Milk e o prefeito. Ao ser julgado, Dan White alegou em sua defesa ser “vítima de uma profunda depressão e nervosismo, pois se alimentava muito mal, consumindo compulsivamente Coca-Cola e *junk-foods*” (*Lampião da Esquina*, n. 14, 1979, p. 3).

Apesar das inúmeras provas contra Dan White, o argumento do psiquiatra e testemunha de defesa Martin Blinder, de que “a excessiva concentração açúcar nesse tipo de comida teria provocado um desequilíbrio químico no cérebro do assassino [...]” (*Lampião da Esquina*, n. 14, 1979, p. 3) prevaleceu, fazendo com que o réu recebesse a pena mínima de oito anos de prisão, com direito a liberdade condicional depois de cinco anos. A impunidade diante do assassinato de Milk e as batidas policiais cada vez mais frequentes em espaços de sociabilidade de gays, lésbicas e travestis, culminaram em uma onda de protestos violentos entre as ruas Castro e Market, em março de 1979. De acordo com jornal:

[...] foi dentro desse contexto que parte da comunidade guei se revoltou: em seis horas de distúrbios, 1 milhão de dólares em prejuízos a imóveis públicos, muitos carros queimados, 119 pessoas feridas - das quais 59 policiais. Não há dúvida que a rebelião resultou tanto de um crescimento da consciência de oprimido quanto do aumento da violência instituída. Aliás, durante os distúrbios, a polícia estava movida por algo mais do que o mero cumprimento do dever, quando perseguia os homossexuais aos gritos de “Vamos recuperar a cidade!” ou então invadia os bares gueis dando cacetadas e berrando “Fora daqui viados filhos da puta”. Por tudo isso, a revolta parece estar à frente do seu tempo; deixa claro que os homossexuais não pretendem perder o espaço que conquistaram até aqui, com suas lutas (*Lampião da Esquina*, n. 14, 1979, p. 3).

²¹ No final da década de 1970, Anita Bryant, cantora, mãe de quatro filhos e ex-Miss Oklahoma, lançou a campanha “Salve nossas Crianças”. A caça aos homossexuais promovida por Bryant, na época fiel da Igreja Batista do Sul, na Flórida, visava salvar as crianças de professores gays e lésbicas (Lepore, 2020).

Conforme Fran Tornabene, correspondente do *Lampião da Esquina* na Califórnia, ao presenciar o ocorrido: “certos grupos homossexuais se mantiveram afastados, lamentando a exploração de violência e dizendo que Milk certamente não teria aprovado tal reação” (*Lampião da Esquina*, n. 14, 1979, p. 3). De fato, a resposta violenta por parte de alguns homossexuais após o julgamento de Dan White, renderia aqui um extenso debate acerca das táticas ideais de combate à violência institucional; todavia, deve-se atentar à conjuntura social e política do final dos anos de 1970, onde ter um representante assumidamente gay no poder público significou uma grande virada de chave.

Figura 8- Homossexuais invadem a prefeitura de São Francisco



Fonte: *Lampião da Esquina*, n. 14, jul., 1979. Disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/jornal-lampiao-da-esquina-1978-1981/>. Acesso em: 16/01/2025

Embora o episódio de vandalismo seja injustificável para alguns, quebrar as vidraças da prefeitura talvez tenha sido a única maneira que os amigos e admiradores de Milk encontraram para expressar sua indignação, e até mesmo poder sobre a situação; considerar a inconformidade de gays, lésbicas, travestis e demais sujeitos, diante das mais diversas formas de opressão ao longo da história, nos permite retirar de tais indivíduos a noção de passividade frente a violência, pois “poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada” (Foucault, 1988, p. 103).

Com o passar dos anos, a vida de Harvey Milk foi abordada por algumas produções do audiovisual, como o documentário *Os Tempos de Harvey Milk*, de 1984, dirigido por Rob Epstein, e o filme *Milk: A Voz da Igualdade*, de Gus van Sant, lançado em 2008, no qual o ator Sean Penn interpreta Harvey Milk. Mais recentemente, o 7º episódio da série dramática *Companheiros de Viagem*, que foi ao ar no ano de 2023 pela emissora Showtime, tem como pano de fundo os protestos ocorridos após a sentença de Dan White.

Figura 9 - Harvey Milk na Parada do Dia Gay de São Francisco, em 1978



Fonte: *GLBT Historical Society – museum & archives*. Disponível em: <https://www.glbthistory.org/>. Acesso em: 16/01/2025.

A presença do personagem Harvey Milk em edições do jornal *Lampião da Esquina*, é vista aqui como um indicativo importante da proximidade da militância homossexual brasileira com processos vivenciados nos Estados Unidos, sendo assim, um atrativo interessante para o ensino de História. Ao incluir a história de Milk no roteiro de uma aula sobre a história do movimento social LGBTQIA+, é possível provocar os estudantes a ampliar a lente sobre a luta de lésbicas, travestis, gays e demais identidades sexuais e de gênero, não enxergando como algo que acontecia apenas no Brasil.

Assim como no Brasil, nos Estados Unidos a trajetória da imprensa homossexual esteve em consonância com a organização política de gays, lésbicas, travestis e demais sujeitos dissidentes, enquanto parte de um movimento social. De certa forma, o movimento guei brasileiro foi fortemente influenciado pelo movimento homossexual estadunidense; o que explica o interesse do *Lampião da Esquina* em entrevistar Winston Leyland, um dos idealizadores do jornal *Gay Sunshine*. Segundo o jornal:

Considerado o mais antigo jornal homossexual em circulação, o *Gay Sunshine* começou a ser publicado em 1970, com uma tiragem relativamente pequena de oito mil exemplares. Hoje, calcula-se que tenha por volta de 25 mil leitores não apenas americanos. Seu sucesso cresceu à medida que se consolidava o Movimento de Liberação dos Homossexuais, dentro das lutas em favor dos Direitos Humanos, nos Estados Unidos (*Lampião da Esquina*, n. 2, 1978, p. 10).

Gohn (2011), ao discutir sobre o caráter educativo dos movimentos sociais, reforça que a relação entre movimento social e educação se dá a partir de ações práticas de movimentos

e grupos sociais. Nesse sentido, jornais como *Gay Sunshine*, *Come Out*, *Chana com Chana* e *Lampião da Esquina*, posicionavam-se como importantes canais de comunicação e denúncia, que em muitos casos traziam à tona questões que afetavam diretamente a população homossexual da época, tais como, a repressão policial, o desemprego, a discriminação etc.

Na prática, os movimentos sociais se colocam como formas de organização popular, que para atingir seus objetivos adotando diferentes estratégias, que podem incluir denúncias, pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.), e pressões indiretas (Gohn, 2011). A vontade da comunidade guei brasileira de se mobilizar já estava expressa nas primeiras edições do *Lampião da Esquina*:

As lutas das mulheres, dos negros, dos homossexuais, dos índios, dos prisioneiros – categorias historicamente silenciosas – têm nos ensinado que a História tem sujeitos e objetos, aqueles que falam e aqueles de quem se fala, mas também que os sujeitos variam ao longo desse processo (*Lampião da Esquina*, n. 1, 1978, p. 2).

Nesse sentido, o movimento de sair às ruas; criar jornais; ocupar espaços fora do gueto homossexual, como a política partidária etc. passou a ser o *modus operandi* da militância homossexual de diversas partes do globo. “Quem poderia imaginar que na Colômbia existisse um movimento de conscientização homossexual?” (*Lampião da Esquina*, n. 10, 1979, p. 4), o *Lampião da Esquina* pergunta aos seus leitores ao destacar o jornal *El Otro*, e a revista *Ellos y Su Mundo*; a mesma nota também divulga o francês *Quand les femmes s’alment*, publicação do *Groupe de Lesbiennes de Lyon*. A edição de número 11 do *Lampião da Esquina*, publicada em abril de 1979, traz um texto escrito por Mike Johnstone, Denis Leblanc e John Duggan, membros da CCDLG - Coalizão Canadense pelos Direitos das Lésbicas e dos Gays, que através do jornal *Body Politic*²², buscavam “assegurar os direitos humanos fundamentais às pessoas homossexuais, direitos que nos são sempre recusados pela maioria heterossexual” (*Lampião da Esquina*, n. 11, 1979, p. 3); a nota redigida em tom de denúncia, enfatiza que a censura sobre o jornal *Body Politic* por parte das autoridades locais, possui relação com as diversas batidas policiais em espaços de socialização de gueis e lésbicas, como a invasão da polícia de Montreal ao Truxx Crusing Bar, e a blitz da polícia de Toronto contra o The barracks, clube-sauna frequentado por homens homossexuais, onde “eles invadiram os quartos com pés-de-cabra e detiveram cerca de 300 homens que foram expostos na rua em pleno inverno enrolados apenas em toalhas” (Rubin, 2006, p. 5). Como veremos mais adiante, algo parecido ocorreu no contexto

²² É possível saber mais sobre o legado do principal periódico de libertação gay do Canadá nas décadas de 1970 e 1980, no site *Body Politic: An Exploration of The Body Politic 1971-1987*, elaborado por pesquisadores da Universidade de Western Ontario. Disponível em: <https://www.uwo.ca/pridelib/bodypolitic/bphome.htm>

de luta pelos direitos da população LGBTQIA+ aqui no Brasil, em que a polícia militar atuou como braço repressivo do regime militar.

Figura 10 - Batida policial no Truaxx Crusing Bar na noite de 22 de outubro de 1977



Fonte: *Body Politic – Gay Liberation Journal*. Dez. de 1977 – jan. 1978. Disponível em: <https://archive.org/details/bodypolitic39toro>. Acesso em: 20/01/2025.

As paradas de celebração do “Dia Mundial do Orgulho Gay” no mês de junho, em alusão à Revolta de Stonewall, também eram noticiadas pelo jornal *Lampião da Esquina*. De acordo com a matéria “No México, a vez dos *jotos* e *lesbianas*”, escrita por Anton Leicht, os grupos Lambda, Lésbicas Feministas Socialistas e *Frente Homossexual de Acción Revolucionaria* – FHAR, reuniram mais de 800 pessoas na “maior manifestação de homossexuais até hoje registrada na América Latina” (*Lampião da Esquina*, n. 19, 1979, p. 3). Juan Jacobo Hernandez, membro da FHAR mexicana e fonte do *Lampião da Esquina* para a reportagem, afirma que a cada ano cerca de 80 homossexuais são assassinados no México, e as autoridades nada fazem; pelo contrário, após a manifestação ocorrida em 26 de junho de 1979, a repressão policial sobre as homossexualidades, através de batidas em bares e saunas, se intensificou: “A última e mais espetacular aconteceu há alguns meses quando cerca de 100 gueis foram presos num bar da Cidade do México. Duas semanas antes, quatro homossexuais, todos menores, foram encontrados assassinados” (*Lampião da Esquina*, n. 19, 1979, p. 3). Em 30 de junho do mesmo ano, Addy, correspondente do *Lampião da Esquina* em Londres, esteve cercada de “folia, balões de gás coloridos, abraços e beijos, batons vermelhos e gravatas por todos os lados [...]” (*Lampião da Esquina*, n. 16, 1979, p. 20) em um evento de celebração do Orgulho Gay realizado no Hyde Park. Dentre as diversas fotos retiradas por Addy, no festival

que comemorava o décimo aniversário da Revolta de Stonewall, está uma do casal lésbico Sarah e Kelly ao lado de sua filha Scheila, de onze anos.

Figura 11 - Fotografias do Dia do Orgulho Gay em Londres, no ano de 1979



Fonte: *Lampião da Esquina*, n. 16, set., 1979. Disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/jornal-lampiao-da-esquina-1978-1981/>. Acesso em: 16/01/2025.

Os atos públicos promovidos por homossexuais mexicanos e ingleses, embora estejam separados pelo Atlântico e por diferenças de raça, classe social e regionalidade, compartilham algo em comum: a necessidade de serem vistos e ouvidos. A menção à tais acontecimentos no jornal *Lampião da Esquina*, aponta uma certa globalização das estratégias de atuação dos movimentos pelos direitos civis de travestis, lésbicas, gays e demais identidades sexuais e de gênero na sociedade Ocidental. Ao se colocarem nas ruas ao lado de seus amigos, parceiros e familiares, com cartazes, trajes espalhafatosos e palavras de ordem, tais personagens estavam expressando a partir da afirmação de suas identidades “um poder real de organizar e descrever sua experiência de sua própria sexualidade e aplicação dela” (Sedgwick, 2007, p. 43), e, de certa forma inspirando a militância homossexual brasileira a fazer o mesmo.

Figura 12 - Registro da mobilização ocorrida no México



Fonte: *Lampião da Esquina*, n. 19, dez., 1979. Disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/jornal-lampiao-da-esquina-1978-1981/>. Acesso em: 16/01/2025.

Apesar da estreita proximidade entre os movimentos homossexuais brasileiro e estadunidense, é fundamental dar enfoque às experiências de ativismo e luta política que estão além de Stonewall. A edição de dezembro de 1978, do jornal *Lampião da Esquina*, trazia como matéria de capa a reportagem “*Latinamérica: NA TERRA DOS HOMBRES, PAULADA NAS BONECAS!*”, destacando a perseguição promovida por órgãos repressores das ditaduras militares do Cone Sul sobre corpos sexuais dissidentes. A frequência com que tal temática foi abordada durante a existência do jornal *Lampião da Esquina*, indica uma preocupação por parte de seus editores com as “bonecas” de países, tais como, Argentina e Chile. A nota “Na Argentina é assim: paulada nas bonecas! Um documento do exílio”, publicada na edição de número 7, foi escrita por Ricardo e Héctor, membros da Frente de Libertação Homossexual (FLH) que viviam exilados na Espanha; e fornece um consistente relato sobre como a chegada dos militares ao poder afetou a luta pelos direitos homossexuais na América Latina. Segundo o jornal:

Quando foi derrubado pelos militares o governo de Isabel Martines de Perón, começou um período de maior violência política. Em março de 1976 enfrentaram-se com violência militares e guerrilheiros. O governo militar, para se consolidar, lançou à ofensiva todo o aparelho repressivo do Estado. Neste momento, a FLH decidiu-se autodissolver-se, até que existam condições propícias para o seu funcionamento. Não convinha arriscar inutilmente seus ativistas e amigos (*Lampião da Esquina*, n. 7, 1978, p. 6).

Entretanto, como afirma a pesquisadora Marina Franco ao analisar os ciclos de violência na história política argentina do século XX, “[...] a repressão se iniciou vários anos antes de 1976 e teve um caráter sistemático e progressivo, pelo menos a partir do início dos

anos de 1970” (Franco, 2015, p. 65). A perseguição policial às homossexualidades na Argentina “começou na década de trinta, quando se iniciou no país um fenômeno de fascistização, estimulado pelo exército e pela oligarquia criadora de gado” (*Lampião da Esquina*, n. 7, 1978, p. 6); de acordo com a reportagem “Sufoco na Argentina: Um histórico da repressão aos homossexuais na terra de Videla”, publicada de forma anônima pelo jornal *Lampião da Esquina*, embora as primeiras tentativas de “limpeza moral” tenham atingido Buenos Aires na década de 1930, “[...] foi, no entanto, o primeiro governo peronista (1946/1955) quem criou os dispositivos legais que continuam até hoje sendo utilizados para reprimir policialmente os homossexuais (*Lampião da Esquina*, n. 21, 1980, p. 14).

Nos anos de 1960, as constantes batidas da Seção de Moralidade da Polícia Federal em bares e saunas resultaram na prisão de “dezenas de homossexuais, baseando-se unicamente em seu critério: todo o homossexual é um escândalo público, ou um possível corruptor” (*Lampião da Esquina*, n. 7, 1978, p. 6). Em meados de 1971, *Nuestro Mundo*, o primeiro grupo homossexual argentino, dá origem a FLH – Frente de Libertação Homossexual; composta em sua maioria por escritores, advogados, médicos, psicanalistas, jornalistas e professores, a Frente de Libertação Homossexual chegou a contar com cerca de 100 ativistas entre os anos de 1972 e 1973. A volta do peronismo ao poder em 1974, sob o comando de Isabelita Péron²³, não significou uma mudança na repressão sofrida pelos homossexuais argentinos. Um exemplo disso, foram as “campanhas de moralização” promovidas pelo governo peronista em espaços frequentados por gays, travestis e lésbicas, onde “pelotões da polícia cortavam os cabelos compridos e rasgavam as roupas consideradas “ambíguas” (calças compridas para as mulheres, salto alto para os rapazes etc.); chegaram a torturar sadicamente aquelas pessoas consideradas “esquisitas” - basicamente homossexuais e hippies” (*Lampião da Esquina*, n. 21, 1980, p. 14). Em 1975, o jornal fascista *El Caudillo*, próximo ao governo de Isabelita de Péron e porta-voz da “Triple A” (Aliança Anticomunista Argentina), organização terrorista criada pelo político de ultradireita José López Rega, celebrou a morte do cineasta Pier Paolo Pasolini, e “conclamou a população para que reprimisse com severidade os homossexuais de ambos os sexos. Aconselhava, entre outras coisas, amarrá-los às árvores nas cidades e castigá-los” (*Lampião da Esquina*, n. 7, 1978, p. 6).

²³ Acerca da complexidade do governo de Isabelita de Péron, Franco (2015), pontua: “Foi um governo democrático que revogou a legislação repressiva anterior e, poucos meses depois, começou a restabelecê-la progressivamente (Franco, 2015, p. 74).

Marina Franco (2015), chama atenção para o decreto-lei de Defesa de 1966 (Lei nº 16/970), que ditou a lógica da segurança nacional na legislação argentina, e para a Lei de Segurança (Lei nº 28/840, de 28 de setembro de 1974), aplicada durante o governo de María Estela Martínez de Perón; ambos os dispositivos legais foram utilizados pela ditadura militar argentina entre os anos de 1976 a 1983, como forma de justificar o emprego de violência sobre grupos considerados subversivos. O decreto-lei de Defesa de 1966 (Lei nº 16/970) durou até o ano de 1988, “não tendo sido revogado nem sequer durante o governo democrático anterior à última ditadura” (Franco, 2015, p. 74). De fato, a violência estatal atingiu níveis extremos durante a ditadura militar, todavia, a historiografia sobre o período tem nos mostrado a presença de ciclos de autoritarismo em momentos anteriores da história argentina²⁴. Com os ataques inflamados do jornal *El Caudillo* na metade da década de 1970, “militantes da Frente Homossexual são surrados pela polícia, que chega a invadir a casa de um deles. Um comando parapolicial atirou contra uma boate entendida que havia em Lanús (Grande Buenos Aires) e, na saída, agrediu os fregueses” (*Lampião da Esquina*, n. 21, 1980, p. 14).

Para uma boa parcela da população LGBTQIA+ argentina da época, a violência policial não era algo inédito; pelo menos é o que afirma a fonte do jornal *Lampião da Esquina* no país: “O regime militar instaurado graças ao golpe de 1976, não precisou de novas normas para castigar a homossexualidade, dedicando-se a aplicar com desusado rigor as já existentes, até chegar a uma verdadeira perseguição sistemática [...]” (*Lampião da Esquina*, n. 21, 1980, p. 14). Porém, com a chegada dos militares ao poder, programas de extermínio colocaram em prática “uma multiplicidade de poderes e lógicas locais que contribuiram, em seu conjunto, com o objetivo central de aniquilar o inimigo subversivo” (Franco, 2015, p. 66). Segundo Anton Leicht, jornalista alemão correspondente do *Lampião da Esquina* na Argentina, mesmo diante de um policiamento de suas sexualidades, travestis, lésbicas e gays, seguiram ocupando as ruas Corrientes e Santa Fé, centro da vida *queer* em Buenos Aires.

Com a dificuldade de atuação imposta pela censura do regime militar, alguns membros da Frente de Libertação Homossexual, como Ricardo e Héctor, buscaram exílio em outros países. Ao escrever ao *Lampião da Esquina*, os homossexuais exilados na Espanha agradeceram ao jornal pelo espaço cedido em sua plataforma. Segundo o jornal:

Os homossexuais da FLH argentina exilados na Espanha estão muito contentes com a existência de LAMPIÃO. Sua aparição nos dá alento, e o fato de poder chegar a

²⁴ Ver Franco (2013).

milhares de brasileiros através de suas páginas é uma dádiva que dificilmente podemos saldar (*Lampião da Esquina*, n. 7, 1978, p. 6).

O enfrentamento à regimes ditatoriais é um elo em comum entre os movimentos sociais homossexuais latino-americanos da época, que pode ser explorado pelo professor de História ao trabalhar as ditaduras militares na América Latina. Outra similaridade entre os movimentos pelos direitos civis da população homossexual na América Latina, é a clandestinidade; ao abordar a “pré-história” do movimento LGBTQIA+ brasileiro, MacRae (2018a) comenta que as reuniões eram realizadas em locais fechados para evitar perseguições policiais. Franco (2015), ao discorrer sobre a violência aplicada pelo Estado argentino entre os anos de 1976 a 1983, ressalta que “[...] as lógicas e formas da repressão foram muito diferentes conforme as regiões, zonas, forças implicadas e grupos principais de vítimas” (Franco, 2015, p. 66). Dito isso, não era incomum policiais e militares à paisana se infiltrarem no gueto homossexual com o objetivo de realizar prisões em flagrante, como mostra o artigo “Chile: denúncias da matança”, escrito pelo chileno Carlos Manuel; publicado na revista norte-americana *Vector*, em junho de 1974, a nota expõe a perseguição aos homossexuais no Chile²⁵. Segundo o jornal:

Por telefone, um amigo meu me perguntou se eu sabia o que os milicos andavam fazendo com as bichas. Respondi que não sabia. Aí meu amigo me contou: “Eles estão a fim de botar a bicharada toda num campo de concentração. Me disseram que outro dia três bichas pegaram uns soldados e foram todos para um bar conversar. Os soldados deixaram endereços e foram embora; o de sempre, claro. Quando as bichas saíram do bar, toparam com um pelotão lá fora. Os três soldados apontaram para as bichas, que foram agarradas e levadas embora. Até hoje não se tem notícias delas. Portanto vê se toma cuidado”. Aos poucos, passaram a circular mais e mais histórias desse tipo (*Lampião da Esquina*, n. 7, 1978, p. 7).

Embora a perseguição no Brasil de sexualidades consideradas desviantes da heteronorma seja anterior à chegada dos militares ao poder através do golpe de 1964; assim como em outros países do Cone Sul, houve um aumento da violência e abusos contra travestis, lésbicas e gays, durante os anos de ditadura militar, comprovando que “quando vivemos com a possibilidade de destruição sem precedentes, que as pessoas são mais propensas a se tornarem perigosamente malucas sobre a sexualidade” (Rubin, 2006, p.). Em sua primeira edição o jornal *Lampião da Esquina* se aventura na vida noturna da região da Cinelândia, no Rio de Janeiro, e apresenta “Paulo, Paulete, Paulona, a Doida – me chamo como quiser. Um cara disposto a tudo,

²⁵ Em 11 de setembro de 1973, com o apoio de partidos de direita e dos Estados Unidos, militares depuseram o presidente eleito Salvador Allende, tendo como justificativa a grave crise econômica que o Chile enfrentava e uma suposta ameaça comunista. No poder, o militar Augusto Pinochet promoveu uma “guerra social” contra grupos considerados subversivos (Zárate, 2015).

cansado de apanhar, de ir preso, de lavar latrina de distrito policial, sem saber que crime a gente cometeu” (*Lampião da Esquina*, n. 1, 1979, p. 5).

Ao ser questionada por Antônio Chrysóstomo acerca das cicatrizes de cortes que cobrem um de seus braços do pulso até o cotovelo, Paulete responde com ar de deboche: “Oê não tá com nada, hein cara? É o único jeito de não ir presa, quando a polícia baixa na Lapa e na Cinelândia” (*Lampião da Esquina*, n. 1, 1979, p. 5). Como já foi trazido aqui através do relato de Flávia ao jornal, o costume das travestis de andarem armadas com gilete fazia parte de uma estratégia que consistia em se automutilar diante de uma possível batida policial, como explica Paulete a Chrysóstomo: “Não dá outra. Os homens tem de levar a gente pro hospital, senão morre de sangrar. E no hospital a gente não apanha, até tratam bem” (*Lampião da Esquina*, n. 1, 1979, p. 5).

Em maio de 1980, um novo personagem entra em cena, o delegado José Wilson Richetti, que “sob pretexto de limpar a cidade de vagabundos, anormais (também conhecidos por homossexuais), decaídas ou mundanas, marginais e desocupados em geral [...]” (*Lampião da Esquina*, n. 26, 1980, p. 18), deu início à Operação Cidade, “um tipo de operação de rondas, também chamada de rondão, em que são realizadas blitz inesperadas em lugares considerados suspeitos [...] era composta por 20 delegados e 100 investigadores, que atuavam 24 horas por dia” (Ocanha, 2018, p. 82).

Figura 13 - Batidas policiais lideradas por Richetti



Fonte: *Lampião da Esquina*, n. 26, jul., 1980. Disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/jornal-lampiao-da-esquina-1978-1981/>. Acesso em: 16/01/2025.

No dia 27 de maio de 1980, o projeto que buscava higienizar a ruas Rego Freitas, Largo do Arouche e Vieira de Carvalho, a Avenida Ipiranga e a região da Boca de Lixo, áreas de São Paulo frequentadas por prostitutas, travestis, michês, gays e lésbicas, ganha novos nomes: Operação Limpeza e Operação Rondão. A “guerra santa do Dr. Richetti”, assim chamada pelo jornal *Lampião da Esquina*, utilizava-se de um “suposto envolvimento de travestis e prostitutas com traficantes e marginais para justificar as prisões para averiguações” (Ocanha, 2018, p. 83).

No entanto, Richetti não escondia seu ódio às homossexualidades, “precisamos tirar das ruas os pederastas, maconheiros e prostitutas”, é o que declara Richetti, dizendo-se revoltado porque certa noite topou com dois homens beijando-se em público. “Eles não respeitaram nem minha mulher”, reclama o delegado” (*Lampião da Esquina*, n. 26, 1980, p. 18).

Num período curto, as batidas policiais lideradas por Richetti colocaram em prática uma violência sistemática contra corpos que fugiam da heteronorma, mostrando “prazer em exercer um poder que questiona, fiscaliza, espreita, espia, investiga, apalpa, revela [...]” (Foucault, 1988, p. 52) a sexualidade alheia. O *modus operandi* brutal das operações, aparece nas páginas do *Lampião da Esquina*, que não mediu esforços para denunciar tais violações. Segundo o jornal:

[...] um travesti relata como Richetti abriu uma gaveta e fechou-a violentamente, prendendo seus seios. Naturalmente, esses, infelizes são acusados de inventar tudo, porque não estão do lado da lei, que cria a verdade. Mas nestes dias não é preciso muito esforço para ver surras, em público. Na esquina da Rego Freitas a major Sertório, investigadores tentam tirar a dentadura de um travesti, para recolher a gilete aí escondida. Como ele jura aos berros que seus dentes são naturais, é espancado e tido por mentiroso [...] nos bares do Largo do Arouche, os investigadores já chegam gritando: “Quem for viado pode ir entrando no camburão”. Leis, Constituição, Direitos? Até provar o contrário, todos os cidadãos são suspeitos (*Lampião da Esquina*, n. 26, 1980, p. 18).

Diante da violência aplicada pelos policiais comandados por Richetti, a única proteção para a população LGBTQIA+ que frequentava a noite paulistana na época, era solicitar ao poder Judiciário um *habeas corpus* preventivo, através da expedição de um documento chamado salvo-conduto, que poderia garantir a liberdade de indivíduos presos pela Operação Rondão (Ocanha, 2018). Os crimes cometidos por Richetti à frente da Delegacia Seccional Centro, órgão responsável por todas as delegacias da área central de São Paulo, não passaram despercebidos pelos movimentos sociais da época.

Segundo Regina Facchin (2003), apesar do enfraquecimento do grupo SOMOS devido às divergências internas, o perigo entorno do delegado José Wilson Richetti mobilizou o movimento social LGBTQIA+ brasileiro a ir às ruas ao lado dos movimentos feminista e negro, numa passeata que terminou com um ato público em frente ao Teatro Municipal, no final da tarde de 13 de junho de 1980: “[...] abria-se coro um cordão de mulheres enlaçadas. Podia-se ouvir em uníssono: O GUEI UNIDO JAMAIS SERÁ VENCIDO ou AMOR FEIJÃO ABAIXO O CAMBURÃO (que, para contentar os mais tradicionais, variava para ARROZ FEIJÃO ABAIXO A REPRESSÃO)” (*Lampião da Esquina*, n. 26, 1980, p. 18).

Figura 14 - Mulheres da Ação Lésbica Feminista no ato público contra Richetti



Fonte: *Lampião da Esquina*, n. 26, jul., 1980. Disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/jornal-lampiao-da-esquina-1978-1981/>. Acesso em: 16/01/2025.

Meses depois, a edição de dezembro do *Lampião da Esquina* trazia a nota “Richetti volta às ruas”. No dia 15 de novembro de 1980, feriado da Proclamação da República, o delegado Richetti e seus homens realizaram a Operação Sapatão, que consistiu em batidas policiais nos bares Cachação, Ferro’s e Bexiguinha, famosos por serem espaços de sociabilidade lésbica. De acordo com o jornal:

[...] as mulheres que lá estavam, incluindo as que possuíam carteira profissional assinada, foram todas detidas, debaixo do seguinte argumento: “É tudo sapatão”. Segundo panfleto distribuído posteriormente pelos grupos Terra Maria, Ação Lésbica Feminista e Eros, na 4ª delegacia, para onde as detidas foram levadas, “foi constatado que os policiais recebiam dinheiro para libertarem as pessoas, sendo que aquelas que não possuíam, lá permaneciam”. Em seu panfleto, aqueles três grupos paulistas denunciaram: “Estamos novamente às voltas com a ação violenta da polícia, ação essa que outra vez ficará impune no que diz respeito as autoridades” (*Lampião da Esquina*, n. 31, 1980, p. 18).

Após alguns anos, o Ferro’s Bar seria palco de um acontecimento importante na história do movimento social LGBTQIA+ no Brasil, em especial para a luta de mulheres sáficas²⁶ contra o preconceito. A chamada “ocupação do Ferro’s Bar”, organizada pela ativista Rosely Roth e por demais integrantes do GALF – Grupo de Ação Lésbica Feminista, ganhou grande repercussão na sociedade paulistana. Segundo o jornal:

Na noite de 23 de julho de 1983, integrantes do GALF vendiam o *ChanacomChana* e foram proibidas pelo dono do Ferro’s de entrarem naquele lugar e vender seu Boletim. Diante deste autoritarismo, Rosely promoveu um ato político que foi articulado com lésbicas, gays, feministas, defensores de direitos humanos, políticos e com a grande imprensa, para que na noite de 19 de agosto o Ferro’s Bar fosse ocupado. A invasão casou grande tumulto com cobertura da mídia e presença da polícia e o dono do Ferro’s voltou atrás da sua decisão. Esta vitória é um marco fundamental na história do movimento de lésbicas brasileiro. Em homenagem a Rosely, a partir do ano de 2003, na

²⁶ O safismo é um termo que se refere à relações sexuais e afetivas entre mulheres. A partir do começo do século XX, a figura da poetisa grega Safo, da Ilha de Lesbos, passou a ser associada ao lesboerotismo, principalmente pela literatura (Leite, 2023).

data de 19 de agosto, celebra-se em São Paulo, o Dia do Orgulho Lésbico (Fernandes, 2018, p. 100).

Conforme aponta Ocanha (2018), mesmo com a passagem para a democracia, as batidas policiais iniciadas pelo delegado José Wilson Richetti continuaram. Em 1987, em meio ao auge da epidemia da AIDS, Jânio Quadros na época prefeito da cidade de São Paulo, iniciou a Operação Tarântula, que visava combater a doença atacando travestis e transexuais. Apesar da semelhança com as Operações Rondão e Limpeza, a novidade da Operação Tarântula efetuada por Jânio Quadros “foi utilizar a Guarda Municipal, para prender travestis que realizam o *trottoir*, e o Corpo de Bombeiros, para jogar jatos da’água” (Ocanha, 2018, p. 89). As entrevistas presentes no documentário *Temporada de Caça*, de Rita Moreira, lançado em 1988, nos fornecem um registro importante acerca da convivência de parte da população com a violência contra corpos LGBTQIA+. Segundo o documentário:

Repórter – Você tem ouvido falar nos noticiários, nos jornais, sobre assassinato de homossexuais?

Mulher – Tenho sim.

Repórter – E o que você pensa disso?

Mulher – Eu acho que tem mais que assassinar mesmo.

[corta a cena e em seguida a repórter entrevista um jovem em uma praça]

Repórter – O que você acha dessa onda de violência contra eles [lésbicas, gays, travestis e transexuais]

Jovem – Eu acho certo.

Repórter – Por quê?

Jovem – Porque o homem nasceu pra ser homem, aí ficar virando... não dá não.

[a repórter agora aborda um motorista]

Repórter – E contra eles [lésbicas, gays, travestis e transexuais] o que você tem contra eles?

Motorista – Ah, eu tenho muita coisa contra eles, eu acho que eles estão poluindo a cidade de São Paulo (Moreira, 1988 - 0:37 - 01:43).

Cubas (2022), ao reivindicar uma história que corte feito estilete, defende a construção de uma efetiva experiência com o conhecimento histórico, que “pensada em aliança à educação e, particularmente, ao ensino de história é aqui evocada em seu caráter formativo” (Cubas, 2022, p. 18). Desta forma, ao trazer para o ensino de História os relatos de opressão, violência e resistência, presentes no jornal *Lampião da Esquina*, não buscamos aqui construir um conhecimento histórico que orbita em torno do ato de chocar, mas que pretende sensibilizar os educandos sobre as diferentes formas de violência que há muito tempo nos cercam. A metáfora do estilete utilizada por Cubas (2022), parte da vontade de romper com a apatia dos alunos frente a um ensino de História convencional que não os toca, ou melhor dizendo, que não os corta; para a pesquisadora, dar lugar à experiência no ensino de História “é criar condições para que as coisas espantosas espantem. Para que o preconceito incomode. Para que a violência e a injustiça revoltem” (Cubas, 2022, p. 29). Tão afiado quanto a navalha de Paulete, que lhe salvou

inúmeras vezes do camburão da polícia, é o ensino de História que constrói experiências através do passado de luta do movimento social LGBTQIA+ brasileiro, permitindo aos estudantes “entender o gênero como constituinte da identidade dos sujeitos” (Louro, 1997, p. 24).

2 O LUGAR DO GÊNERO NO ENSINO DE HISTÓRIA: CURRÍCULO, TENSÕES E POSSIBILIDADES

E não só o povo. Lá na escada, um travesti, vestido de branco e com um colar de xangô, começa a se agitar, como se estivesse recebendo um santo, sendo aclamado por outro participante. Logo as “baianas” são absorvidas pela multidão, o Carnaval continua, a escada torna mais uma vez a receber o delicado pisar dos que visam à fama efêmera do momento [...] Mas tem seu lado triste, este acontecimento de tanta euforia, pois no final das contas, apesar de tanta fantasia, deboche e sátira, acabam jogando o jogo do poder. Gente que transa sexualmente com pessoas do mesmo sexo é diferente, diz o poder. Gente que transa com pessoas do mesmo sexo é homossexual, é guei, diz o poder. E gente assim tem o seu devido lugar. Por 361 dias do ano deverão ou disfarçar ou ficar bem longe dos olhos dos cidadãos que não gostam de quem tem esse tipo de transa. Durante os quatro dias do carnaval devem, entretanto, ficar no centro do mundo para fazer do carnaval um carnaval (*Lampião da Esquina*, n. 1, 1978, p. 3).

“Sor, o que eu sou? Eu sou mulher?”. Essa foi a pergunta feita a mim por uma aluna do segundo ano do Ensino Médio, enquanto eu escrevia na lousa alguns tópicos sobre os astecas e a colonização espanhola na América. A dúvida da jovem surgiu a partir de uma discussão com alguns colegas da turma sobre uma questão que, para eles, parecia tão complexa quanto uma operação matemática: “Se ela é sapatão.... ela é mulher?”. Num primeiro momento congelei, afinal havia me preparado para falar sobre Tenochtitlán, e não sobre gênero e sexualidade. Em resposta, ao invés de romper com os binarismos por completo e parafrasear Monique Wittig (2022, p. 49): “a mulher só tem significado nos sistemas heterossexuais de pensamento e nos sistemas econômicos heterossexuais. Lésbicas não são mulheres”, optei por manter as categorias “homem” e “mulher” e fazer um esquema didático na lousa com o objetivo de explicar o significado de identidade de gênero e diferenciar cisgeneridade de transgeneridade.

Quem já esteve em uma turma com cerca de trinta, ou até mesmo quarenta adolescentes, sabe como é fácil a atenção dos alunos e alunas se dispersar. Mas, lá estavam eles, em uma aula de História sobre a violenta colonização da América, buscando diversas respostas sobre as formas de ser e estar no mundo. O “ser” aqui, entendido a partir da dimensão ontológica, revela uma ansiedade, por parte das infâncias e juventudes, de se encaixar no sistema binário de gênero do Ocidente, que é considerado hegemônico.

A pergunta “Sor, o que eu sou?”, ainda hoje ressoa em mim — é tão forte e política. Tal testemunho docente evidencia de que modo temas sensíveis, como identidade de gênero e sexualidade, eclodem no espaço escolar, tendo, na maioria das vezes, os próprios educandos como ponto de partida. Desse modo, a sala de aula opera não apenas como um local de reprodução de preconceitos, mas também como um espaço onde fronteiras são atravessadas,

podendo colocar em xeque “a crença numa relação mimética entre gênero e sexo, na qual o gênero reflete o sexo ou é por ele restrito” (Butler, 2023, p. 26).

De certa maneira, não fugimos tanto do assunto, afinal somos também colonizados a partir do gênero, pois “a lógica categorial dicotômica e hierárquica é central para o pensamento capitalista e colonial moderno sobre raça, gênero e sexualidade” (Lugones, 2014, p. 935). Nesse sentido, ao explorarmos a trajetória do movimento social LGBTQIA+ brasileiro a partir do jornal *Lampião da Esquina* nas aulas de História, estamos afirmando que:

Homens e mulheres certamente não são construídos apenas através de mecanismos de repressão ou censura, eles e elas se fazem, também, através de práticas e relações que instituem gestos, modos de ser e de estar no mundo, formas de falar e de agir, condutas e posturas apropriadas (e, usualmente, diversas). Os gêneros se produzem, portanto, nas e pelas relações de poder (Louro, 1997, p. 41).

Falar ou não falar? Eis a questão: a sensibilidade em torno do lugar do gênero no ensino de História produz um certo binarismo. De um lado, há professores que não enxergam a educação como uma prática libertadora, uma forma de transgredir as normas impostas (hooks, 2013); de outro, educadores que, por mais bem-intencionados que sejam, enfrentam dificuldades para articular o ensino de História com os problemas do tempo presente, como o racismo, a LGBTfobia e a misoginia. As dificuldades enfrentadas por esse segundo grupo, para quem escrevo, partem de diferentes lugares: falta de formação continuada sobre relações de gênero, medo de represálias por parte de grupos conservadores²⁷ e, sobretudo, desconhecimento acerca do que os documentos educacionais dizem sobre gênero, sexualidade e demais temas considerados sensíveis.

Outro grupo de professores que cabe mencionar aqui é composto por docentes LGBTQIA+, que, outrora, já foram crianças e adolescentes *queer* no espaço escolar, um terreno quase sempre hostil a corpos que ultrapassam os limites impostos pela cisheteronormatividade. Apesar de não ser fácil “dar nome à nossa dor, teorizar a partir desse lugar” (hooks, 2013, p. 103), quase sempre quem aborda assuntos como diversidade de gênero em sala de aula somos

²⁷ O conservadorismo é frequentemente entendido como um movimento político e social que ganhou força após a Segunda Guerra Mundial, a partir da identificação de intelectuais com ideias favoráveis ao livre mercado, a uma concepção de liberalismo clássico (*laissez-faire*), à oposição ao movimento dos direitos civis, ao combate ao comunismo e ao comprometimento com normas sexuais tradicionais. No entanto, foi com o surgimento da revista *National Review*, em 1955, que esse conservadorismo se consolidou como um movimento de caráter intelectual. A importante obra *The Conservative Intellectual Movement in America: Since 1945*, do historiador conservador George H. Nash, publicada em 1976, define o conservadorismo como um campo composto por diferentes correntes intelectuais, classificadas pelo autor como libertários, tradicionalistas e anticomunistas da Guerra Fria. Esses grupos formaram uma aliança relativamente coesa, que Nash denominou de “movimento intelectual conservador”. Nas edições de 1996 e 2006, esse panorama foi ampliado com a inclusão dos neoconservadores e da nova direita religiosa (Rodrigues, 2025).

nós, professores LGBTQIA+. Da mesma forma, na maioria das vezes, são os professores negros e indígenas os responsáveis por dar foco às relações étnico-raciais.

Engana-se quem acha que a escola não é lugar para a sexualidade (ou sexualidades). Ela está lá o tempo todo: nas falas e gestos, nas músicas que os alunos cantam, nas conversas entre os professores na hora do cafezinho e, também, no currículo escolar. Para Michel Foucault (1988), a partir do século XVIII, houve uma verdadeira fermentação discursiva sobre o sexo, que passou a delimitar quando, com quem e onde se podia falar sobre o tema:

Seria inexato dizer que a instituição pedagógica impôs um silêncio geral ao sexo das crianças e dos adolescentes. Pelo contrário, desde o século XVIII ela concentrou as formas do discurso neste tema; estabeleceu pontos de implantação diferentes; codificou os conteúdos e qualificou os locutores (Foucault, 1988, p. 36).

Desse modo, poderia o ambiente escolar ser compreendido como um “foco local” de poder-saber (Foucault, 1988)? Considerando a proliferação de discursos sobre questões de gênero e sexualidade, que, quando não emergem dos próprios educandos, são frequentemente apropriados como instrumento por grupos reacionários defensores da pauta antigênero, essa reflexão torna-se ainda mais pertinente. Os intensos debates em torno da inserção ou não de temas relacionados ao gênero, como diversidade e o combate à LGBTfobia, nos currículos escolares, além de evidenciarem o desconhecimento, por parte de muitos críticos, sobre o que de fato será mobilizado em sala de aula, reforçam que “entre o Estado e o indivíduo o sexo tornou-se objeto de disputa, e disputa pública; toda uma teia de discursos, de saberes, de análise e de injunções o investiram” (Foucault, 1988, p. 33).

2.1 TEMAS SENSÍVEIS E A AGENDA ANTIGÊNERO

Para Teresa de Lauretis, feminista italiana radicada nos Estados Unidos, a noção de gênero como uma construção sociocultural não é suficiente; é preciso atentar para a maneira como essas construções se dão (Lauretis, 2021). Essas reflexões deram origem à ideia de “tecnologia de gênero”²⁸ no final da década de 1980, período em que a epidemia de AIDS²⁹

²⁸ A expressão aparece pela primeira vez em *Technologies of gender*, livro lançado pela Indiana University Press, em 1987. No Brasil, o texto *Gender Technology*, foi traduzido em língua portuguesa para a coleção: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

²⁹ Embora o impacto da epidemia de AIDS sobre a população LGBTQIA+ nas décadas de 1980 e 1990 não seja abordado pelo material didático aqui apresentado — em parte devido ao recorte temporal analisado —, nada impede que o ensino de História encontre caminhos para tratar desse tema. Isso se justifica pelo fato de que o Currículo Base do Território Catarinense (CBTC), na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, ao mobilizar a categoria “Saúde” a partir do objeto de conhecimento “Ciências Humanas e Saúde”, busca desenvolver nos educandos a habilidade de “perceber como as iniquidades sociais impactam a saúde dos indivíduos e grupos sociais, considerando as interseccionalidades de gênero, geração, raça/etnia, da população LGBTQIAP+, de deficientes, entre outras” (Santa Catarina, 2021b, p. 104).

marginalizou ainda mais as consideradas sexualidades dissidentes, apresentando o desejo homossexual como uma ameaça à sociedade (Miskolci, 2014). Para Teresa de Lauretis, a autorrepresentação e a construção das identidades são tão importantes quanto a representação:

Parecia-me que o gênero era uma construção semiótica, uma representação ou, melhor dito, um efeito composto de representações discursivas e visuais que, seguindo Michel Foucault e Louis Althusser, vi emanar de várias instituições – a família, a religião, o sistema educacional, os meios, a medicina, o direito, porém, também, de fontes menos óbvias: a língua, a arte, a literatura, o cinema, dentre outras. No entanto, o fato de ser uma representação não impede de ter efeitos reais, concretos, ambos sociais e subjetivos, na vida material dos indivíduos. Pelo contrário, a realidade do gênero consiste precisamente nos efeitos de sua representação: o gênero se “real-iza”, se torna real, quando essa representação se converte em autorrepresentação, quando se assume individualmente como forma de sua própria identidade subjetiva e social (Lauretis, 2021, p. 167).

Portanto, é a partir deste contexto histórico, em interação com os chamados Estudos Culturais, que emergiu a Teoria *Queer*, podendo ser definida como “um rótulo que busca abarcar um conjunto amplo e relativamente disperso de reflexões sobre a heterossexualidade como um regime político-social que regula nossas vidas” (Miskolci, 2014, p. 8-9). Acerca do termo “*queer*”, que no passado foi utilizado de forma pejorativa para se referir a sexualidades dissidentes, Guacira Lopes Louro afirma:

Este termo, com toda sua carga de estranheza e de deboche, é assumido por uma vertente dos movimentos homossexuais precisamente para caracterizar sua perspectiva de oposição e de contestação. Para esse grupo, queer significa colocar-se contra a normalização – venha ela de onde vier. Seu alvo mais imediato de oposição é, certamente, a heteronormatividade compulsória da sociedade; mas não escaparia de sua crítica a normalização e a estabilidade propostas pela política de identidade do movimento homossexual dominante. Queer representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora (Louro, 2001, p. 546).

Nessa perspectiva, o espaço escolar, seja em sua dimensão física, organizacional ou em relação ao próprio saber construído entre professores e alunos, funciona como um ambiente gendrado (Lauretis, 1994), onde binarismos são reforçados e violências reproduzidas diariamente. Se entre meninos e meninas, dentro das expectativas colocadas pelo regime heterossexual, a escola já se mostra um lugar extremamente desigual, para estudantes que performam uma feminilidade ou masculinidade e, muitas vezes, assumem uma identidade de gênero que foge da cisheteronorma, o ambiente se torna ainda mais hostil. Ao chamar nossa atenção para a naturalização da cisgeneridade e da heterossexualidade como normas no cotidiano escolar, Seffner ressalta:

A norma, que no caso das questões de gênero e sexualidade podemos nomear como heteronormatividade, ou heterossexualidade compulsória, age de modo silencioso. Por conta disso, somos em geral capturados para falar dos diferentes – os meninos afeminados, as meninas que se parecem como homens, as travestis e transexuais que agora se assumem na escola – e quase não problematizamos a norma. Mas com atenção

a cenas escolares, podemos flagrar momentos em que a norma fica exposta, e pode ser problematizada (Seffner, 2020, p. 86-87).

Segundo Teresa de Lauretis, o gênero “é tanto uma atribuição como uma apropriação: outros me atribuem um gênero e eu o assumo como meu – ou não” (Lauretis, 2021, p. 167). No dia a dia escolar, os tensionamentos em torno do gênero se manifestam de diversas formas, como na negação de acesso ao banheiro para uma aluna transsexual ou na censura por parte da equipe pedagógica e dos pais de alunos e alunas quando um professor é acusado de disseminar a chamada “ideologia de gênero”.

No artigo “*Ideologia de gênero*”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo, escrito por Maximiliano Campana e Richard Miskolci (2017), com o objetivo de reconstruir a genealogia do termo “ideologia de gênero” e compreender a gramática política em que está inserido, os autores mapeiam sua origem na América Latina e analisam o momento em que o termo passa a ser utilizado como forma de resistência aos avanços dos direitos sexuais e reprodutivos. Em 1995, ocorreu a Conferência Mundial de Beijing sobre a Mulher, organizada pela Organização Nacional das Nações Unidas (ONU), ocasião em que a categoria “mulher” foi substituída pela palavra “gênero”. A reação veio em 1997, quando o cardeal Joseph Aloisius Ratzinger, futuro papa Bento XVI, escreveu um texto criticando o que chamou de “revolução contra os pressupostos biológicos”.

A respeito do pânico moral em torno da chamada “ideologia de gênero”, Judith Butler (2024) afirma:

Colocar o fantasma do “gênero” em circulação também é uma forma encontrada pelos poderes existentes – Estados, igrejas, movimentos políticos – para atemorizar as pessoas, de modo que elas retornem a suas fileiras, aceitem a censura e externalizem seu medo e ódio contra comunidades vulneráveis. Esses poderes não só recorrem aos medos reais de muitas pessoas da classe trabalhadora quanto ao próprio futuro profissional ou à sacralidade de sua vida familiar como incitam esses medos, convenientemente insistindo, por assim dizer, que as pessoas identifiquem no “gênero” a verdadeira causa de seus sentimentos de ansiedade e apreensão em relação ao mundo (Butler, 2024, p. 16).

Ainda de acordo com Miskolci e Campana (2017), a polêmica da Conferência Mundial de Beijing sobre a Mulher também levou o papa João Paulo II a manifestar seu descontentamento em sua “Carta às mulheres”, na qual o líder da Igreja Católica pedia que as mulheres preservem sua feminilidade. Em 2004, João Paulo II escreve uma nova carta, dessa vez, ao clero de sua igreja. Na “Carta aos bispos”, o papa atacou o Movimento Feminista e colocou a maternidade como algo fundamental para a identidade das mulheres.

Contudo, o posicionamento de maior destaque da Igreja Católica contra a chamada “ideologia de gênero” ocorreu durante a V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano

e do Caribe (CELAM), em 2007, quando foi apresentado o Documento de Aparecida. Esse documento consolidou uma agenda antigênero por parte da Igreja Católica em relação à América Latina (Miskolci & Campana, 2017). O trecho do Documento de Aparecida que menciona os perigos da chamada “ideologia de gênero” traz, em nota de rodapé, referência a duas cartas escritas pelo papa João Paulo II, já citadas aqui anteriormente e publicadas pela Congregação para a Doutrina da Fé: *Carta aos Bispos da Igreja Católica sobre a colaboração do homem e da mulher na Igreja e no mundo*, de 31 de maio de 2004, e *Família, matrimônio e “uniões de fato”*, de 21 de novembro de 2000.

Entre os pressupostos que enfraquecem e menosprezam a vida familiar, encontramos a ideologia de gênero, segundo a qual cada um pode escolher sua orientação sexual, sem levar em consideração as diferenças dadas pela natureza humana. Isso tem provocado modificações legais que ferem gravemente a dignidade do matrimônio, o respeito ao direito à vida e a identidade da família (CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO E DO CARIBE, 2008, p. 30).

Para Butler (2024), um dos aspectos do fantasma da “ideologia de gênero” é a propagação de uma histeria coletiva baseada na crença de que a concessão de direitos à população LGBTQIA+ significaria o fim da humanidade. Nesse sentido, o fortalecimento de grupos políticos conservadores e religiosos nos últimos anos através o pânico da “ideologia de gênero”, evidencia “uma forma de organizar o mundo forjada pelo medo de uma destruição pela qual o gênero é considerado responsável” (Butler, 2024, p. 21). Mesmo para as lideranças religiosas mais progressistas, como o já falecido Papa Francisco, a palavra “gênero” soava ameaçadora:

Em 2016, o papa Francisco, apesar de suas visões ocasionalmente progressistas, deu continuidade à linha desenvolvida pelo papa Bento XVI e disparou um alarme ainda mais sonoro: “Estamos vivendo um momento de aniquilação do homem como imagem de Deus”. Ele incluiu como exemplo específico dessa desfiguração “[a ideologia do] ‘gênero’”. Ele estava claramente horrorizado porque “hoje, crianças – crianças! – aprendem na escola que todo mundo pode escolher seu sexo [...] e isso [*sic*] terrível!”. Em seguida, ele fez uma menção afirmativa a Bento XVI e disse: “Deus criou o homem e a mulher; Deus criou o mundo de uma certa maneira [...] e estamos fazendo exatamente o contrário” (Butler, 2024, p. 49).

Ao analisar os pontos em comum nas discussões sobre gênero e sexualidade na América Latina, Miskolci e Campana (2017) destacam que esses debates surgiram a partir da virada do milênio, durante governos de esquerda, e foram impulsionados por reformas educacionais e legais, como mudanças em planos nacionais de educação e o reconhecimento da união homoafetiva. No Brasil, importantes políticas educacionais avançaram durante o governo Lula (2003-2010), como a Lei de número 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da História e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas. Entre as iniciativas criadas nesse período para tratar questões de gênero, destacam-se a Secretaria de Educação Continuada,

Alfabetização e Diversidade (Secad) e o programa “Brasil Sem Homofobia”, ambos lançados em 2004, além do Plano Nacional dos Direitos Humanos, implementado no final de 2009.

Sobre esse momento histórico de criação de políticas públicas voltadas à população LGBTQIA+ brasileira, João Silvério Trevisan afirma:

Na esfera do governo federal, algumas iniciativas alimentaram grandes esperanças em relação a políticas públicas estruturadas de modo consistente. Assim foi o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, como resultado da 1ª Conferência Nacional GLBT (sigla utilizada na época), ocorrida em Brasília em 2008, com diretrizes e elaboração para a elaboração de políticas públicas. Centrado na Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, o objetivo do Plano era criar instâncias de inclusão social e de combate às desigualdades para a população LGBT. O Plano só foi publicado em 2009, e ainda assim os movimentos continuaram lutando pela sua execução, cujos projetos quase nunca chegaram a resultados práticos (Trevisan, 2018, p. 522).

O Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, publicado em 2009, trouxe em suas diretrizes diversas questões relacionadas à educação como forma de combate à LGBTfobia. Entre elas, destacam-se: a inserção da temática LGBT no sistema de ensino básico e superior, com uma abordagem que promova o respeito e o reconhecimento da diversidade de orientação sexual e identidade de gênero; a inclusão do tema Direitos Humanos, com ênfase nos direitos e na cidadania LGBT, nos concursos públicos do Governo Federal; e a incorporação do enfrentamento à homofobia e à discriminação de gênero nos programas educativos desenvolvidos pelos órgãos municipais, estaduais e do Distrito Federal de assistência social (Brasil, 2009).

No ano de 2011, durante o primeiro governo da presidenta Dilma Rousseff, o Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu reconhecimento legal à união homoafetiva, representando um importante avanço para os direitos da população LGBTQIA+. Entretanto, naquele mesmo período, a divulgação de um material pedagógico vinculado ao programa Escola Sem Homofobia, apelidado por políticos de direita de “kit gay”, desencadeou uma intensa controvérsia entre grupos conservadores. Diante da pressão provocada por essas reações, o governo federal optou por vetar o projeto, revelando que a luta da população LGBTQIA+ por direitos atravessa diversas esferas sociais, incluindo a Educação, e que a “caça às bruxas” estava apenas começando. De acordo com o professor Fernando Seffner (2020), a complexidade ao lidar com questões de gênero e sexualidade em sala de aula pode ser explicada pelo fato de que:

Tanto quanto o domínio de um conjunto de informações científicas sobre o tema, os debates em gênero e sexualidade acionam os projetos de vida (casar, ter filhos, não casar, permanecer solteiro ou solteira, pensar acerca do agregado familiar em que se vive e estabelecer um novo olhar sobre ele etc.) e suas relações de amizade (compreender o colega, entender porque me aproximo mais deste ou daquele, porque

sinto aversão a certos gestos de carinho entre pessoas do mesmo sexo etc.), bem como elementos importantes de seus pertencimentos religiosos (Seffner, 2020, p. 78).

Assis Felipe Menin e Joana Maria Pedro (2024) afirmam que a oposição à chamada “ideologia de gênero” na América Latina, promovida por grupos conservadores, resultou na conquista de capital político por parte de lideranças da extrema-direita. A partir de uma metodologia multissituada, com a história global como lente analítica, os pesquisadores analisaram diferentes tipos de fontes, incluindo sites de notícias de países latino-americanos e páginas da rede social *Facebook*. Considera-se que esses espaços virtuais funcionam como verdadeiros “fóruns” do movimento antigênero, permeados por *Fake News* e teorias conspiratórias.

De acordo com Menin e Pedro (2024), a ascensão de movimentos antigênero na América Latina está profundamente atrelada aos efeitos da “maré rosa”, fenômeno do início do século XXI marcado pela chegada de lideranças políticas de esquerda ao poder. Com a “maré rosa”, questões, tais como, violência contra a mulher, direitos sexuais e reprodutivos, igualdade e LGBTfobia, passaram a ser discutidas de forma mais ampla. Em resposta, grupos políticos de direita e extrema direita e religiosos passaram a promover uma verdadeira cruzada contra as sexualidades dissidentes e outras minorias sociais. Acerca da crueldade de tal *backlash* movido a ódio, Butler (2024) comenta:

O que é notável e perturbador é a maneira como essa campanha moral se deleita em experimentar várias formas de negar a própria existência dos outros, despojá-los de direitos, recusar sua realidade, restringir liberdades básicas, envolver-se em formas desavergonhadas de ódio racial e controlar, rebaixar, caricaturar, patologizar e criminalizar essas vidas. O ódio é alimentado e racionalizado pela retidão moral, e todas as pessoas prejudicadas e destruídas por movimentos odiosos são apresentadas como as verdadeiras agentes da destruição (Butler, 2024, p. 20-21).

Dentre os personagens conservadores no combate à “ideologia de gênero”, na Argentina, destacam-se Jorge Scala, Augustín Lage e Nicolás Márquez. Scala é autor da obra *“Ideología del Género: El neototalitarismo y la muerte dela familia”*, que aportou no Brasil, em 2011, fazendo sucesso entre os considerados conservadores. Já as ideias de Lage circularam no Brasil, através de grupos como o Movimento Brasil Livre (MBL), num momento em que o Movimento Escola Sem Partido vinha ganhando força no contexto nacional (Menin & Pedro, 2024).

Conforme Menin e Pedro (2024), os debates recentes acerca da diversidade sexual e de gênero na Colômbia ganharam força em 2015, após o suicídio do jovem homossexual Sergio Urrego, vítima de homofobia na escola em que estudava. A trágica morte de Sergio teve ampla repercussão nacional, gerando inclusive pedidos de revisão dos currículos escolares. Diante

desse cenário, o procurador da república Alejandro Maldonado elaborou intencionalmente um material didático falso: “o livro foi compartilhado nas redes sociais e mídia conservadora, como sendo material que seria distribuído nas escolas colombianas, entre as imagens no livro possui dois adolescentes na cama” (Menin & Pedro, 2024, p. 49). Esse episódio marcou o início do pânico moral em torno da chamada “ideologia de gênero” na Colômbia, promovendo uma aliança entre setores católicos e evangélicos em defesa dos valores tradicionais. Foi a partir desse episódio doloroso que, em 23 de agosto de 2015, surgiu a Fundación Sergio Urrego, uma organização sem fins lucrativos que, por meio de ações práticas como canais de escuta, cursos de formação para pais e educadores e produção de cartilhas, tem como missão “*promover ambientes sociales y educativos incluyentes, para la prevención de la discriminación y la defensa de los derechos de los niños, niñas, adolescentes, jóvenes y sus familias contribuyendo a la disminución de las tasas del suicidio motivado por discriminación*” (FUNDACIÓN SERGIO URREGO [2025?], sem paginação).

No Paraguai, país cuja população é composta majoritariamente por católicos, o Partido Colorado representa uma importante força política entre os setores conservadores. Em um primeiro momento, a agenda antigênero no país esteve voltada contra a união homoafetiva, seguida pela oposição ao aborto, até culminar no combate à chamada “ideologia de gênero”. Termos como “feminazi”, “gayzista” e “ordem mundial” são frequentemente utilizados pela extrema-direita paraguaia (Menin & Pedro, 2024).

Ao analisar a guinada dos movimentos antigênero no Uruguai, Assis Felipe Menin e Joana Maria Pedro (2024) observam que o “[...] secularismo uruguaio não impediu que a ‘ideologia de gênero’ provocasse pânico moral e sexual” (Menin & Pedro, 2024, p. 49). Em 2014, grupos conservadores reagiram à publicação do guia didático intitulado *Educación y Diversidad Sexual*, elaborado por um movimento de mulheres do país. Para Menin e Pedro (2024), uma peça-chave na ofensiva conservadora contra a diversidade sexual e de gênero no Uruguai e no Peru foi o movimento *Con mis Hijos No Te Metas*, presente em diversos países da América Latina. Esse grupo conta com o apoio da *CitizenGO*, organização espanhola dedicada à defesa dos chamados valores da família tradicional. Ao visitar a página oficial da *CitizenGo* na internet, encontramos o seguinte texto de apresentação:

A CitizenGO é uma comunidade de cidadãos ativos que trabalham juntos, usando petições online e alertas como recursos para defender e promover a vida, a família e as legítimas liberdades fundamentais. Nosso objetivo é fazer com que aqueles que ocupam postos de poder respeitem a dignidade humana e os direitos individuais. Você quer mudar o mundo? Milhares de pessoas lhe ajudarão! (CITIZENGO, [2025?], sem paginação).

Uma característica em comum no *modus operandi* dos movimentos antigêneros ao redor do mundo, é fazer das infâncias e juventudes um terreno de disputa. Para Louro (1997), a homofobia e o seu pânico voltado aos homossexuais, também se expressa como um tipo de “terror em relação à perda do gênero”, ou seja, no terror de não ser mais considerado como um homem ou uma mulher, nos moldes de feminilidade e masculinidade considerados hegemônicos. Para tais pessoas, é inconcebível a ideia de que o gênero:

é uma manifestação do eu consciente ou pré-consciente. Ainda que venha do outro, pois é atribuído pelos pais ou médicos, muitas vezes antes do nascimento. O gênero não é, como a sexualidade, o implante somático de uma excitação psicofísica particularmente insistente nas chamadas zonas erógenas; não é implantado de maneiras que a criança não possa compreender e às quais ela possa apenas reagir. O gênero requer ação por parte do menino ou da menina; ele ou ela tem algum papel a desempenhar na construção do gênero, o qual eles devem assumir, isto é, eles devem torná-lo seu por meio de um processo de identificação. A identificação como menina ou menino – uma vez que nenhuma outra alternativa é oferecida na infância – geralmente ocorre muito cedo, mesmo antes da descoberta das diferenças anatômicas (Lauretis, 2021, p. 171).

Cabe enfatizar que a estratégia de colocar a família, e mais especificamente as crianças, sob ameaça é uma tática antiga de movimentos políticos conservadores, muitas vezes liderados por mulheres. O artigo *Conexões transnacionais entre as mulheres de direita: Brasil, Chile e Estados Unidos*, escrito pela historiadora Margaret Power (2014), explora as relações transnacionais entre mulheres conservadoras ao analisar o movimento de mulheres contra o presidente João Goulart, no Brasil, e contra Salvador Allende, no Chile. A pesquisadora discorre sobre como a atuação dessas mulheres latino-americanas na derrocada de regimes democráticos influenciou mulheres de direita nos Estados Unidos.

Power (2014) discute o uso da religião como arma política por mulheres conservadoras que viam o presidente João Goulart como um comunista e ateu sendo contrário aos dogmas da Igreja Católica Apostólica Romana. Um exemplo disso foi a Marcha da Família com Deus, realizada em 19 de março de 1964, em São Paulo, poucas semanas antes do golpe de Estado de 1964. O ato público contra as reformas de base propostas pelo presidente João Goulart reuniu cerca de 500.000 pessoas na cidade de São Paulo e contou com a participação de grupos e entidades de mulheres conservadoras. Afinal, “Goulart criticou algumas dessas mulheres conservadoras por usarem a religião para promover seus próprios fins políticos [...]” (Power, 2014, p. 71). De acordo com Renan Quinalha:

A retórica moralidade pública e bons costumes foi central na construção da estrutura ideológica que deu sustentação à ditadura de 1964. A defesa das tradições, a proteção da família, o cultivo dos valores religiosos cristãos foram todos, a um só tempo, motes que animaram uma verdadeira cruzada repressiva contra setores classificados como indesejáveis e considerados ameaçadores à ordem moral e sexual então vigente (Quinalha, 2018, p. 23).

Como vimos no capítulo anterior, no final da década de 1970, a figura conservadora Anita Bryant iniciou a campanha “Salve nossas Crianças”, com o objetivo de proteger as crianças de professores gays e lésbicas (Lepore, 2020). O que a cantora gospel e ex-Miss Oklahoma talvez não esperasse era a reação organizada pelo movimento social LGBTQIA+ estadunidense da época, liderado por Harvey Milk. Além de boicotarem a marca de suco de laranja concentrado da qual Anita Bryant era porta-voz, eles reuniram mais de 200 mil pessoas na Market Street, em São Francisco, para celebrar o Dia da Liberdade Gay (*Lampião da Esquina*, n. 4, 1978, p. 3).

Figura 15 - Passeata em São Francisco



Fonte: *Lampião da Esquina*, n. 4, ago., 1978. Disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/jornal-lampiao-da-esquina-1978-1981/>. Acesso em: 16/01/2025.

Ainda em 1978, em uma entrevista ao jornalista João Silvério Trevisan, do *Lampião da Esquina*, Winston Leyland, criador do periódico *Gay Sunshine*, comenta sobre esse episódio de resistência:

JST – Você acha que nos últimos anos houve mudanças efetivas no comportamento dos homossexuais americanos, graças à existência do Movimento de Liberação?
 LEYLAND – Claro. As pessoas receberam influências em diversos graus e de diferentes maneiras. Algo como a enorme passeata contra Anita Bryant, em San Francisco, reunindo tantos homossexuais de diferentes estilos provavelmente não teria sido possível sem o trabalho desenvolvido pelo Movimento Homossexual nos últimos seis ou sete anos. Você não tem impressão de que uma passeata de 200 mil pessoas exerce um tremendo impacto sobre aqueles homossexuais que estão lutando para se aceitarem? (*Lampião da Esquina*, n. 4, 1978, p. 11).

Tais investidas de grupos reacionários contra as sexualidades dissidentes da heteronormatividade, tanto nas décadas de 1960 e 1970, quanto em documentos oficiais do Vaticano já no século XXI, representam “regulações sexuais e de gênero socialmente impostas que criam e mantêm desigualdades de toda ordem, em especial no menor reconhecimento político e de direitos daquelas pessoas cuja sexualidade e/ou o gênero entram em desacordo com as normas sociais” (Miskolci, 2014, p. 9).

Nos últimos anos a ascensão de políticos, tais como, Jair Messias Bolsonaro, Viktor Orbán, Donald Trump e Giorgia Meloni ao poder deve-se, em parte, ao uso do pânico moral em torno da “ideologia de gênero” como capital político. Não há uma censura direta sobre o gênero e a sexualidade, mas sim uma proliferação de discursos que impõem uma norma. Para materializar esses discursos que colocam a heterossexualidade como hegemonia e tratam tudo o que foge dos binarismos como aberração, tais lideranças políticas abrem mão de qualquer senso de moralidade, se é que esses indivíduos o possuem: “nas recentes campanhas estadunidenses para manter o “gênero” longe da sala de aula, o termo é tratado como um código para a pedofilia ou para uma forma de doutrinação que ensina criancinhas a se masturbarem ou se tornarem gays” (Butler, 2024, p. 14).

Na mesma toada, para a *Red Federal de Familias*, importante veículo da extrema-direita argentina na divulgação de *Fake News* e ideias conspiracionistas, a “ideologia de gênero” atuaria na entrega de métodos contraceptivos sexuais e abortivos para crianças e adolescentes, sem o consentimento dos pais. Apesar de absurdas, tais alegações falsas fazem sucesso entre grupos conservadores e religiosos (Menin & Pedro, 2024).

Ao cruzar as informações coletadas no jornal *Lampião da Esquina* sobre a interação do movimento social LGBTQIA+ brasileiro com o ativismo homossexual de outras partes do mundo e a circulação de ideias reacionárias entre grupos conservadores de diferentes países, é possível constatar a existência de movimentos transnacionais. Esses movimentos incluem tanto aqueles que lutam pelo direito de viver, quanto seus algozes, que buscam, por meio da restauração do privilégio branco e masculino, “produzir um passado ideal cuja reanimação atingirá, ou até eliminará, as minorias sexuais e de gênero” (Butler, 2024, p. 24).

Todavia, como será apresentado adiante, embora o ataque aos direitos das mulheres, das populações LGBTQIA+, negra, indígena e periférica tenha se intensificado com a chegada da extrema-direita ao poder, documentos fundamentais da educação básica, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2017 e o Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense (CBTC) de 2021, oferecem brechas que legitimam a inclusão de temas como diversidade sexual e de gênero no Ensino de História.

2.2 O QUE DIZEM OS DOCUMENTOS EDUCACIONAIS?

Diante da sensibilidade dos temas que se propõe provocar no ensino de História, a análise de documentos educacionais, como o Currículo Base do Território Catarinense (CBTC),

torna-se fundamental. Alinhado à Base Nacional Comum Curricular (BNCC)³⁰, o CBTC busca nortear o “trabalho pedagógico, no qual os múltiplos saberes se relacionam a partir da organização e da teorização do conhecimento em áreas, com vistas a colaborar com a formação do estudante em sua totalidade e de forma conectada com sua realidade” (Santa Catarina, 2021a, p. 14). Além de representar uma etapa do percurso metodológico da pesquisa aqui apresentada, essa análise também aponta para a busca de respaldo na legislação educacional, a fim de garantir a proteção dos profissionais docentes que, por meio do material didático “*Aos seres que ousam, ousaram e ousarão: o movimento social LGBTQIA+ brasileiro a partir do jornal Lampião da Esquina (1978–1981) em uma proposta para o Ensino de História*”, ou de outros recortes temáticos, espaciais e temporais, queiram fraturar o ensino de História cisheteronormativo.

O Caderno 1 do CBTC do Ensino Médio, voltado para as disposições gerais do documento, caracteriza o processo de aprendizagem do educando como contínuo, ressaltando que “complementa o Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense” (Santa Catarina, 2021a, p. 14). No que diz respeito ao Ensino Médio, etapa à qual as propostas didáticas aqui apresentadas são destinadas, o CBTC reafirma o compromisso de contribuir para “a formação integral do sujeito, preparado para o exercício da cidadania e qualificado para atuar no mundo do trabalho” (Santa Catarina, 2021a, p. 41), objetivos já previstos anteriormente pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de número 9.394/1996, e pela BNCC.

Acerca a elaboração do CBTC para o Ensino Médio, o caderno de disposições gerais pontua:

A construção deste currículo, alicerçado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), foi pensada no sentido de garantir a mobilização necessária para a participação democrática. Nessa perspectiva, os trabalhos ocorreram alinhados com a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uneme/SC), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime/SC), a Federação Catarinense de Municípios (Fecam/SC), o Conselho Estadual de Educação (CEE/SC) e a Secretaria de Estado da Educação (SED/SC). O resultado deste processo se deu a partir de um intenso trabalho coletivo, que contou com a participação de mais de 300 profissionais da Rede Estadual de Ensino, atuantes nas diversas esferas da educação (Santa Catarina, 2021a, p. 14).

Outra diretriz trazida pelo CBTC é a diversidade como princípio formativo, um ponto de extrema importância na defesa de um ensino de História comprometido com as demandas do tempo presente e com o combate às mais diversas formas de violência, sejam elas de gênero,

³⁰ A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais a serem desenvolvidas por todos os alunos ao longo da Educação Básica, garantindo seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, conforme previsto no Plano Nacional de Educação (PNE). Aplica-se exclusivamente à educação escolar, conforme definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996) (Brasil, 2018, p. 9).

raça, classe social, entre outras. Nesse sentido, é preciso deixar evidente no planejamento das aulas de História, “que a diversidade é uma questão pedagógica, diversidade não se resume a atitudes simples de aceitar ou não gostar das diferenças, ela é um aspecto cognitivo e de planejamento” (Seffner, 2019, p. 38). O documento também ressalta que a preocupação com um currículo escolar que aborde a diversidade não é algo inédito na educação catarinense:

A Proposta Curricular de Santa Catarina (PCSC), em suas diferentes versões e documentos-síntese (1991, 1998, 2005, 2014, e na atual, agora em processo de finalização, com o Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense), assume a diversidade como princípio formativo [...] Trazendo esta reflexão para o cotidiano da escola, importa compreender que a diversidade constitui a identidade dos sujeitos escolares, e, portanto, importa que estes sejam acolhidos em suas diferentes condições de existência e diferentes manifestações (Santa Catarina, 2021a, p. 28).

Levando em conta os marcos legais que estabelecem a diversidade como um princípio fundamental para a formação dos estudantes, a presente pesquisa, assim como o material didático dela resultante, busca não apenas apresentar ao professor novos caminhos para a inserção da história LGBTQIA+ em suas aulas, mas também fornecer argumentos, com base em documentos educacionais, que o capacitem a se defender diante dos ataques promovidos pela agenda antigênero. Sobre a importância de o professor, enquanto adulto de referência, estar antenado às normativas educacionais ao abordar temas sensíveis em sala de aula, Fernando Seffner (2016) alerta:

Um adulto de referência deixa claro que sua ação opera dentro de diretrizes fixadas em políticas públicas, sejam elas de gênero (temos várias diretrizes nacionais sobre as questões de equidade de gênero), de sexualidade (temos toda uma discussão de direitos sexuais e um grande programa intitulado Brasil Sem Homofobia, com desdobramentos nos estados e em diversos municípios), de raça e etnia (temos pelo menos dois decretos federais 10.639/2003 e 11.645/2008 que tratam dessa matéria para o ambiente escolar), dentre outras políticas públicas e orientações pedagógicas já consolidadas (Seffner, 2016, p. 54).

De acordo com Louro (2018), os corpos adquirem significado socialmente por meio de uma pedagogia da sexualidade, que “aparece de forma articulada, reiterando identidades e práticas hegemônicas, enquanto subordina, nega ou recusa outras identidades e práticas” (Louro, 2018, p. 25). Quase sempre, essa regulação busca reforçar a cisheterossexualidade como norma e, conseqüentemente, negar a existência de identidades sexuais e de gênero dissidentes. Compartilhando da perspectiva de Michel Foucault (1988), que entende a sexualidade como um dispositivo historicamente mobilizado pelas relações de poder, Louro (2018) aponta a escola, ao lado de outras instituições, como um espaço de atuação da pedagogia da sexualidade:

Na escola, pela afirmação ou pelo silenciamento, nos espaços reconhecidos e públicos ou nos cantos escondidos e privados, é exercida uma pedagogia da sexualidade, legitimando determinadas identidades e práticas sexuais, reprimindo e marginalizando outras. Muitas outras instâncias sociais, como a mídia, a igreja, a justiça, etc., também

praticam tal pedagogia, seja coincidindo na legitimação e denegação de sujeitos, seja produzindo discursos dissonantes e contraditórios (Louro, 2018, p. 25).

Se as escolas, que “supostamente, devem ser um local para o conhecimento – são, no tocante à sexualidade, um local de ocultamento” (Louro, 2018, p. 31), cabe aqui o seguinte questionamento: a História ensinada nas escolas permite que estudantes LGBTQIA+ se sintam representados? O exercício de trazer as histórias de vida de Verushka, Djalma Santos, Tatiana e de outros personagens apresentados no jornal *Lampião da Esquina*, bem como a atuação do movimento social LGBTQIA+ brasileiro, tem como objetivo, além de sensibilizar os alunos por meio da empatia e da exploração de conceitos como violência, direitos humanos e diversidade, permitir que crianças e adolescentes LGBTQIA+ se sintam representadas, indo na contramão de discursos em que “a homossexualidade é apresentada como um desejo reprimido (experiência negada), feita para parecer invisível, anormal e silenciada por uma sociedade que legisla a heterossexualidade como a única prática normal” (Scott, 2012, p. 302).

Para Fernando Seffner (2016), a escola deve ser entendida como um lugar de sociabilidade, onde crianças vindas dos mais diversos arranjos familiares iniciam sua jornada no espaço público. Trata-se do encontro com o novo, o diferente e com aspectos que muitas vezes não são abordados no ambiente familiar. Desse modo, cabe dizer que “uma das marcas do espaço público é promover a negociação e o respeito entre diferentes pontos de vista e modos de ser, submetendo, em especial, os conhecimentos marcados por pertencimentos morais tradicionais aos questionamentos do pensamento científico” (Seffner, 2016, p. 51).

Destacar o papel da diversidade como princípio formativo é reconhecer que a dificuldade em lidar com o diferente se constitui como uma das causas da LGBTfobia, do racismo, do capacitismo e de outras formas de discriminação entre crianças e adolescentes. Ao discutir os preconceitos e as violências que acometem os estudantes LGBTQIA+ no espaço escolar, Guacira Lopes Louro destaca:

Consentida e ensinada na escola, a homofobia expressa-se pelo desprezo, pelo afastamento, pela imposição do ridículo. Como se a homossexualidade fosse “contagiosa”, cria-se uma grande resistência em demonstrar simpatia para com sujeitos homossexuais: a aproximação pode ser interpretada como uma adesão a tal prática ou identidade (Louro, 2018, p. 29).

Minha passagem pela Educação Básica, enquanto estudante, foi marcada pelo preconceito materializado em forma de *bullying*, uma realidade ainda comum para crianças e adolescentes LGBTQIA+. Além da exclusão e das inúmeras formas de violência (física, verbal, *cyberbullying* etc.), nosso corpo escolarizado é disciplinado por uma pedagogia da sexualidade que busca reprimir nossos desejos e afetos, fazendo-nos esconder, e muitas vezes odiar, nossa identidade de gênero (Louro, 2018). Seja por meio de olhares intimidadores, ofensas como

“viado” e “bichinha” escritas em mesas e portas de banheiros, ou pela proibição de um estudante transgênero de frequentar o banheiro atribuído à identidade de gênero com a qual ele ou ela se identifica, a instituição escolar afirma constantemente seu compromisso com as “relações de poder que modelam o que vem a ser visto como comportamento normal ou anormal, aceitável ou inaceitável” (Weeks, 2018, p. 44).

Impulsionada pela intensa mobilização dos movimentos sociais, a reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2022 marcou a retomada de políticas públicas progressistas que haviam sido desmanteladas pela extrema-direita em governos anteriores. Um exemplo disso é o Decreto nº 11.471, de 6 de abril de 2023, que instituiu o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ (CNLGBTQIA+), um órgão colegiado cuja finalidade é colaborar na formulação e no estabelecimento de ações, diretrizes e medidas governamentais voltadas à população LGBTQIA+.

Na Resolução nº 2, de 19 de setembro de 2023, o CNLGBTQIA+ estabelece diretrizes para o reconhecimento institucional da identidade de gênero e para a garantia do acesso e da permanência de pessoas trans e não binárias nas instituições de ensino. Tal medida, além de relacionar o preconceito contra pessoas LGBTQIA+, em especial aquelas que rompem com os limites impostos pela cisnormatividade, com a evasão escolar, retoma objetivos de projetos anteriores, como o Programa Brasil sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBTQIA+ e de Promoção da Cidadania Homossexual (2004), o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de LGBTQIA+ (2009), o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH (2009) e o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2012), ao mesmo tempo que reafirma os direitos das pessoas trans, população que tem sido duramente perseguida nos últimos anos:

Art. 1º Deve ser garantido pelas instituições e redes de ensino, públicas e privadas, em todos os níveis e modalidades, o reconhecimento e adoção do nome social aos/às estudantes cuja identificação civil não reflita adequadamente sua identidade ou expressão de gênero, mediante solicitação do próprio interessado, conforme a Resolução nº 1, de 19 de janeiro de 2018, do Conselho Nacional de Educação. Art. 2º Deve ser garantido, aos/às estudantes que o solicitarem, o direito ao tratamento oral exclusivamente pelo nome social, em qualquer circunstância, a exemplo de chamada para registro da frequência. Art. 3º O campo 'nome social' deve ser inserido precedendo o nome de registro em todos os formulários e sistemas de informação utilizados nos procedimentos de seleção, inscrição, matrícula, registro de frequência, avaliação e similares. Art. 4º Deve ser garantido, em instrumentos internos de identificação e na emissão de documentos oficiais, uso exclusivo do nome social, mantendo unicamente no registro administrativo a vinculação entre o nome social e a identificação civil. Parágrafo único. Para a emissão de documentos oficiais, será utilizado o nome social em destaque e o nome civil no verso. Art. 5º Deve ser garantido o uso de banheiros, vestiários e demais espaços segregados por gênero, quando houver, de acordo com a identidade e/ou expressão de gênero de cada estudante. Art. 6º Devem, ainda, ser implementadas as seguintes ações no sentido de minimizar os riscos de violências e/ou discriminações: I- sempre que possível, instalação de banheiros de uso individual,

independente de gênero, para além dos já existentes masculinos e femininos nos espaços públicos; II- realização de campanhas de conscientização sobre o direito à autodeterminação de gênero das pessoas trans e suas garantias; e III - fixação de cartazes informando se tratar de espaços seguros e inclusivos para todas as pessoas. Art. 7º Caso haja distinções quanto ao uso de uniformes e demais elementos de indumentária, deve ser facultado o uso de vestimentas conforme a identidade ou expressão de gênero de cada estudante. Art. 8º É garantida às pessoas autodeclaradas transexuais e travestis, e pessoas não binárias, a livre expressão de gênero a seu critério, sendo garantida a escolha do corte de cabelo e/ou uso de acessórios condizentes com sua identidade e/ou expressão de gênero. Art. 9º Estas orientações se aplicam, também, aos processos de acesso às Instituições de Ensino, tais como concursos, inscrições, entre outros, tanto para as atividades de ensino regular ofertadas continuamente quanto para atividades eventuais. Art. 10. Estas orientações também devem ser estendidas e garantidas para todas e todos as/os estudantes transexuais menores de 18 anos, sejam adolescentes ou crianças, incluindo a tomada de decisão apoiada pelos pais ou responsáveis legais, que devem ser consultados sobre a expressa autorização em conjunto com a criança ou o adolescente, assim como emitir explicação registrada por escrito em caso de negativa da garantia do uso do nome social e/ou da liberdade de identidade e expressão de gênero junto à instituição de ensino (Brasil, 2023, p. 228-229.)

O documento também enfatiza que, caso as instituições de ensino tentem impedir o acesso ou neguem direitos, como o uso do nome social e/ou o acesso “a banheiros e espaços segregados por gênero de acordo com a identidade e/ou expressão de gênero do/da estudante, orientamos aos pais e responsáveis legais que efetivem denúncias para os órgãos de proteção às crianças e adolescentes” (Brasil, 2023, p. 229).

Recentemente, em 15 de outubro de 2025, o STF julgou inconstitucionais leis municipais das cidades de Tubarão (SC), Petrolina e Garanhuns (PE), que proibiam a abordagem de questões relacionadas a gênero no currículo escolar. Os ministros analisaram duas ADPFs³¹ (Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental), sob as relatorias de Rosa Weber e Marco Aurélio Mello, ambos aposentados, cujos votos já haviam sido proferidos. A decisão do STF, disponível para consulta no site do órgão, menciona o interesse de instituições como o Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBT e a Clínica Interamericana de Direitos Humanos da FND/UFRJ, que atuaram como *amicus curiae*³² nas ADPFs:

O Tribunal, por unanimidade, julgou procedente o pedido para declarar a inconstitucionalidade formal e material do art. 9º da Lei nº 4.268/2015 do Município de Tubarão, no Estado de Santa Catarina, por violação dos arts. 1º, III, 3º, I e IV, 5º, caput e IX, 22, XXIV, 205 e 206, II e III, da Constituição da República. Tudo nos termos do voto da Ministra Rosa Weber (Relatora). Redigirá o acórdão o Ministro Nunes Marques (art. 38, IV, b, do RI/STF). Falaram: pelo *amicus curiae* Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos, o Dr. Ilton Norberto Robl Filho; pelo *amicus curiae* Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBT, o Dr. Carlos Nicodemos Oliveira Silva; e, pelo *amicus curiae* Clínica Interamericana de Direitos Humanos da FND/UFRJ, a Dra. Carolina Rolim Machado Cyrillo da Silva. Não votaram os Ministros André Mendonça e Flávio Dino, sucessores, respectivamente, dos Ministros Marco Aurélio e Rosa

³¹ BRASIL. ADPF 466/SC, Rel. Min. Rosa Weber, Red. p/ o acórdão Min. Nunes Marques, j. 15 out. 2025.

BRASIL. ADPF 522/PE, Rel. Min. Marco Aurélio, Red. p/ o acórdão Min. Cristiano Zanin, j. 15 out. 2025.

³² O *amicus curiae* é uma figura processual que atua como “amigo da corte” (tradução do latim), ou seja, alguém que, sem ser parte do processo, contribui com informações, pareceres ou argumentos relevantes para auxiliar o tribunal na tomada de decisão, especialmente em ações de repercussão constitucional, como ADPFs e ADIs.

Weber. Ausente, justificadamente, o Ministro Luís Roberto Barroso. Presidência do Ministro Edson Fachin. Plenário, 15.10.2025 (Brasil, 2025a, n.p).

Na ADPF 522, referente às cidades pernambucanas de Petrolina e Garanhuns, outras instituições são mencionadas pelo relator Marco Aurélio Mello:

Admito o Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos das Mulheres – Cladem/Brasil, a entidade Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos, o Instituto Maria da Penha – IMP, a associação civil Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação – CEPIA, o Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA e a Associação Tamo Juntas – Assessoria Jurídica Gratuita para Mulheres Vítimas de Violência como terceiros interessados no processo, recebendo-o no estágio em que se encontra (Brasil, 2025b, n.p).

A atuação de grupos e coletivos em prol dos Direitos Humanos diante da ofensiva conservadora daqueles que alegam combater a “ideologia de gênero”, evidencia dois pontos importantes para refletir sobre os direitos LGBTQIA+ no presente e sua relação com a Educação. O primeiro alerta para a importância da defesa da Constituição Federal de 1988, pois somente por meio de seus ideais democráticos é possível barrar projetos de lei autoritários que buscam coibir a liberdade de ensino do professor. Outro ponto que se torna evidente é como, atualmente, a luta do movimento LGBTQIA+ brasileiro perpassa os mais diversos espaços. Quanto mais direitos são conquistados, mais há a perder; por isso, estamos constantemente demarcando os territórios ocupados — a sala de aula é um deles.

Todavia, entende-se que, apesar dos respaldos legais que legitimam e reafirmam a importância da abordagem de temas relacionados às relações de gênero e à diversidade no espaço escolar, o fato de o educador estar amparado por tais dispositivos não o torna imune às contestações e pressões promovidas por grupos que se opõem à chamada “ideologia de gênero”. De certa maneira, esses setores conservadores assumem uma postura antissistêmica quando seus projetos de lei, frequentemente considerados inconstitucionais, são barrados, mobilizando a opinião pública e constituindo bases de apoio político em torno da pauta de gênero

Embora o material didático fruto desta dissertação tenha como recorte temporal a atuação do movimento social LGBTQIA+ durante a década de 1970 e o início dos anos 1980, as conquistas de direitos nos anos que se seguiram, seja no campo da saúde pública, da educação ou do sistema jurídico, são resultado da luta de pessoas que ousaram afirmar suas identidades e desejos, até mesmo em tempos de Ditadura Militar. Contudo, apesar dos avanços, o enfrentamento à repressão contra lésbicas, gays, travestis, transexuais e outros corpos dissidentes ainda se faz necessário. Tais violências refletem séculos em que “a intervenção da medicina, da psicologia, do trabalho social, das escolas e outras instâncias, todas procurando nos dizer quais as formas apropriadas para regular nossas atividades corporais” (Weeks, 2018, p. 43). Como bem demonstra o excerto a seguir, o movimento social LGBTQIA+ brasileiro,

assim como a equipe editorial do jornal *Lampião da Esquina*, estava atento aos efeitos da heterossexualidade enquanto norma nas mais variadas esferas da vida, inclusive no cotidiano escolar:

Existimos nos cochichos, nos bochichos, em algum barzinho, em algumas boates, n'alguma cama com algum corpo, nas fantasias e sonhações que, na maioria das vezes, arquivamos desde sempre. Nós estamos atrasadas porque temos medo, receio, cagaço mesmo de viver o que somos. Porque não construímos o espaço do nosso viver. Porque vivemos na clandestinidade. Nós estamos atrasadas, mas não queremos fazer isso virar um mea culpa, um muro de lamentações. Sabemos e conhecemos a existência da repressão. E não falamos apenas daquela do camburão, do cassete, da bomba de gás. Falamos daquela que está presente nas nossas relações na família, no emprego, com os amigos, na escola. Falamos da repressão que, pelos mais variados mecanismos - meios de comunicação, educação, religião etc. - nos diz o que somos ou devemos ser, querer, desejar, na tentativa de nos amoldar (*Lampião da Esquina*, n. 12, 1979, p. 7).

Dessa forma, trazer à tona as histórias de luta e resistência do movimento social LGBTQIA+ brasileiro, tendo como fonte histórica o periódico *Lampião da Esquina*, implica apresentar personagens que raramente aparecem nos livros didáticos. Trata-se de abordar o que é silenciado, ainda que “as diferenças de gênero e sexualidade são visíveis a todo momento na escola. Mesmo quando a atividade solicitada pela professora não envolve esses temas, essas diferenças podem aparecer, e, em muitas oportunidades, é adequado que possam ser problematizadas” (Seffner, 2020, p. 83). Além disso, trata-se, sobretudo, de permitir que adolescentes e jovens LGBTQIA+ se sintam representados no currículo de História que lhes é ensinado, entendendo que “a afirmação da diversidade sexual é uma estratégia necessária a seu reconhecimento como valor social a ser preservado, rompendo com o ciclo de violação de direitos e de marginalização das práticas sexuais e performances de gênero não-hegemônicas” (Diniz & Lionço, 2009, p. 61).

Outro ponto que cabe aqui destacar é o conservadorismo característico do estado de Santa Catarina, o que torna ainda mais difícil explorar temas como gênero, sexualidade e raça em sala de aula. Em nosso estado, o fantasma da “ideologia de gênero” é constantemente instrumentalizado por políticos da extrema-direita. Um exemplo claro disso foram as perseguições sofridas pelo professor Robson Ferreira Fernandes ao desenvolver o projeto “Gênero e Diversidade na Escola”, na instituição de ensino Escola de Educação Básica Coronel Antônio Lehmkuhl, localizada no município de Águas Mornas (SC). Todo o assédio sofrido por Robson, no auge do movimento Escola Sem Partido, resultou em sua dissertação de mestrado³³ pelo ProfHistória da UFSC, já mencionada anteriormente.

³³ FERNANDES, Robson Ferreira Fernandes. **Entre resistência democrática e ofensiva conservadora: fontes e subjetividades do projeto “gênero e diversidade na escola”** (2015-2016). Dissertação (Mestrado Profissional) –

Nesse sentido, a luta por um ensino de História comprometido com as demandas do presente torna-se ainda mais desafiadora no estado de Santa Catarina. Os inúmeros casos de LGBTfobia, racismo e feminicídio possuem relação com tais interdições no campo educacional. Uma escola que não se preocupa em promover o debate crítico sobre gênero, sexualidade e raça acaba contribuindo para a reprodução de violências e desigualdades, ao silenciar experiências, identidades e trajetórias historicamente marginalizadas. Assim, torna-se fundamental reafirmar o papel da educação como espaço de formação cidadã, capaz de fomentar o respeito à diversidade e a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

3 O LAMPIÃO DA ESQUINA NAS AULAS DE HISTÓRIA

[...] não é verdade que estamos incapacitados para nos rebelar. Ao contrário, a ancestral acumulação de opressões gerou em nós um potencial contestatário de alcance ainda não previsto. Primeiro, já descobrimos que não merecemos ser escondidos, porque nada temos de feio. Esse tipo de repressão é parte de um velho truque de quem quer manter o poder a qualquer custo. E tem medo dos que divergem. E depois, a verdade é que, neste país, finalmente já estamos nos organizando. Nos últimos três anos surgiram inúmeras tentativas de tomar posição. Uma delas é a experiência do grupo SOMOS, cuja história coincide com a própria existência do LAMPIÃO (*Lampião da Esquina*, n. 12, 1979, p. 2).

3.1 OS JORNAIS NO ENSINO DE HISTÓRIA

Conforme Pereira e Seffner (2018), o uso de fontes como ferramenta pedagógica nas aulas de História não tem como objetivo transformar os estudantes em historiadores, mas sim mostrar como “o conhecimento da história pode fazer muita diferença na compreensão do mundo em que vivem e, portanto, na construção de seus projetos de vida” (Pereira & Seffner, 2018, p. 114).

Ao mobilizar as narrativas acerca do movimento social LGBTQIA+ brasileiro durante as décadas de 1970 e 1980, tendo o periódico *Lampião da Esquina* como fonte histórica, não se pretende construir uma visão harmoniosa sobre tal movimento social, muito menos apresentar aos estudantes uma noção totalizante sobre a agência de grupos e coletivos LGBTQIA+ com base apenas no *Lampião da Esquina* como evidência. Como já foi ressaltado anteriormente, o jornal *Lampião da Esquina*, assim como o grupo SOMOS, não representam toda a multiplicidade do ativismo em prol dos direitos da população LGBTQIA+ ao longo do recorte temporal aqui selecionado.

Desse modo, não é apenas o documento que deve ser analisado com criticidade, mas também a escolha dos eixos temáticos e dos personagens extraídos das matérias do *Lampião da Esquina* para compor o material didático aqui apresentado. Tais escolhas, conforme já exposto no capítulo anterior, partem de inquietações do presente — como a LGTBfobia que afeta crianças e jovens no espaço escolar — e evidenciam que “a história é um discurso que os historiadores produzem como resultado de um longo trabalho de seleção de fontes, de seleção do método e de seleção da teoria, mergulhado em importantes conflitos e lutas políticas do presente” (Pereira & Seffner, 2018, p. 117). Para o historiador Michel de Certeau:

Em história, tudo começa com o gesto de *separar*, de reunir, de transformar em “documentos” certos objetos distribuídos de outra maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em *produzir* tais documentos, pelo simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar estes objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto. Este gesto consiste em “isolar” um corpo, como se faz em física, e em “desfigurar” as coisas para constituí-las como peças que preencham lacunas de um conjunto, proposto a *priori* (Certeau, 2002, p. 81).

Segundo Tania Regina de Luca (2006), nem sempre os jornais foram vistos como fontes históricas relevantes para a compreensão do passado, pois “continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas” (Luca, 2006, p. 112). Embora a Escola dos Annales tenha, na década de 1930, criticado tal ortodoxia em relação às fontes históricas, foi somente com os historiadores da terceira geração dos Annales, tais como Pierre Nora e Jacques Le Goff, já nas décadas finais do século XX, que novas abordagens, problemas e objetos passaram a ser considerados pela pesquisa histórica (Luca, 2006). Na prática, essa revolução documental, propiciada pelo movimento historiográfico da História Nova³⁴, acabou

[...] permitindo que o olhar do historiador se desviasse dos documentos oficiais e das tramas políticas, típicas da história positivista, para uma quantidade indefinível e enorme de vestígios do passado: imagens, filmes, crônicas, relatos de viagem, registros paroquiais, obras de arte, vestígios arquitetônicos, memória oral... Mas, principalmente, a revolução documental dobrou o olhar da disciplina História para aspectos da vida social, antes distantes do olhar dos historiadores, e apenas abordados por determinadas ciências como a Antropologia e a Etnologia (Pereira & Seffner, 2018, p. 115).

Mais do que novas abordagens metodológicas, essa mudança também resultou na inserção de novos temas, problemas e sujeitos históricos que, até então, estavam à margem, como “o inconsciente, o mito, as mentalidades, as práticas culinárias, o corpo, as festas, os filmes, os jovens e as crianças, as mulheres, aspectos do cotidiano, enfim uma miríade de questões antes ausentes do território da História” (Luca, 2006, p. 113). Na mesma toada, historiadores marxistas como Perry Anderson, Christopher Hill, Natalie Zemon Davis e Eric Hobsbawm, influenciados pela *história vista de baixo* (*history from below*) de E. P. Thompson, “trouxeram ao centro da cena a experiência de grupos e camadas sociais antes ignorados e inspiraram abordagens muito inovadoras, inclusive a respeito de culturas de resistência” (Luca, 2006, p. 113–114).

De acordo com Abud & Alves (2010), as narrativas registradas nos jornais possibilitam compreender “as sociedades do passado e suas formas e relacionamento, representações, conflitos, jogos de força e significados presentes na memória” (Abud & Alves, 2010, p. 27). Como já afirmamos anteriormente, o diferencial desta pesquisa não é apenas discutir as lutas e resistências que compõem a trajetória do movimento social LGBTQIA+ brasileiro, algo que,

³⁴ A Nova História, também conhecida como “História Nova” (*Nouvelle Histoire*), é um movimento historiográfico ocorrido na França a partir da terceira geração da denominada Escola dos Annales, especialmente nas décadas de 1960, 1970 e 1980 (Luca, 2006).

de forma brilhante, Trevisan (2018), Rodrigues (2012), Gonçalves (2022), Green, Quinalha, Caetano e Fernandes (2018), Facchini (2002; 2003) e tantos outros pesquisadores já realizaram, mas, a partir do periódico *Lampião da Esquina*, mobilizar tais narrativas no campo do Ensino de História com o intuito de promover a diversidade sexual e de gênero entre os educandos.

Ao buscar, em reportagens do *Lampião da Esquina*, caminhos para a construção do material didático aqui apresentado, não se levou em conta apenas a riqueza das narrativas encontradas, mas, sobretudo, o potencial do conjunto de fontes, estando-se ciente de que “utilizar jornais nas aulas de História depende da definição de eixos temáticos que permitam aos alunos estabelecer relações, causas e consequências de diferentes matizes em um mesmo processo histórico” (Abud & Alves, 2010, p. 38). Portanto, ao utilizar o jornal *Lampião da Esquina* como uma ferramenta pedagógica no combate à LGBTfobia e na desnaturalização de outras formas de preconceito no cotidiano escolar, reafirma-se o compromisso com um ensino de História atento às demandas do presente. Pereira e Seffner afirmam o seguinte sobre esse tema:

[...] ensinar história na escola significa permitir aos estudantes abordar a historicidade das suas determinações socioculturais, fundamento de uma compreensão de si mesmos como agentes históricos e das suas identidades como construções do tempo histórico. O presente, que é o espaço/tempo dos estudantes, de onde eles olham para si mesmos e para o passado, torna-se histórico, na medida em que, passo a passo, o professor de História consegue historicizar as instituições, as políticas, os modelos culturais, os modos de ser e, sobretudo, as identidades. Trata-se de levar as novas gerações a conhecerem suas próprias determinações, a construir relações de pertencimento a um grupo, a uma história coletiva e a lutas coletivas (Pereira & Seffner, 2018, p. 119).

O uso dos jornais nas aulas de História permite que os estudantes se aproximem de uma linguagem e de uma materialidade próprias da vida social, possibilitando que compreendam os processos históricos em sua concretude. Mais do que simples instrumentos de informação, os periódicos são produtos culturais que expressam e, ao mesmo tempo, moldam as representações sociais e disputas simbólicas de seu tempo. Por isso, “ao utilizar os jornais como fontes de pesquisa, cabe aos historiadores, professores e alunos situar a produção jornalística em seu tempo e espaço, como forma de compreender suas relações com os fenômenos sociais” (Abud & Alves, 2010, p. 31). A leitura crítica do jornal, nesse sentido, permite ao aluno perceber as intencionalidades, os silenciamentos e os jogos de poder que atravessam a escrita da notícia, transformando o texto jornalístico em um campo fértil para a análise histórica.

Além disso, trabalhar com jornais em sala de aula potencializa o entendimento sobre a própria natureza do conhecimento histórico. Ao observar como as narrativas jornalísticas são construídas e como dialogam com determinados contextos políticos e culturais, o estudante é

levado a refletir sobre o caráter interpretativo e situado de toda produção histórica. De acordo com Pereira e Seffner:

Ensinamos os estudantes a ler o relato histórico e ensinamos a ler as representações sobre o passado que circulam na sua sociedade. Ensinar utilizando fontes não quer dizer ensinar a produzir representações através das fontes, mas ensinar como os historiadores produzem conhecimento sobre o passado a partir das fontes disponíveis e quais os problemas implicados nessa produção (Pereira & Seffner, 2018, p. 126-127).

Assim, “a produtividade do uso das fontes está na possibilidade de mostrar às novas gerações a natureza e a especificidade do conhecimento histórico” (Pereira & Seffner, 2018, p. 126). Assim o jornal deixa de ser apenas um documento ilustrativo e passa a ser um material de cunho epistemológico, capaz de revelar os mecanismos de produção da História e de instigar uma postura investigativa diante do passado e do presente.

Por fim, o uso de jornais nas aulas de História exige que o professor oriente o olhar dos alunos para a complexidade das relações históricas, evitando abordagens meramente descritivas ou simplificadoras. O contato com esse tipo de fonte deve estimular questionamentos, interpretações e conexões entre tempos históricos distintos, de modo a desenvolver a criticidade e a autonomia intelectual dos estudantes. Nessa perspectiva, “o trabalho com fontes em sala de aula pode ser bastante produtivo, desde que o objetivo seja a complexidade, não a facilitação” (Pereira & Seffner, 2018, p. 126). O professor de História ao realizar um trabalho com jornais em sala de aula, atua como agente formador de uma cidadania crítica, promovendo a leitura do mundo e o exercício da compreensão histórica como prática social.

3.2 POR DENTRO DO MATERIAL DIDÁTICO: POSSIBILIDADES A PARTIR DO CURRÍCULO BASE DO TERRITÓRIO CATARINENSE

Conhecimento científico, tempo, espaço, memória, patrimônio, indivíduo, identidades, sociedade, territórios, relações de poder, política, cidadania, diversidades e saúde são algumas das categorias elencadas pelo CBTC, voltado à área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas no Ensino Médio. De acordo com o documento educacional:

Estas categorias ampliam as possibilidades de análise, investigação e problematização de seu objeto de estudo em diversos tempos, espaços e escalas. Inter-relacionadas, possibilitam refletir sobre as experiências e vivências do(a)s estudantes. Nesta perspectiva, as experiências se materializam entre os seres humanos na relação de uns com os outros e, destes, com a natureza ao longo das temporalidades e espacialidades (Santa Catarina, 2021b, p. 71).

Buscando democratizar o acesso ao material didático desenvolvido, optei pelo formato de *e-book*, um livro digital em extensão PDF, cujo acesso será disponibilizado por meio de uma

conta de divulgação da pesquisa no Instagram. Entende-se que o formato digital, além de facilitar o acesso dos estudantes por computador ou celular, amplia as possibilidades pedagógicas de sua utilização.

É importante destacar que o material didático foi elaborado de forma simples e artesanal na plataforma Canva®. Como não possuo formação na área de design, a construção dos layouts e dos elementos visuais priorizou a funcionalidade e a clareza pedagógica, mesmo que o resultado apresente soluções estéticas mais modestas. Ainda assim, busquei garantir que o material permanecesse acessível, contextualizado e alinhado às necessidades do ensino de História.

Figura 16 – Capa do material didático

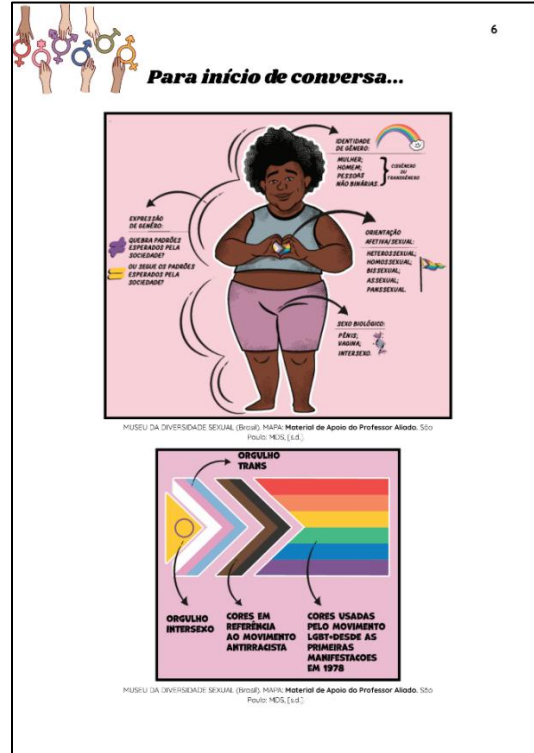


Fonte: material didático, 2025.

Em seu início, o material didático traz uma apresentação sobre seu conteúdo, seguida por uma parte que menciona as diretrizes educacionais que asseguram o ensino de temas relacionados à diversidade sexual e de gênero em sala de aula. O material didático também apresenta breves explicações sobre os conceitos de “gênero”, “sexo biológico” e “orientação afetivo-sexual”, juntamente com ilustrações que explicam o significado da bandeira LGBTQIA+ e reforçam as diferenças entre esses conceitos. Tais esquemas, que foram retirados do *Material de Apoio do Professor Aliado*, elaborado pelo Museu da Diversidade Sexual do

Estado de São Paulo³⁵, têm o objetivo de introduzir professores e alunos aos temas que serão explorados ao longo do material didático.

Figura 17 – Imagem do material didático – Para início de conversa



Fonte: material didático, 2025.

Com o objetivo de facilitar a elaboração do plano de aula ou sequência didática pelo professor, foram elaborados quadros que relacionam os materiais e atividades produzidas a partir do jornal *Lampião da Esquina* com as categorias, habilidades e objetos de conhecimento presentes no CBTC. Diferentemente da BNCC, as habilidades descritas no CBTC não possuem códigos, embora se assemelhem bastante. Nesse caso, os professores que não são de Santa Catarina e que forem utilizar este material como recurso podem retirar as habilidades diretamente do currículo base de seu estado ou mesmo da BNCC, documento com força de lei válido em todo o território brasileiro.

Quadro 1 – Materiais e atividades do Capítulo 1 em consonância com o CBTC

| Material/Atividade | Categoria | Habilidades | Objetos de conhecimento |
|------------------------------------|-----------|---|--------------------------------------|
| O jornal <i>Lampião da Esquina</i> | Sociedade | Desnaturalizar as desigualdades sociais, compreendendo-as como um problema estrutural na construção das sociedades, nas | Desigualdades sociais e estruturais. |

³⁵ <https://www.museudadiversidadesexual.org.br/>

| | | | | |
|---|---------|---|--|-----------------------|
| | | diferentes temporalidades e espacialidades, especialmente interseccionadas pelas desigualdades de gênero, raça e etnia. | | |
| O Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) | | Entender os movimentos de resistência ao longo da história, considerando as implicações geográficas, culturais, históricas, filosóficas, políticas, econômicas e sociais nas diversas espacialidades. | Sociedade e movimentos de resistência. | |
| Cartografias LGBTQIA+: espaços de afetos e resistências | Memória | Compreender a memória social, constituída dos esquecimentos e silenciamentos dos diversos sujeitos históricos nas múltiplas temporalidades e espacialidades. | Memória, esquecimento e silêncio. | |
| Atividade 1 – Lugares de Memória LGBTQIA+: explorando o Mapa Interativo do Museu Bajubá | | | | |
| Para além de Stonewall: o levante do Ferro's Bar | | Sensibilizar acerca da educação patrimonial ao destacar a importância da preservação dos bens culturais e naturais | | Educação Patrimonial. |
| Atividade 2 – Cultura material LGBTQIA+: os episódios de Stonewall e Ferro's Bar | | | | |

Fonte: elaboração do autor (2025), a partir do CBTC.

Cabe salientar que os quadros aqui apresentados também estão distribuídos ao longo do material didático, e que a intenção não é engessar a prática docente nem fornecer planos de aula prontos. Categorias como “Memória”, “Sociedade”, “Identidade” e “Poder” são extremamente amplas e podem ser mobilizadas a partir do material didático da forma que o professor considerar mais adequada.

Entende-se que tais categorias e objetos de conhecimento estão entrelaçados, e que fazer com que o estudante identifique essas conexões sem renunciar à criticidade é um dos papéis do Ensino de História. Do mesmo modo, os estudantes também são atravessados por diversos marcadores sociais que constroem e desconstróem as suas identidades. O próprio CBTC, ao discorrer sobre a relação entre aquilo que é ensinado e as juventudes, explicita

(...) que compreender a condição juvenil implica não apenas uma análise dos modos como a nossa sociedade atribui significados ao jovem, mas também uma análise processual das situações vivenciadas a partir dos diversos recortes que o constituem enquanto sujeito (classe, trabalho, gênero, etnia, etc.). Importam, assim, tanto a dimensão simbólica da constituição das nossas juventudes, quanto os aspectos materiais, históricos, políticos e os fatos que envolveram e envolvem sua produção (Santa Catarina, 2021a, p. 31).

No Capítulo 1, intitulado *Espaços de Afetos e Lutas*, buscou-se trilhar a cartografia LGBTQIA+ das décadas de 1970 e 1980, passando por lugares de sociabilidade e resistência, como o Ferro's Bar. A *Atividade 1*, por exemplo, utiliza como recurso pedagógico o mapa interativo do Museu Bajubá, permitindo aos estudantes identificar os locais de vivência e sobrevivência da população LGBTQIA+ em diferentes épocas e estados do Brasil. Nessa atividade, ao explorar objetos de conhecimento do currículo, como “Educação Patrimonial” e “Memória, esquecimento e silêncio”, o Ensino de História pode levar os estudantes a questionar por que os patrimônios LGBTQIA+ não são oficialmente reconhecidos.


Figura 18 – Imagem do material didático – Atividade 1

14

**Atividade 1 – Lugares de Memória
LGBTQIA+: explorando o Mapa Interativo
do Museu Bajubá**

1ª etapa:

Acesse o site do Mapa Interativo do patrimônio cultural LGBTI+ do Museu Bajubá: <https://museubajuba.org/mapa-interativo/>

 **Em grupo, sigam as instruções:**


- Escolham um ponto do mapa (ou dois, se tiverem tempo);
- Cliquem no marcador para ler com atenção as informações disponíveis sobre o local.

Observe a seguir alguns lugares de memória LGBTQIA+ presentes no mapa interativo:

As primeiras esboçadeiras no Carnaval - O "Barral" que é o que se costuma dizer em Casp! no São Paulo.

Parque de Sepultura preso em 1992 por violência

Quando o Sítio foi fundado em 1992, o local era conhecido como "Parque de Sepultura" e era utilizado para a cremação de corpos. O local foi interditado em 1992 por violência.



Fonte: material didático, 2025.

Outra atividade presente no capítulo inicial do material didático que merece destaque é a *Atividade 2 – Cultura material LGBTQIA+: os episódios de Stonewall e Ferro's Bar*. Nela, após a leitura de um excerto do artigo *Por cidades queer, por cartografias sapatonas: ensaio arqueológico sobre o Stonewall Inn e o Ferro's Bar como lugares de memória LGBTQIA+*³⁶, da arqueóloga Flora Villas Carvalho, os estudantes deverão analisar informações sobre os artefatos arqueológicos encontrados em Stonewall e os registros fotográficos do Ferro's Bar ao

³⁶ CARVALHO, Flora Villas. Por cidades queer, por cartografias sapatonas: ensaio arqueológico sobre o Stonewall Inn e o Ferro's Bar como lugares de memória LGBTQIA+. *Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 219–248, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/vestigios/article/view/41532>. Acesso em: 4 nov. 2025.

longo do tempo. Em seguida, deverão produzir um texto reflexivo sobre os espaços de resistência Stonewall Inn e Ferro's Bar como lugares de memória da população LGBTQIA+. O texto deve evidenciar como esses espaços guardam vivências, afetos, lutas e marcas da história de movimentos sociais, seja por meio de objetos, lembranças ou ausências. Por que esses espaços são importantes para a história e a memória da comunidade LGBTQIA+? Quais objetos, imagens ou símbolos ajudam a manter viva essa memória? De que maneira a cultura material, como objetos do cotidiano, cartazes, roupas e panfletos, pode preservar vivências que a história oficial muitas vezes apaga? São alguns dos questionamentos que podem ser explorados durante as aulas de História dedicadas a esse tema.

Figura 19 – Imagem do material didático – Atividade 2

22

Atividade 2 – Cultura material
LGBTQIA+: os episódios de Stonewall e
Ferro's Bar

2ª etapa:

Análise os artefatos arqueológicos encontrados em Stonewall.



Encontrar **tijolos** em um sítio arqueológico normalmente indica uma coisa — a presença de uma estrutura. Pode ser uma estrada, a fundação de um edifício ou uma lareira. Os tijolos ajudam a entender onde uma estrutura existiu e, por meio de sua fabricação e composição, os arqueólogos podem estimar a datação do local [...]. Os tijolos normalmente só ganham importância como parte de um conjunto maior. No entanto, o contexto do Monumento Nacional de Stonewall pode mudar completamente o significado de um tijolo. Na primeira noite dos protestos, tijolos foram usados como ferramentas de resistência e ficaram famosos por terem sido lançados contra os policiais que invadiram o local e provocaram o grupo. Em Stonewall, um tijolo pode ser tanta evidência de uma estrutura quanto reinterpretado como uma arma de protesto. (Fonte: Northeast Archeological Resources Program).

Caixas de charuto ou os vestígios delas, normalmente indicariam o consumo de tabaco. No entanto, muitas pessoas reutilizavam essas caixas para armazenamento. No caso do Stonewall, as caixas de charuto eram usadas para um propósito muito específico: esconder dinheiro.

Como o Stonewall Inn não possuía licença para vender bebidas alcoólicas, a venda de álcool era ilegal. Qualquer dinheiro arrecadado com essas vendas poderia ser usado como prova de atividade criminal [...]. Seguros refetos de pessoas que frequentavam o local, todo o dinheiro arrecadado no Stonewall era guardado em caixas de charuto.

Esses dinheiro podia ser sentido rapidamente e escondido com facilidade. Além disso, as caixas ofereciam uma forma de negociação plausível sobre a venda de bebidas alcoólicas. Sem dinheiro visível ou uma registradora no local, onde estaria a prova de que estavam vendendo álcool legalmente? (Fonte: Northeast Archeological Resources Program).



Fonte: material didático, 2025.

No segundo capítulo do material didático, intitulado *Corpos em movimento*, personagens marcantes do jornal *Lampião da Esquina*, tais como, Verushka, Flávia, Tatiana, Alice Soares e Djalma Santos, já mencionadas anteriormente, ganham destaque por meio de atividades que levem os educandos a relacionar temas como transfobia, racismo, exclusão e empregabilidade LGBTQIA+. A proposta desse capítulo é apresentar proposições didáticas mais simples, em comparação com as demais atividades do material, que podem demandar mais de uma aula para a sua realização. Assim, ao trazer os relatos dessas personagens, seguidos de perguntas sobre suas trajetórias de vida, bem como boxes como “Fica a dica” que sugere a

canção *Balada de Gisberta* e “Pesquise” que pode ser utilizado pelo professor como comando de tarefa ou atividade complementar, o capítulo busca articular reflexão e sensibilização acerca das experiências sociais da população LGBTQIA+.

Figura 20 – Imagem do material didático – relato de Flávia



Fonte: material didático, 2025.

Dentre as categorias que podem ser mobilizadas a partir dos testemunhos de Verushka, Flávia, Tatiana, Alice Soares e Djalma Santos, tendo o CBTC como balizador, estão “Indivíduo” e “Identidade”. Mais do que sensibilizar adolescentes e jovens a partir de tais histórias de vida, buscamos trazer exemplos de luta e resistência, e de certa maneira encorajar os estudantes LGBTQIA+, entendendo a Educação como algo que “perpassa múltiplos aspectos que compõem esses sujeitos de forma interseccional, aspectos que coexistem e não excluem todas as suas múltiplas fontes de identidade e de constituição juvenil” (Santa Catarina, 2021a, p. 33).

Levar para a sala de aula narrativas sensíveis, como a de Flávia, que foi vítima da própria família, a qual enxergava a sua transgeneridade como algo a ser curado. Ou a do artista Djalma, um homem negro que ousou ser um homossexual no interior do Rio Grande do Sul, é abordar experiências comuns dentro da comunidade LGBTQIA+. Aqui, o pessoal é, mais do que nunca, político: ambos se entrelaçam. Afinal, seria impossível tratar da história do movimento social

LGBTQIA+ sem falar sobre os corpos que constantemente se movimentam. Compreende-se, ainda, que, ao explorar com seus alunos as narrativas de grupos historicamente marginalizados, o professor de História contribui para ampliar a noção de sujeito histórico. Para Bezerra:

Perceber a complexidade das relações sociais presentes no cotidiano e organização social mais ampla implica indagar qual o lugar que o indivíduo ocupa na trama da História e como são construídas as identidades pessoais e sociais, em dimensão temporal. O sujeito histórico, que se configura na inter-relação complexa, duradoura e contraditória entre as identidades sociais e pessoais, é o verdadeiro construtor da História. Assim, é necessário acentuar que a trama da História não o é resultado apenas da ação de figuras de destaque, consagradas pelos interesses explicativos de grupos, mas sim a construção consciente/inconsciente, paulatina e imperceptível de todos os agentes sociais, individuais ou coletivos (Bezerra, 2003, p. 45).

Outra categoria possível de ser trabalhada a partir da história de Flávia, embora não conste como sugestão para o Capítulo 2, é “Saúde”, tendo em vista as violências promovidas ao longo da história por instituições psiquiátricas contra as sexualidades dissidentes.

Quadro 2 - Materiais e atividades do Capítulo 2 em consonância com o CBTC

| Material/Atividade | Categoria | Habilidades | Objetos de conhecimento |
|---|------------------|--|-----------------------------------|
| Verushka, pelo direito de ir e vir | Indivíduo | Perceber-se como um sujeito histórico e político, agente da sociedade em que vive, considerando sua historicidade. | O sujeito e o seu lugar no mundo. |
| Histórias que se cruzam: “a santa dos travestis e homossexuais” conversa com Tatiana, “a romântica”, e Flávia, “a objetiva” | Identidade | Reconhecer e compreender o protagonismo, os estilos de vida, as identidades dos múltiplos sujeitos históricos, tais como crianças, juventudes, idosos, mulheres, jovens, idosos e população LGBTQIAP+, negros, imigrantes, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência/lesionadas, entre outros. | Identidades e protagonismos |
| Djalma Santos: artista plástico, travesti, showperson e gaúcho de Alegrete | | Sensibilizar e desnaturalizar a violência física, simbólica e psicológica, exercendo a cidadania na proteção dos sujeitos históricos envolvidos e na resolução destas violências. | Identidades e violências. |

Fonte: elaboração do autor (2025), a partir do CBTC.

Por fim, o Capítulo 3, intitulado *Conexões Transnacionais*, oferece um panorama global dos movimentos LGBTQIA+ em países, tais como, Argentina, Estados Unidos, México, Canadá, Reino Unido, Colômbia e Brasil, a partir do periódico *Lampião da Esquina*. Nesta parte do material didático, conceitos e categorias como “Direitos Humanos”, “Relações de poder” e “Movimentos sociais” podem ser mobilizados em sala de aula, à medida que o professor apresenta histórias que evidenciem a organização popular de lésbicas, travestis, gays e demais sexualidades dissidentes.

Quadro 3 - Materiais e atividades do Capítulo 3 em consonância com o CBTC

| Material/Atividade | Categoria | Habilidades | Objetos de conhecimento |
|---|-------------------|---|---|
| Sufoco na Argentina: Um histórico da repressão aos homossexuais na terra de Videla | Relações de Poder | Compreender o Estado como uma das formas de manifestação organizada das relações de poder, considerando a dimensão histórica. | Relações de poder e Estado. |
| Atividade 3 - Relatório | | Compreender experiências ditatoriais, seus procedimentos e vínculos com o poder em sua historicidade, e a atuação de movimentos de contestação às ditaduras, considerando as escalas e as espacialidades. | |
| Atividade 4 - Carta do Exílio | | | |
| O Movimento pela Liberação Homossexual nos EUA e a figura de Harvey Milk | Diversidades | Identificar e compreender os direitos humanos, no âmbito das ações coletivas e movimentos sociais, como geradores de ações afirmativas e de medidas compensatórias das diferentes frações de classe (gênero, etnia, geração, raça, deficientes, dentre outros). | Direitos humanos, ações coletivas e movimentos sociais. |
| Atividade 5 - Explorando arquivos históricos LGBTQIA+ | Saúde | Perceber como as iniquidades sociais impactam a saúde dos indivíduos e grupos sociais, considerando as interseccionalidades de gênero, geração, raça/etnia, da população LGBTQIAP+, de deficientes, entre outras. | Ciências humanas e saúde. |
| Ecos de um Mundo em Luta | Poder | | Poder, Estado e violência. |

| | | | |
|--|--|---|---|
| <p>AMOR, FEIJÃO, ABAIXO O CAMBURÃO: resistência às ações policiais de Richetti</p> | | <p>Identificar e problematizar as formas de violência de Estado, em suas diversas escalas, espacialidades e temporalidades, territorialidades e historicidades, como elas se interseccionam com os diferentes sujeitos históricos, especialmente mulheres, negros, afro-brasileiros, indígenas, quilombolas, caboclos(as), povos originários, população LGBTQIAP+, população pobre, pessoas com deficiência/lesionadas, entre outros.</p> | |
| <p>Atividade 6 - Memórias LGBTQIA+ entre violências e resistências</p> | | <p>Compreender as emergências dos movimentos sociais nos conflitos entre as relações de produção e os processos de permanência e transformação da realidade social.</p> | <p>Movimentos sociais e as transformações da Sociedade.</p> |

Fonte: elaboração do autor (2025), a partir do CBTC.

Como já foi discutido ao longo desta dissertação, o enfrentamento a regimes ditatoriais constitui uma interseção entre os movimentos LGBTQIA+ de diversos países latino-americanos, temática que pode ser explorada pelo professor de História ao abordar as ditaduras militares na América Latina. A *Atividade 4 – Carta do Exílio*, por exemplo, convida os estudantes a se imaginarem como uma pessoa LGBTQIA+ vivendo no Brasil ou na Argentina durante os anos 1970, período marcado pela intensa repressão às sexualidades dissidentes. Em razão dessa perseguição, o personagem é forçado(a/e) a fugir de seu país e viver no exílio. A tarefa consiste em escrever uma “Carta do Exílio” ao jornal *Lampião da Esquina*, na perspectiva desse sujeito fictício.

Para tratar do “Movimento pela Liberação Gay” dos EUA nas aulas de História, adotou-se como eixo narrativo a trajetória de Harvey Milk, reconhecido como o primeiro homem abertamente homossexual a ocupar um cargo público na Califórnia. Em seguida, a *Atividade 5 – Explorando Arquivos Históricos LGBTQIA+* convida os estudantes a conhecer o acervo online da *GLBT Historical Society*, que disponibiliza em seu site, entre outros materiais, os obituários do jornal *Bay Area Reporter*, registrando as histórias de pessoas LGBTQIA+ que faleceram, sobretudo em decorrência da epidemia de AIDS.

Ao navegar pelo acervo da *GLBT Historical Society*, os estudantes deverão selecionar documentos históricos diversos — como fotografias, objetos, vídeos e cartas — para elaborar uma exposição virtual, que poderá ser produzida em grupos utilizando a ferramenta Canva®. Como parte da proposta didática, no banco de dados do jornal *Bay Area Reporter*, cada grupo deverá escolher pelo menos um obituário para integrar a exposição virtual e responder perguntas sobre o documento: Quem foi essa pessoa? Como viveu? De que maneira sua perda revela aspectos da história LGBTQIA+? O que mais chamou a atenção durante a leitura?

Os arquivos disponíveis nos acervos online utilizados nesta atividade estão em língua inglesa; por isso, a proposta pode envolver o desenvolvimento de habilidades de leitura e compreensão em inglês, possibilitando um trabalho interdisciplinar com a área de Linguagens e suas Tecnologias. O material didático apresenta o passo a passo para a produção da exposição virtual, os links de acesso aos acervos, bem como um breve tutorial para que os alunos consultem o site dos obituários com maior facilidade.

Figura 21 – Imagem do material didático – tutorial para acessar os obtuários

50

Atividade 5 - Explorando arquivos históricos LGBTQIA+

Tutorial para navegar pelos obituários do Bay Area Reporter:



Você deve clicar em "Visite um obituario aleatório/Visit a random obituary"



Exemplo de um dos obituários disponíveis no banco de dados.

Visit a random obituary

Click the button below to view a randomly selected obituary in the database.

[View random obituary](#)

Fonte: material didático, 2025.

Posteriormente, após apresentar um texto sobre as violências promovidas pelo delegado Wilson Richetti contra a população LGBTQIA+ de São Paulo no início dos anos 1980, a Atividade 6 – *Memórias LGBTQIA+ entre violências e resistências*, utiliza fotografias e depoimentos em vídeo para compreender não apenas as violações de Direitos Humanos


encabeçadas por órgãos e instituições repressoras, mas também a agência, principalmente de mulheres trans e travestis, frente a tais acontecimentos.

Na primeira etapa da atividade, os estudantes deverão analisar fotografias das batidas lideradas pelo delegado Richetti no centro da cidade de São Paulo, com o intuito de identificar a violência direcionada à população LGBTQIA+ naquele período, além de uma fotografia do emblemático protesto realizado em 13 de junho de 1980, em frente ao Theatro Municipal de São Paulo, quando movimentos sociais LGBTQIA+, feministas e negros demonstraram a sua indignação contra as operações policiais.

Figura 22 – Imagem do material didático – Atividade 6

56

Atividade 6 - Memórias LGBTQIA+ entre violências e resistências




A foto registra o protesto realizado em 13 de junho de 1980, em frente ao Theatro Municipal de São Paulo, quando movimentos LGBTQIA+, feministas e negros se uniram contra a violência policial liderada pelo delegado Richetti. O ato marcou um momento importante de resistência e de reivindicação por direitos e respeito à diversidade.

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo/Reprodução: Memorial da Resistência.

Responda:

- Quem aparece nas fotos?
- O que está acontecendo?
- Que sentimentos as imagens transmitem?
- Que sinais de resistência você identifica nelas?

 **Dica:** olhe os detalhes — cartazes, gestos, expressões, roupas, presença da polícia. Eles contam muito sobre o clima da época.

Fonte: material didático, 2025.

Na segunda etapa da atividade, que traz como objeto de conhecimento, em diálogo com o CBTC, os “Movimentos sociais e as transformações da sociedade”, os estudantes deverão assistir ao testemunho de Marcinha do Corinthians, produzido pelo Instituto Vladimir Herzog³⁷, no qual ela relata experiências de violência policial e resistência da comunidade LGBTQIA+ em São Paulo durante os anos 1980. A partir desse relato, perguntas como “O que Marcinha conta sobre as batidas policiais?” e “O que o depoimento dela revela sobre ser LGBTQIA+ naquele período?” podem ser feitas à turma. Assim como nas atividades anteriores,

³⁷ <https://vladimirherzog.org/>

que se utilizam de acervos online, o link para acesso ao vídeo está disponível no material didático.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As inúmeras pesquisas que discutem a relevância do *Lampião da Esquina* como fonte para a história do movimento social LGBTQIA+ brasileiro evidenciam a importância do jornal na compreensão das lutas por direitos e reconhecimento. Contudo, persiste uma lacuna quando observamos a presença dessa temática nas aulas de História da educação básica, especialmente no currículo do 3º ano do Ensino Médio, com o qual dialoga o material didático “*Aos seres que ousam, ousaram e ousarão: o movimento social LGBTQIA+ brasileiro a partir do jornal Lampião da Esquina (1978-1981) em uma proposta para o Ensino de História*”. Ao enfrentar essa ausência, a pesquisa buscou responder de que maneira as narrativas do periódico podem constituir uma ferramenta pedagógica crítica em prol da diversidade. Nesse sentido, a originalidade do trabalho reside em reunir em um único material didático histórias de lésbicas, travestis, gays e demais identidades de gênero, articuladas a textos de apoio, atividades, orientações metodológicas e possibilidades de aprofundamento. Assim, os objetivos propostos foram alcançados ao demonstrar a pertinência do *Lampião da Esquina* como fonte histórica para o ensino de História e ao produzir um produto educacional aplicável.

Um dos desafios enfrentados no desenvolvimento do material didático foi o processo de diagramação na plataforma Canva®, especialmente porque eu não dominava a ferramenta e nunca havia trabalhado com seus recursos de edição antes. Ainda assim, o aprendizado ao longo da construção do produto permitiu alcançar um resultado satisfatório: um *e-book* visualmente organizado, dinâmico e acessível, que integra imagens e propostas didáticas de maneira coerente. O processo, embora desafiador, contribuiu para ampliar minhas habilidades no uso de ferramentas digitais e demonstrou a viabilidade de produzir materiais educativos de qualidade mesmo com recursos limitados, reforçando o compromisso com a disponibilização gratuita e aberta do produto final.

Ao contextualizar o papel da agenda antigênero na produção de pânico morais, a pesquisa buscou evidenciar como tais discursos repercutem diretamente no cotidiano escolar, sobretudo quando temas sensíveis são abordados nas aulas de História. Nesse processo, a etapa de análise dos documentos educacionais mostrou-se fundamental, pois permitiu compreender não apenas a inconstitucionalidade das ofensivas conservadoras que tentam restringir a liberdade de ensinar e aprender, mas também identificar mecanismos de proteção e respaldo para o trabalho docente. É desse exercício que nasce a preocupação em incorporar ao material didático habilidades, competências e categorias extraídas de documentos orientadores, como o

CBTC e a BNCC, fortalecendo o embasamento pedagógico e garantindo que o professor disponha de referenciais sólidos para justificar suas escolhas diante de eventuais contestações.

Visando ampliar a divulgação e a circulação do material didático produzido, além de sua disponibilização em repositórios institucionais, pretende-se a criação de uma conta na rede social Instagram, com o objetivo de desenvolver um projeto de História Pública. Parte-se da compreensão de que as redes sociais constituem espaços potentes de mediação do conhecimento histórico, capazes de alcançar professoras e professores da Educação Básica interessados em tensionar e subverter práticas de ensino ancoradas em uma narrativa histórica heteronormativa.

Paralelamente, os resultados da pesquisa e o produto educacional serão divulgados entre os pares, especialmente junto às/aos integrantes da Rede Brasileira de Historiadoras/es LGBTQIA+, fortalecendo o diálogo acadêmico e a circulação do conhecimento produzido no campo da História LGBTQIA+ e do Ensino de História.

O objetivo desta pesquisa não foi produzir uma dissertação de mestrado distanciada da realidade enfrentada por professores que compreendem o papel do Ensino de História no combate às diversas formas de preconceito. Para aqueles que ainda não reconhecem tal potencial, este trabalho também se apresenta como convite e provocação, indicando caminhos possíveis para incorporar a história do movimento social LGBTQIA+ brasileiro de modo crítico e historicamente fundamentado. Assim, reafirma-se a necessidade de um ensino comprometido com as demandas sociais do presente, tendo em vista que:

Há dois desafios no reconhecimento de que a homofobia deve ser combatida pela educação formal: o primeiro é romper o silêncio dos livros sobre a diversidade sexual; o segundo é encontrar mecanismos discursivos para apresentá-la em uma matriz de promoção da igualdade e da diversidade (Diniz & Lionço, 2009, p. 61).

Por fim, espera-se que esta pesquisa possa inspirar outras produções que aproximem ainda mais a historiografia LGBTQIA+ da sala de aula, mesmo em contextos marcados por discursos autoritários. Recomenda-se que futuros estudos aprofundem dimensões que, por limites de escopo, não puderam ser exploradas: o uso efetivo do material em sala de aula, sua recepção entre estudantes, análises comparativas com outras fontes LGBTQIA+ e investigações sobre práticas docentes em diferentes redes e territórios. Que mais dissertações de mestrado e teses de doutorado no campo das Relações de Gênero “floresçam” no PROFHISTÓRIA, fortalecendo o compromisso social e formativo do programa que procura repensar os rumos do Ensino de História no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ABUD, Kátia Maria; ALVES, Ronaldo Cardoso; SILVA, André Chaves de Melo (Orgs.). O uso dos jornais em sala de aula. In: **Ensino de História**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares; WEISS, Luiz. “Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar”. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). **História da Vida Privada no Brasil**, v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 319-409.
- BARROS, Patrícia Marcondes de. A imprensa alternativa brasileira nos “anos de chumbo”. **AKRÓPOLIS - Revista de Ciências Humanas da UNIPAR**, [S. l.], v. 11, n. 2, 2008. Disponível em: <https://revistas.unipar.br/index.php/akropolis/article/view/332> . Acesso em: 10 jun. 2025.
- BEZERRA, Holien Gonçalves. Ensino de História : conteúdos e conceitos básicos. In: KARNAL, Leandro (Org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 37-48.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: Fundamentos e métodos**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- BODY POLITIC – Gay Liberation Journal*. Dez. 1977 – jan. 1978. Disponível em: <https://archive.org/details/bodypolitic39toro> . Acesso em: 20 jan. 2025.
- BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília: SDH/PR, 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.
- BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+. **Resolução nº 2, de 19 de setembro de 2023**. Estabelece diretrizes para o reconhecimento institucional da identidade de gênero e para a garantia do acesso e permanência de pessoas trans e não binárias nas instituições de ensino. Diário Oficial da União, Brasília, 22 set. 2023, Seção 1, p. 228-229.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n.º 466/SC**. Relatora: Min. Rosa Weber. Redator do acórdão: Min. Nunes Marques. Julgado em 15 out. 2025. Diário da Justiça Eletrônico, publicação em 16 out. 2025a. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/verImpressao.asp?imprimir=true&incidente=5206804>. Acesso em: 27 out. 2025.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n.º 5485351/PE**. Relator: Min. Marco Aurélio. Redator do acórdão: Min. Cristiano Zanin. Julgado em 15 out. 2025. Diário da Justiça Eletrônico, 16 out. 2025b. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5485351>. Acesso em: 27 out. 2025b.
- BUTLER, Judith. Regulações de Gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 42, p. 249–274, 2016. Disponível

em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645122>. Acesso em: 6 jun. 2025.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 24. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2023.

CARDOSO, Ruth. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In: ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; SORJ, Bernardo (org.). **Sociedade e política no Brasil pós-64**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, p. 313-350, 2008. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/b4km4/pdf/sorj-9788599662632-09.pdf?gathStatIcon=true> . Acesso em: 13 jan. 2025.

CARVALHO, Flora Villas. Por cidades queer, por cartografias sapatonas: ensaio arqueológico sobre o Stonewall Inn e o Ferro's Bar como lugares de memória LGBTQIA+. **Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 219–248, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/vestigios/article/view/41532> . Acesso em: 4 nov. 2025.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CITIZENGO. CitizenGO: conheça-nos. Disponível em: https://help.citizenngo.org/article/969-about?_gl=1*p4d0hb*_gcl_au*MTM0MTkyNjMyMC4xNzQzNzE3ODQy*_ga*MTE1MjI2MTgwMS4xNzQzNzE3ODQy*_ga_S646JFT204*czE3NTAzNTM5NjYkbzMkZzEkdDE3NTAzNTQ3MjckajU4JGwwJGgw Acesso em: 19 jun. 2025.

CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO E DO CARIBE. Documento de Aparecida: texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. 7. ed. Brasília: CNBB, 2008. Disponível em: <https://anec.org.br/biblioteca/documento-de-aparecida-2007/> . Acesso em: 19 jun. 2025.

CUBAS, Caroline Jaques. Por uma história que corte feito estilete: presença, experiência e sentidos em uma aula de História. **Revista História Hoje**, [S. l.], v. 11, n. 22, p. 15–32, 2022. Disponível em: <https://rhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/851> . Acesso em: 25 jan. 2025.

DINIZ, Débora; LIONÇO, Tatiana. Homofobia, silêncio e naturalização: por uma narrativa da diversidade sexual. In: DINIZ, Débora; LIONÇO, Tatiana (orgs.). **Homofobia & educação: um desafio ao silêncio**. Brasília: Letras Livres, 2009. Disponível em: <https://share.google/ow3dy5AFzjBtx5w6q>. Acesso em: 2 out. 2025.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**: um estudo a partir da cidade de São Paulo. 2002. 241 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1592087>. Acesso em: 6 jun. 2025.

FACCHINI, Regina. **Movimento Homossexual no Brasil**: recompondo um histórico. Cad. AEL, [s. l.], v.10, n.18/19, 2003. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/Busca/Download?codigoArquivo=544659> . Acesso em: 30 jun. 2024.

FERNANDES, Marisa. Ações Lésbicas. In: CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa; GREEN, James Naylor; QUINALHA, Renan (org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018. p. 91-121.

FERNANDES, Robson Ferreira Fernandes. **Entre resistência democrática e ofensiva conservadora: fontes e subjetividades do projeto “gênero e diversidade na escola” (2015-2016)**. Dissertação (Mestrado Profissional) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/600394> . Acesso em: 25 jun. 2024.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FRANCO, Marina. La seguridad interna como política de Estado en la Argentina del siglo XX. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; ABREU, Luciano (org.). **Autoritarismo e cultura política**. Porto Alegre: Fundação Gétulio Vargas e EDIPUCRS, 2013, p. 33-64.

FRANCO, Marina. Do terrorismo de Estado à violência estatal: problemas históricos e historiográficos no caso argentino. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **Ditaduras militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015, p. 61-81.

FUNDACIÓN SERGIO URREGO. ¿Quiénes somos?. Disponível em: <https://www.sergiourrego.org/quienes-somos> . Acesso em: 19 jun. 2025.

GOHN, Maria da Glória. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 5, n. 1, p. 11–40, 2000. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9194> . Acesso em: 08 jul. 2024.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 333-361, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vXJKXcs7cybL3YNbDCkCRVp/abstract/?lang=pt> . Acesso em: 08 jul. 2024.

GONÇALVES, Alisson. **Jornal Lampião da Esquina (1978-1981) À luz da identidade gay no Brasil ditatorial**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2022. Disponível em: <http://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/3682>. Acesso em: 10 jul. 2024.

GREEN, James. **Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

GREEN, James Naylor; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (Org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. 1.ed. São Paulo: Alameda, 2018.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

JORNAL LAMPIÃO DA ESQUINA. 1978 a 1979. Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott CEDOC LGBTI+. Disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/jornal-lampiao-da-esquina-1978-1981/> . Acesso em: 3 jun. 2024.

LAURETIS, Teresa de. Tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-241.

LAURETIS, Teresa de; SILVA, Gilberto Barbosa Viana da; SOUZA, Lúcia Lemos de (trad.). Gênero e teoria queer. **Albuquerque (online)**, v. 13, n. 26, p. 165-176, 28 dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/AlbRHis/article/view/12446> . Acesso em: 20 jun. 2025.

LEITE, Letticia Batista Rodrigues. Amores sáficos em revista: Safo e a Ilha de Lesbos na Shimmy (RJ, 1925-1933). **Via Atlântica**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 243–274, 2023. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/208815> . Acesso em: 25 jan. 2025.

LEPORE, Jill. **Estas verdades**: a história da formação dos Estados Unidos. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**, [s. l.], v. 9, n. 2, p. 541–553, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/64NPxWpgVkt9BXvLXvTvHMr/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 25 jun. 2024.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes históricas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 111-153.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 22, n. 3, p. 935–952, 2014. DOI: 10.1590/%x. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755> . Acesso em: 20 jun. 2025.

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”**. Salvador: EDUFBA, 2018a.

MACRAE, Edward. Identidades homossexuais e movimentos sociais urbanos no Brasil da “Abertura”. In: GREEN, N. James (org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018b. p. 38-62.

MENIN, Assis Felipe; PEDRO, Joana Maria. “CONMIHIJOSNOTEMETAS” O Movimento Antigênero na Educação da América Latina. **Revista Georaguaiá**, [S. l.], v. 14, n. Especial, p. 41–70, 2024. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/geo/article/view/16524> . Acesso em: 20 jun. 2025.

MISKOLCI, Richard. **Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

MISKOLCI, Richard. Estranhando as Ciências Sociais: nota introdutórias sobre Teoria Queer. **Revista Florestan Fernandes**. v. 1 n. 2, p. 08-25, 2014.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Sociedade e Estado**, [S. l.], v. 32, n. 3, p. 725–747, 2018. DOI: 10.1590/s0102-69922017.3203008. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/7719> . Acesso em: 20 jun. 2025.

MOTT, Luiz. O imprescindível GGB, Grupo Gay da Bahia. In: CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa; GREEN, James Naylor; QUINALHA, Renan (org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018, p. 211-225.

NUNES, Priscila Spindler Corrêa. **Gênero e sexualidade: composições para um currículo antinormativo**. Dissertação (Mestrado Profissional) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/587013> . Acesso em: 25 jun. 2024.

OCANHA, Rafael Freitas. Repressão policial aos LGBTs em São Paulo na ditadura civil-militar e a resistência dos movimentos articulados. In: CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa; GREEN, James Naylor; QUINALHA, Renan (org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018, p. 77-90.

ONE ARCHIVES AT THE USC LIBRARIES. *Cooper Do-nuts*. 16 jun. 2018. Disponível em: <https://one.usc.edu/story/cooper-do-nuts>. Acesso em: 28 jan. 2026.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. São Paulo: **História**, v.24, n. 1, p. 77-98, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/fhHv5BQ6tvXs9X4P3fR4rtr/abstract/?lang=pt> . Acesso em: 01 jul. 20.

PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. O que pode o ensino de História? Sobre o uso de fontes na sala de aula. **Revista Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, nº 28, p. 113-128, 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/7961> . Acesso em: 20 out. 2024.

POWER, Margaret. Conexões transnacionais entre as mulheres de direita. Brasil, Chile e Estados Unidos. **Vária História**, Belo Horizonte, v. 30, n. 52, p. 67-83, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/HyLPn9SQzCkRBJ3PPmwc4py/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 18 jun. 2024.

QUINALHA, Renan. Uma ditadura hetero-militar: notas sobre a política sexual do regime autoritário brasileiro. In: CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa; GREEN, James Naylor; QUINALHA, Renan (org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018, p. 15-38.

RODRIGUES, Rita de Cássia Colaço. **De Daniele a Chrysóstomo: quando travestis, bonecas e homossexuais entram em cena**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/13124/De%20Daniele%20a%20Chrys%C3%B3stomo_Quando%20travestis,%20bonecas%20e%20homossexuais%20entram%20em%20cena.pdf?sequence=1 . Acesso em: 20 jun. 2024.

RODRIGUES, Jorge Caê. A imprensa gay no Brasil. In: CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa; GREEN, James Naylor; QUINALHA, Renan (org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018, p. 237-254.

RODRIGUES, Tulio Magalhães. O resgate à nostalgia: O movimento intelectual conservador e a National Review. **Revista Crítica Histórica**, [S. l.], v. 15, n. 30, p. 60–84, 2024. DOI: 10.28998/rchv15n30.2024.0005. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/view/18389> . Acesso em: 10 jul. 2025.

RUBIN, Gayle. **Pensando o sexo: notas para uma teoria radical das políticas da sexualidade**. Texto original: *Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality*. In: *Culture, society and sexuality*. 1st ed. Routledge, 2006.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo base do ensino médio do território catarinense: caderno 1 – disposições gerais**/Secretaria de Estado da Educação. – Florianópolis: Coan, 2021a.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo base do ensino médio do território catarinense: caderno 2 – formação geral básica**/Secretaria de Estado da Educação. – Florianópolis: Coan, 2021b.

SCHMIDT, Benito Bisso. História LGBTQI+ no Brasil: Atravessamentos entre militância e produção acadêmica. In: RODRIGUES, Rita Cássia Colaço; SCHMIDT, Benito Bisso; VERAS, Elias Ferreira. **Clio sai do armário: historiografia LGBTQIA+**. São Paulo: Letra e Voz, 2021, p. 19-32.

SCOTT, Joan Wallach. A invisibilidade da experiência. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S. l.], v. 16, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11183> . Acesso em: 26 out. 2024.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. **Cadernos pagu**, [s. l.], v. 28, p. 19-54, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/hWcQckryVj3MMbWsTF5pnqn/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 01 jul. 2024

SEFFNER, Fernando. Escola pública e professor como adulto de referência: indispensáveis em qualquer projeto de nação. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 20, n. 1, p. 48–57, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2016.201.05> . Acesso em: 06 jun. 2025

SEFFNER, Fernando. Três territórios a compreender, um bem precioso a defender: estratégias escolares e ensino de História em tempos turbulentos. In: MONTEIRO, Ana Maria; RALEJO, Adriana (org.). **Cartografias da pesquisa em ensino de História**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019, p. 21–42.

SEFFNER, Fernando. Cultura escolar e questões em gênero e sexualidade: o delicado equilíbrio entre cumprir, transgredir e resistir. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 14, n. 28, p. 75-90, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1095> . Acesso em: 25 jun. 2024.

SILVA, Márcia Pereira da; FRANCO, Gilmara Yoshihara. Imprensa e política no Brasil: considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, [S. l.], v. 4, n. 8, 2010. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/historiaemreflexao/article/view/941> . Acesso em: 9 jun. 2025.

SILVA, Tiago Vidal da. **Compreendendo as identidades LGBTQIA+**: entre o sair do armário e o livro didático de história, conexões possíveis de histórias não contadas. Dissertação (Mestrado Profissional) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/737674> . Acesso em: 25 jun. 2024.

STRYKER, Susan. *Transgender History, Homonormativity, and Disciplinarity*. **Radical History Review**, v. 100, p. 145–157, 2008. Disponível em: <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/93033321/01636545-2007-02620221025-1-1xzvua9-libre.pdf> . Acesso em: 28 jan. 2026.

TEMPORADA de caça. Diretora: Rita Moreira. [S. l.: s. n.], 1988. Disponível em: <https://youtu.be/1bWC3nFCu58?si=o8IEB1FVLSyQX9N5> . Acesso em: 20 jan. 2025.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

VERAS, Elias Ferreira; PEDRO, Joana Maria. Os silêncios de Clio: escrita da história e (in)visibilidade das homossexualidades no Brasil. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 6, n.13, p. 90 - 109, set./dez. 2014. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180306132014090> . Acesso em: 01 jul. 2024.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. p. 36–87.

WILL, Daniela Erani Monteiro. **Metodologia da pesquisa I**: livro didático. Palhoça: UnisulVirtual, 2011.


WITTIG, Monique. **O pensamento hétero e outros ensaios**. Tradução de Maíra Mendes Galvão. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

ZÁRATE, Verónica Valdivia Ortiz de. Pinochetismo e guerra social no Chile. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **Ditaduras militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015, p. 121-142.

ATESTADO DE VERSÃO FINAL


Eu, Nathan Damazio, vinculado ao curso de Mestrado Profissional em Ensino de História - ProfHistória, declaro que esta é a versão final de minha dissertação intitulada: “*Aos seres que ousam, ousaram e ousarão: o movimento social LGBTQIA+ brasileiro a partir do jornal *Lampião da Esquina* (1978-1981) em uma proposta para o Ensino de História*” sob orientação do(a) professor(a) Silvia Maria Favero Arend.

Florianópolis, 31 de março de 2026.

Documento assinado digitalmente
 **NATHAN DAMAZIO**
Data: 31/03/2026 14:22:16-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do(a) Estudante

Nathan Damazio

Documento assinado digitalmente
 **SILVIA MARIA FAVERO AREND**
Data: 06/04/2026 15:26:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do(a) professor(a) orientador(a)

Silvia Maria Favero Arend